

CIDADES DEMOCRÁTICAS – LUGARES DIFERIDOS

ELEMENTOS DE DEMOCRACIA URBANA

Pedro Miguel Martins Mendonça

**Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência
Política e Relações Internacionais/ Estudos Políticos.**

SETEMBRO 2010



Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 21 de Setembro de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 21 de Setembro de 2010

A quem crê.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer à Professora Cristina Montalvão Sarmiento por ter aceite orientar esta dissertação. Este trabalho não teria sido possível, sem a liberdade e confiança concedida pela minha orientadora, nem teria sido uma experiência tão gratificante sem o constante estímulo à autonomia. A acompanhar essa liberdade concedida, a integração no Observatório Político – Associação de Investigação em Estudos Políticos promoveu a segurança e enquadramento necessário para levar o projecto a bom porto.

Os outros agradecimentos entrego-os assim num corpo avulso:

À Isabel que privando com as minhas variações de humor arranjou maneira de continuar a acreditar no afecto, e que procurou comigo o caminho da facilidade e da harmonia.

À proveniência, qual mecenato, que me permitiu este desafio. Obrigado pai e mãe.

Ao meu pai que trabalhando em Física cuidou de perder tempo a ler uma dissertação sem equações, e, não bastasse isso, pôs-me comida na mesa.

À minha mãe que arranjou maneira nova e mais eficiente de lidar com as minhas angústias.

Às minhas irmãs Dina e Joana pelo encorajamento. Ao meu irmão Bruno, pelas discussões que lhe impingi, permitindo-me assim saldar a dívida das que me impingiu antes. Ao meu irmão André por me obrigar a explicar as coisas.

Ao João Loff e à Isabel Serra pelo acolhimento sempre reiterado.

Ao Gil Ribeiro pelo companheirismo e estímulo.

Ao Fernando Sousa pelos avisos à navegação.

Aos que tiveram o estranho poder de me distrair da dissertação: Cristina Cartaxo, Ricardo Bento, Tiago Lopes, Vasco Monteiro, Vera Fazenda, Gonçalo Mendonça, António Gonçalves, Silvana Torrinha, Luís Matos, Inês Teixeira.

Deixo também um agradecimento especial à Instituição que me permitiu realizar este estudo, bem como a minha Licenciatura, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e ao Departamento de Estudos Políticos da mesma.

Resumo

Cidades Democráticas – lugares diferidos. Elementos para a democracia urbana.

Pedro Miguel Martins Mendonça

O planeamento urbano dispõe de uma série de técnicas que licenciam a ambição de poder moldar o ambiente. Tais técnicas não se revelaram até à data suficientes para dirimir os problemas sociais que se manifestam no urbano, e nenhum consenso se gerou no que toca ao papel do urbanismo para a resolução destes. Divergências teleológicas explicam a dissensão. O fim aqui proposto para o planeamento urbano é a democracia.

Esta dissertação pretende lançar as bases da democracia urbana como disciplina de reunião entre ciência política e planeamento urbano. A democracia urbana constitui simultaneamente a defesa de uma ideia local de democracia, e uma expressão espacial de princípios democráticos.

Argumenta-se que a construção de uma cidade não é uma questão meramente técnica, mas política, e assim deve ser o planeamento urbano. Para estruturar este argumento, desenvolveu-se a ideia de uma cidade democrática. Argumenta-se ainda que a teoria democrática é um discurso sobre a sociedade onde esta não é concebida espacialmente. Estabelecer uma articulação da democracia no espaço é uma tarefa necessária para suprir esta visão a-espacial. Definir a natureza e uso da ideia de democracia, ao invés de definir a própria democracia, permite isolar os elementos necessários para a construção teórica de uma democracia para o espaço.

A definição de cidade apresentada é dinâmica e dá-se em duas dimensões designadas *contrato* e *cenário*. O contrato exprime o binómio cidadania/território enquanto expectativas de comportamento circunscritas a um lugar específico. A cidadania manifesta-se no cenário, aqui apresentado como um complexo de práticas espaciais. O tipo de urbanismo adequado a uma cidade democrática é objecto de inquérito em duas linhas gerais de argumentação, a do *urbanismo democrático* e a do *urbanismo democratizante*.

O argumento do urbanismo democrático exige a especificação dos actores da produção do espaço urbano e das formas legítimas de agência no espaço; mas também requer uma posição epistemológica na questão da causalidade entre modos de produção do espaço e justiça espacial. O urbanismo democratizante defende a possibilidade de conferir ao espaço uma certa lógica democrática, de forma a que a disposição de artefactos no espaço seja tal que facilite o exercício de uma cidadania democrática. Esta posição requer uma capacidade aferidora da democraticidade do espaço.

Para tornar viável tal capacidade ergueu-se, com o auxílio da sintaxe espacial – um instrumento de análise da relação entre sociedade e espaço – a hipótese do genótipo democrático. A hipótese do genótipo democrático requer um estudo dos padrões de propriedades sintácticas do espaço e das relações de poder (entre habitantes e visitantes, as variáveis sociais da sintaxe espacial) que ele contém. Esta hipótese propõe uma análise espacial em duas camadas, compatível com outras propriedades geo-referenciáveis, como algumas variáveis sócio-económicas.

A democracia urbana é finalmente proposta como uma abordagem empírico-normativa às seguintes questões: 1) como (e quem deve) produzir o espaço?; 2) que espaço para a cidadania?; o que é uma cidadania democrática?. Estas questões serão desenvolvidas em torno dos dois principais temas da democracia urbana: o direito à cidade e o genótipo democrático.

PALAVRAS-CHAVE: cidade, cidadania, planeamento urbano, democracia urbana, genótipo democrático, justiça espacial, sintaxe espacial.

Abstract

Democratic Cities – deferred places. Elements of urban democracy.

Pedro Miguel Martins Mendonça

Over the course of history, humankind has displayed a growing sense of power over its environment. Urban planning is one of the activities where such power seems to be exerted. Despite that, social ills still frame our cities. Much debate and research has been conducted on the role of urban planning on mitigating such ills. That debate lacks a consensual rationale. The rationale here proposed is democracy.

This dissertation aims to validate urban democracy as a valuable research field. Due to the overall undisputed legitimacy of democracy as the set of guiding principles for any political design, an articulation of democracy and space is pursued. Urban democracy is an assertion of local implementation of democratic ideals as well as a spatial expression of these.

It is argued that the task of building a city is not a merely technical issue, but a political one, and so should be urban planning. In order to structure this argument, the idea of a democratic city is developed. It is further argued that democratic theory is a discourse on society where the latter is de-spatialized. To pursue an articulation of democracy and space is a necessary chore. By defining the nature and usage of the idea of democracy, instead of defining democracy itself, the necessary elements to sketch a strategy on spatializing democratic theory are conveyed.

The definition of city put forward lies in two dimensions named contract and scenario. The contract expresses the binomial citizenship/territory: an expectation of behaviour circumscribed to a specific place. Citizenship only comes to existence in the scenario, set forth as a framework of spatial practices. The adequate type of urbanism for a democratic city is then subject to inquiry under two general grounds, that of *democratic urbanism* and that of *democratizing urbanism*.

The democratic urbanism argument requires the specification of the actors the production of urban space entails and the legitimate kinds of agency in space; it also depends on an epistemological stand on causality between space production modes

and spatial justice. The democratizing urbanism argument strives for a democratic logic to space itself, an arrangement of artefacts in space that renders the exercise of democratic citizenship an amenable site. This requires a somewhat mysterious analytical ability to gauge space's democracy.

With the support of spatial syntax, a tool to analytically relate society and space, the *democratic genotype hypothesis* is raised to fulfill the demands of such ability. The democratic genotype hypothesis implies the study of the patterns of syntactic properties of space and the power relationships (between inhabitants and strangers, the social variables of spatial syntax) it contains. It proposes a two-layered analysis compatible with other geo-referenced properties like socio-economic variables.

Urban democracy is finally explained as an integrated normative-empirical approach on the general questions of: 1) how to (and who should) produce space; 2) how should space harbour citizenship; 3) what is democratic citizenship? These questions will revolve around the two dominant themes of urban democracy: the right to the city and the democratic genotype.

KEYWORDS: city, citizenship, urban planning, urban democracy, democratic genotype, spatial justice, spatial syntax.

INTRODUÇÃO.....	1
I. A CIDADE COMO ESPAÇO CONTRATUAL	6
I.1 A CIDADE POLÍTICA: LIMITES DA ANÁLISE.....	6
<i>A) FENÓMENO.....</i>	<i>7</i>
<i>B) MORFOLOGIA E SOCIOLOGIA</i>	<i>10</i>
<i>C) FUNÇÃO</i>	<i>14</i>
<i>D) CONCLUSÃO: UMA VISÃO NORMATIVA DA CIDADE</i>	<i>19</i>
I.2 DIMENSÕES DA CIDADE: CONTRATO E CENÁRIO	24
<i>A) CONTRATO: CIDADANIA E TERRITÓRIO</i>	<i>26</i>
<i>B) CENÁRIO: USOS E EDIFICAÇÃO.....</i>	<i>35</i>
<i>C) CONTRATO E CENÁRIO DE UMA CIDADE DEMOCRÁTICA</i>	<i>41</i>
II. GEOMETRIAS POLÍTICAS	45
II.1 UMA DEMOCRACIA PARA O ESPAÇO.....	45
II.2 QUESTÕES POLÍTICO-NORMATIVAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	53
<i>A) CAUSALIDADE.....</i>	<i>60</i>
<i>B) AGÊNCIA.....</i>	<i>70</i>
<i>C) LÓGICA SOCIAL DO ESPAÇO</i>	<i>78</i>
III. DEMOCRACIA URBANA	88
III.1 ESTUDO DA DEMOCRACIA: APONTAMENTOS DE ÉTICA E EPISTEMOLOGIA.....	88
<i>A) A CIÊNCIA NEUTRA DA DEMOCRACIA.....</i>	<i>90</i>
III.2 LINHAS E PROBLEMAS DE INVESTIGAÇÃO EM DEMOCRACIA URBANA	97
CONCLUSÃO	105
BIBLIOGRAFIA	110

Introdução

Na presente dissertação procuramos lançar as bases de uma investigação que pela sua natureza conviemos chamar de *democracia urbana*. É uma investigação que emerge da suposição de que a estrutura urbana e a estrutura do poder se relacionam sistemicamente (Castells, 1971; Badcock, 1984; Harvey, 1985) – e que de certa forma a primeira reproduz a outra¹ – e que se ocupa de duas problemáticas gerais. Uma mais normativa que será reconhecível pela expressão da procura da *cidade justa*. Outra mais epistemológica que se refere à relação entre espaço e sociedade. A conjugação destes dois temas obedece ao desejo de espacializar a teoria da democracia, i.e. procurar uma articulação de ideia política e espaço. Pode-se formular a questão que se pretende trabalhar, numa forma provisória, da seguinte maneira: Como construir uma cidade democrática?

No périplo que esta questão impõe esperamos avançar no sentido da proposta teórica de que *a democracia deve ter uma lógica espacial, e o espaço (construído numa democracia) deve ter uma lógica democrática*². Entender tal proposta como normativa é um juízo correcto, mas tememos que incompleto. Isto porque esta proposta mantém para nós o mesmo valor de verdade se substituirmos o termo democracia por um do mesmo âmbito. O que se afirma é o facto de que se um regime político não enuncia uma lógica espacial não deixa de a ter (cf. Mumford, 2008).

Duas considerações contribuem para a relevância desta questão. A primeira é a de que a democracia – como a conhecemos, por exemplo, na Europa – tem sofrido um ajuste de escalas para um esquema habilmente tecido de degraus de representatividade (cf. Hix, 1999) de crescente complexidade, um ajuste que a faz descolar do espaço quotidiano onde se concebe que ela deve ser vivida. A segunda, é

¹ “Por outras palavras, a estrutura urbana também reproduz e aprofunda as desigualdades no que concerne a distribuição do poder social na sociedade, entendido este como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos.” (Ribeiro e Júnior, 2005: 93)

² Esta expressão encontra a sua inspiração numa construção teórica sobre a lógica social do espaço, oferecida por Hillier e Hanson (1984:23) cuja tese central é assim bem sintetizada: “society has a certain spatial logic to it and, as we hope we have shown, (...) space has a certain social logic to it.” A semelhança desta tese com a nossa proposta não é, compreensivelmente, coincidência, e contém em si a conjectura de que uma democracia que aspire a ter significado social – como a grande maioria assume ter – deve considerar as implicações deste entendimento de sociedade e espaço.

a de que as agendas para a democratização de Estados formulam o problema a um nível estatal onde os juízos e soluções parecem sempre mais ajustados porque mais distantes da sua realidade empírica.

A (re)construção de *Estados-falhados*³ tem movido recursos incontáveis entre académicos, tecnocratas, programas internacionais, e elites políticas, em projectos comumente designados por *State-building*. A agenda de investigação do *state-building* busca essencialmente uma *technê* de construção de Estados apenas concebível segundo (e orientada para) princípios declaradamente democráticos (Fukuyama, 2004; Dobbins *et al.*, 2007). A democracia urbana, se bem formulada, constituirá uma interpelação à ideia geral do *state-building*, que apresenta uma noção estado-cêntrica do poder e dos modos de convivência política, mas não lhe será necessariamente antagónica, podendo ser até complementar.

O Estado compreende um conjunto de entidades de cujo funcionamento depende a sua estabilidade e organização. De entre os critérios que nos permitem decompor o Estado noutras entidades (institucional, geográfico, administrativo, etc) será facilmente aceite um que o entende como reunião política de unidades territoriais, entre as quais encontramos a cidade. Esta unidade territorial tem com a ideia de Estado afinidades históricas e ontológicas.

Por causa destas afinidades, a investigação de uma *technê* de construção do Estado parece preservar o seu âmbito quando transposta para a cidade, mas com acrescentado grau de aproximação à articulação de uma ideia de convivência política, como a democracia, com as práticas quotidianas de uma sociedade. Esse quotidiano – qualquer estatística alusiva nos dirá – vive-se de uma forma crescente no espaço urbano. A democracia urbana encerra em si uma dupla interrogação relevante para a investigação da construção de Estados e para a teoria da democracia: pode o espaço urbano apresentar contrariedades ao exercício da democracia?; e, haverá um desenho espacial mais adequado a uma vivência democrática?

O problema de como construir cidades não é exclusivo da democracia urbana nem a dimensão política deste problema é, tampouco, recente. Todas as sociedades lidaram com a questão de como construir o espaço para elas próprias, desde a forma e tamanho ideal da cidade ao interior das habitações familiares (cf. Lynch, 2007); o

³ Para uma discussão do termo e sua problemática ver, por exemplo, Gordon, 1997.

urbanismo é uma actividade milenar (Catanese e Snyder, 1979). A questão do espaço foi integrada desde cedo no seio dos problemas gerais da teoria política, e entre os primeiros locutores das visões políticas sobre o espaço encontramos Platão e Aristóteles.

Lévi-Strauss (1966) ao procurar relacionar o espaço de uma comunidade com os mitos sociais que a tutelam promoveu a inflexão de uma abordagem normativa para uma abordagem compreensiva na relação entre espaço e sociedade. Mas apesar de parecer evidente a relação que o antropólogo detectou, não tornou ele discerníveis os termos de que esta depende. David Harvey perseguiu incessantemente essa relação chegando a propôr uma filosofia do espaço social (Harvey, 1979), que não foi admitidamente capaz de desenvolver. Só com Hillier e Hanson (1984) se chegou a um método capaz conferir poder analítico ao que intuitivamente se suspeitava: que “sociedade e espaço são dois modos de pensar uma mesma coisa” (Harvey, 1979).

Em todo o caso a proposta de estudar a articulação de ideia política e espaço não exige a escala urbana. Porquê escolher a cidade então? Harvey (1985:viii) faz essencialmente a mesma pergunta:

But why choose the urban as a framework of analysis? It is, after all, but one of several spatial scales on which the production of space and of political consciousness might be examined (...). Indeed, there are many social theorists (...) who reject the idea of urbanization “as a theoretically specific object of analysis”.

De confederações até à mais pequena localidade – passando pelo Estado-nação, regiões, e cidades – a escolha teria sempre um cariz arbitrário, mas a cidade parece oferecer um compromisso ideal de escalas.

Já o motivo que nos refreou de escolher uma cidade em particular explica-se por não nos atermos na posse de instrumentos teóricos que nos permitam tratar com idoneidade um ou mais casos específicos; e por acreditarmos que a detecção de leis de carácter geral a partir de um caso particular é mais prolífica quando nos encaminhamos de uma perspectiva geral para uma mais detalhada. A fraqueza mais imediata desta escolha reside então no problema da definição de cidade.

A definição de cidade é desdobrável em número idêntico ao das áreas de pensamento que se ocupam dela⁴, no entanto supomos que a essência do objecto não muda com a ciência que o estuda. Assim, uma definição que se quede pelo cariz jurídico-político da cidade não nos interessa. A cidade, enquanto conceito e objecto, parece não ter fronteiras definidas e apresenta um conjunto de propriedades que a faz resistir a uma definição clara e definitiva. Este é, contudo, um problema voluntário. Se nos apossássemos tratar a cidade com os mesmos critérios jurídico-políticos com que tratamos o Estado, esse problema seria dirimido. Os municípios têm a delimitar o seu território praticamente a mesma precisão que um Estado.

O que é relevante na cidade extravasa a coincidência geográfica com o município (ou designações equivalentes); o espaço da cidade tem dimensões não euclidianas, não representáveis num mapa, e os processos que nela ocorrem não estão contidos nas fronteiras artificiais do território⁵. É uma tal definição que procuramos – no capítulo I.1 *A cidade política: Limites da análise* – e que propomos – em I.2 *Dimensões da Cidade: contrato e cenário*.

A respeito da proposta de uma investigação como a democracia urbana convém esclarecer que não pertencem a este trabalho quaisquer considerações sobre o que a democracia deve ser, ou quais os valores que a devem nortear. Aqui, apenas nos dizem respeito as pré-condições para uma mais completa teoria democrática no que concerne à questão da sua articulação no espaço, e em particular na cidade. É esta possibilidade que examinamos em II.1 *Uma democracia para o espaço*.

Ainda que negando à democracia a condição de sujeito na produção de espaço urbano, não seria implausível que certos traços distintos emergissem em cidades de regime democrático. Há no entanto uma série de fenómenos urbanos transversais⁶ aos grandes aglomerados urbanos que sugerem que tal não acontece. É esta perplexidade que nos faz examinar questões de causalidade e agência (no sentido dos sujeitos da acção) na produção de espaço urbano, e a questão geral de como relacionar espaço e

⁴ “Such intellectual fragmentation runs contrary to the need to understand the city as an holistic entity.” (Paddison, 2001:1)

⁵ Concordamos com Harvey (1985: viii) quando diz que “the study of urbanization is not the study of a legal political entity or a physical artifact.”

⁶ Alguns exemplos: 1) no plano demográfico, a *gentrificação*, hierarquias espaciais e entrenchamento de comunidades; 2) no plano económico, a criação artificial de escassez, o consumismo, e a especulação imobiliária, 3) no plano político, a privatização e semi-privatização do espaço público e a vigilância, e 4) no plano geográfico a conurbação, a dispersão (sprawl) e o subúrbio.

sociedade, em II.2 – *Questões político normativas na produção do espaço urbano*; capítulo onde aprofundamos a questão do tipo adequado de urbanismo para uma democracia, através da oposição entre *urbanismo democrático* e *urbanismo democratizante*.

Ainda que se definam competentemente os dois conceitos que pretendemos tratar sob os signos de cidade e democracia, podemos apenas aspirar a uma coerência harmoniosa dos juízos alcançados com as premissas iniciais, pois que não se afigura ciência possível na definição deles, apenas nas concatenações subsequentes. Porque esta constatação de fundo epistemológico tem implicações éticas dedicamos à questão da escolha da democracia como objecto de estudo o capítulo III.1 *O estudo da democracia: apontamentos de ética e epistemologia*.

É um costume meritoso, o de identificar o objecto de estudo de um trabalho científico com brevidade e acuidade numa fase preliminar do mesmo. É um expediente que nos permite circunscrever o âmbito e intenção do esforço intelectual posto em marcha. Para o presente trabalho a identificação dos conceitos em estudo não tem contudo uma natureza preparatória ou preambular nem é destacável da totalidade do mesmo, porque a sua ambição central é verificar a possibilidade da sua definição quando pensados em simultâneo. Este estudo é assim, ele próprio, preliminar, e o seu desfecho, apresentado em III.2 *Linhas de orientação: sintaxe espacial e o direito à cidade*, será necessariamente prospectivo.

I. A cidade como espaço contratual

I.1 A cidade política: limites da análise

O maior problema de uma empresa que se propõe desvendar a radicalidade ou essência de um conceito, não é o de se deparar com uma coisa esquivada e escorregadia, para isso já estamos preparados. O maior problema é que, na busca dessa radicalidade, é necessário relacioná-lo com outros conceitos em que – fôsse o mesmo espírito analítico a tomá-los – se encontram idênticas obnubilações às do conceito que se procura esclarecer. Procurar relações de oposição e semelhança parece ser sempre a melhor hipótese para erguer significados sem nos perdermos na gincana interminável entre um termo e um conceito. O desafio é procurar a medida certa entre a excessiva simplificação e a sobre-complexificação.

Ora, para a pergunta, o que é a cidade?, podemos encontrar uma série de estratégias de resolução que não ajudam necessariamente os nossos propósitos de produzir uma definição que permita inferir relações com princípios democráticos. O risco de proceder apenas na medida em que achamos servir esses mesmos propósitos é o de acostar numa definição que oblitera partes do objecto, que não o compreende na sua totalidade. Uma medida semelhante àquela que é levada a cabo sempre que se procura a definição de um objecto em função da ciência que o toma.

A estratégia deste capítulo é singela e enceta um exame dos constrangimentos colocados à análise do objecto cidade. Exploramos algumas das direcções possíveis que as abordagens de cariz sobretudo historico-sociológico nos concedem, para constatar que os limites que cada uma das direcções encontra é mais revelador do que frustrante. Confiar-se-á que não foram produzidas com a intenção de falhar mas de ilustrar e informar aquela que cremos ser a única direcção possível de um projecto de definição do conceito de cidade, que é a que a trata como produto do poder e da imaginação filosófico-política. Essas direcções que tomamos tentativamente concebem, à vez, a cidade como fenómeno, sua morfologia e sociologia, e sua função.

A questão de saber se não será hoje a cidade “um arcaísmo lexical” (Lopes, 2009: 87) resume de certa forma os problemas a que essas direcções nos conduziriam. Nos trechos abaixo, que continuam e fundamentam a questão do arcaísmo lexical do termo cidade, transparecem dois temas recorrentes na literatura do urbano: uma

confusão teórica entre o conceito de urbano e o de cidade, e o dispositivo heurístico da oposição de urbano e rural na compreensão de cidade⁷.

Fragmentada e disseminada (...) a cidade está em todo o lado e em parte nenhuma. Disseminação e difusão não podem querer dizer fazer cidade. Ao contrário, trata-se de uma difusão por simples justaposição que não corresponde a qualquer das matrizes históricas: da pólis grega à civitas romana, da town teutónica à stadt ou città-stato medieval de origem medieval europeia. (Lopes, 2009: 88)

De facto, hoje mais do que nunca, o estabelecimento urbano que se opunha aos estabelecimentos rurais está a desaparecer. (*op. cit.*, p. 87)

Podemos resumir assim os temas que uma questão como a de Lopes suscita: 1) qual o momento em que uma cidade deixa de/ ou começa a ser cidade; 2) a oposição urbano-rural como elemento da definição de cidade; 3) a utilidade das *matrizes históricas* na definição de cidade; 4) e em que sentido *urbano* e *cidade* coincidem?

a) fenómeno

A concepção da cidade como fenómeno impõe um exame das suas causas. O problema de conhecer as causas do fenómeno cidade revela-se, incomodamente, familiar nas ciências humanas, e manifesta-se tanto na espinhosidade empírica de conseguir isolar as potenciais variáveis explicativas, como no risco de paralogismo de confundir as causas de um fenómeno com os traços que o identificam como distinto dos demais.

Comecemos a questão das causas com uma comparação. Abordar a cidade como a queda de um grave, i.e., como um fenómeno que se repete de vários feitios mas, em todo o caso de acordo com as mesmas leis causais, em que uma força, a gravítica, impera e explica, é tarefa ilusória. Esse conjunto de fenómenos, em que um corpo cai, não tem história, a primeira queda não mudou a segunda. O mesmo não se passa com a cidade em que, seguindo a analogia, uma queda causou, condicionou, ou constrangiu, a outra, de tal forma que na criação de uma cidade podemos estar a assistir a perpetuação ininterrupta de um fenómeno anterior a ela, a que poderíamos,

⁷ Cf. Pahl, 1978_b: 264.

com algum arrojo, chamar civilização. A cidade vista assim é um epifenómeno que agiliza e participa do fenómeno civilizacional.

Muitas são as inovações técnicas e organizativas que se inscrevem na transição entre o momento em que não reconhecemos a existência de cidade e aquele em que já as concebemos como um facto, mas a nenhuma dessas inovações pode ser atribuído individualmente o ónus causal da cidade. Criações como a roda e o arado que Childe (1950) julgara, a princípio, serem traços essenciais da cidade, não sobreviveram nesse estatuto às descobertas arqueológicas nas cidades da civilização Maia. As características que conseguimos ver como típicas de uma cidade, por exemplo a especialização do trabalho (não existente nas aldeias do paleolítico), também sofrem de ambiguidade teórica pois podemos considerá-las tanto como causa, consequência, ou característica definidora de cidade.

Childe apesar de tudo identifica dez traços como mínimo denominador comum entre as cidades das quatro civilizações que considera “mutually independent” – Maia, Egípcia, Mesopotâmica, e do vale do Indo – no sentido em que não foram precedidas por outra, nem numa qualquer ordem de relações com outra. Esta expressão, *independência mútua*, não se aplica naturalmente às cidades de qualquer uma dessas civilizações tomadas entre si.

Podemos supor que todas as cidades que conhecemos, pretéritas ou ainda vivas, são herdeiras dessas quatro civilizações – ainda que nem todas tenham produzido uma linhagem perene – e que apenas nessas se deu um nexu causal que não admite a existência prévia de uma cidade. Algumas questões mitigam a relevância desta suposição a respeito do nexu causal: nada nos faz crer que um fenómeno não possa reproduzir as mesmíssimas causas que lhe deram origem; o conjunto pleno das causas não é inteiramente observável; aquilo que, a despeito de consideramos apenas à superfície, tomamos como o mesmo fenómeno, pode ter conjuntos de causas diferentes; as causas não ocorreram necessariamente de forma isotópica, poderão ter-se dado através de trocas que tornam plausível a criação simultânea de cidades em regime de proximidade.

Estas questões devem fazer-nos reconsiderar a reflexão sobre um conjunto de causas indeterminável e recentrar a atenção nas condições necessárias para o

fenómeno ocorrer, que é o mesmo que inquirir as condições sem as quais não assistimos à criação de uma cidade, sem as quais o fenómeno não se manifesta.

Nos dez traços que Childe julgou encontrar como denominador comum entre aquelas quatro civilizações de “independência mútua”, encontramos como resposta, que não carece de investigação histórica, duas condições necessárias para a formação de uma cidade: excedentes e vontade.

A densidade e o tamanho dos aglomerados urbanos; os tributos ou impostos remetidos para uma divindade, um rei, ou entidade com estas duas dimensões; a monumentalidade dos edifícios públicos; a formação de uma ou mais classes dependentes dos excedentes canalizados para o palácio ou templo e portanto dependentes desses dois poderes; a necessidade de criação de sistemas de escrita e notação numérica imposta pelos desafios da administração; a decorrente criação de memória; singulares formas de expressão artística inteiramente diferentes das encontradas nos períodos paleolítico e neolítico; o estabelecimento de rotas de comércio para matérias primas oriundas de lugares longínquos; todos estes traços parecem ostentar uma condição comum. Para Childe essa coisa que resiste comum e indispensável à construção de uma cidade é a criação de excedentes. O factor que justifica sozinho a especialização de funções ao libertar uma grande massa de homens da produção alimentar, e a que Mumford (2008: 41-42) acrescenta como consequência a criação artificial de escassez.

Este corolário da criação artificial de escassez é já inconcebível como independente de uma forma particular de vontade a que podemos chamar de vontade política. Mumford propõe hesitante, partilhando os créditos com Frankfort, o arqueólogo, que “o mais importante agente na efectivação de uma mudança de uma descentralizada economia de aldeia para uma economia urbana altamente organizada foi o rei, ou melhor, a instituição da realeza” (*op. cit.*, p. 40), esta é a vontade que reconhecemos como condição geral necessária para a ocorrência do fenómeno cidade.

O problema do reconhecimento de uma vontade como condição geral para a ocorrência de uma cidade é que, ao considerá-la como facto, i.e. como sujeito a uma observação objectiva e verificável, as suas manifestações coincidem com a manifestação geral do fenómeno cidade. Portanto explicar a cidade como produto

dessa vontade seria uma circunlocução, não uma definição, pois que essa vontade só é reconhecível no seu produto.

Numa lógica sistêmica do poder que seria melhor esmiuçada pela teoria das relações internacionais, o poder de uma comunidade sob a égide desta instituição da realeza, tem propriedades que fazem com que o alastramento da forma cidade não se explique apenas pela criação de excedentes – como Childe (2005) sugere, causada pelas trocas com comunidades bárbaras, que acabará por criar excedentes nessas outras paragens – mas também pela proliferação de um instrumento de poder. Podemos considerar uma tal dinâmica do poder como expansão e oposição, de forma que um poder instituído se expande em razão das contrariedades que encontra, entre elas um outro poder.

Nesta perspectiva a criação de uma cidade é interpretável como o desenvolvimento de um instrumento – do qual os excedentes são veículo necessário – de manutenção do poder, ou de resistência a um outro poder. Não é uma dinâmica que produza invariavelmente os mesmos resultados, e alguns cambiantes da mesma são directamente visíveis na morfologia da cidade⁸. Nem tão pouco essa dinâmica invalida uma natureza gregária do ser humano como factor anterior e necessário para que ela se dê, mas anula muitas hipóteses de qualquer comunidade, com uma organização que não traduza aqueles traços que Childe identificou, sobreviver na sua forma prístina quando forçada a interagir com uma cidade. Desta forma a cidade é uma disposição gregária que triunfou⁹ – ou assimilou, ou suprimiu, ou converteu as demais – sôb o signo do poder instituído.

b) morfologia e sociologia

Castells (1971: 86), elaborando sobre o esquema de Childe, reforça o ângulo social de análise do conceito cidade ao salientar o papel cambiante da cidade enquanto expressão espacial das relações sociais. A relação entre formas espaciais e

⁸ Como, por exemplo, os caracteres exteriores especificamente associados a funções de defesa.

⁹ “(...) é tal a balança: o peso maior arrasta o menor. Desse tal ponto de vista, uma cidade estará muito acima de um povo quando os sujeitos que o formam, em vez de estarem reunidos em pequenos burgos, vivem isolados, como os arcadianos.” (Aristóteles, *Política*, Livro II, Cap.1, §4.)

processos sociais parece relativamente óbvia mas, como teremos oportunidade de demonstrar em mais que uma ocasião, encerra uma série de embaraços teóricos (pelo que será sempre mais seguro não lhe adscriver um nexos causal unívoco e simplista¹⁰).

Castells (*op. cit.*, p. 88) tenta “sintetizar, dentro de una certa coherencia teórica, hechos e secuencias harto conocidos”, que vão desde as primeiras cidades até às sociedades altamente industrializadas, através de traços gerais dos processos sociais e evoluções técnicas dos sistemas de produção. Para uma explicação deste tipo não é necessário votar-lhe uma causalidade, trata-se tão só, como Castells faz, de descrever e constatar a coincidência de tipologias de formas urbanas com tipologias sociais e inovações técnicas, sem deslizar para um discurso determinista.

Parece seguro afirmar que uma mudança significativa em qualquer um dos campos – espacial, social, e tecnológico – desencadeia efeitos manifestos nos outros. O que esta constatação algo evidente não nos diz é que linha cose os fenómenos destes campos com o fenómeno cidade nem o que a torna distinta como conceito, mas pode fazer-nos suspeitar, dada a sua natureza intrínseca, que não são fenómenos distintos fora do plano da linguagem.

Se começássemos a nossa investigação a respeito da oposição entre urbano e rural, pela sabedoria contida na linguagem coloquial, deparar-nos-íamos com aquilo que Hillier e Hanson (1984: 26) resumem desta forma:

At a general level, everyday language recognises this pervasive relation between spatial formations and lifestyles by using words like urban, suburban, village, and so on with both a spatial and a behavioural dimension to their meaning. (...) We read space and anticipate a life-style.

Na linha desta oposição entre formas de vida, qualquer definição teria de diferenciar o urbano do não-urbano de um ponto de vista sociológico (Wirth, 1967: 98). Porém, a advertência de Pahl (1978a: 5), quando diz que “there is so much evidence now of *urban* patterns of social relationships in *rural* areas, that the terms have lost sociological significance”, aconselha-nos a não usar termos como urbano e rural para descrever as relações sociais de um meio. Castells (1971:90), na mesma linha, declara que “el espacio ha desaparecido, por tanto praticamente, como elemento

¹⁰ Deixamos, para ilustração do que dizemos, a forma ambígua como Castells (1971: 85) descreve a relação: “Esto quiere decir, que incluso la forma de las ciudades y su evolución y funciones dependerán estrechamente del tipo de proceso social que las subyace y que la estructura urbana así creada influirá en un determinado sentido en los nuevos procesos sociales que se originen en su seno”.

de delimitación de unidades socialmente significativas. Weber, por exemplo, a despeito de algumas interpretações que dão a sua dicotomia tradicional/racional como correspondentes respectivamente às categorias rural ou não-urbano, e urbano (cf. Pahl, 1978b: 264), já via uma relação “de modo algum unívoca” (Weber, 1967: 79) das cidades com o campo:

Se na actualidade consideramos que o típico habitante da cidade é um homem que não cobre suas próprias necessidades com o cultivo próprio, na maior parte das cidades típicas da Antiguidade (polis) ocorria precisamente o contrário. (...) O pleno direito do antigo cidadão, diferentemente do burguês medieval, caracterizou-se em sua origem precisamente porque era proprietário de um kleros, fundus (...). Assim, o cidadão completo da Antiguidade é um “cidadão lavrador”.

Deixando de parte a dimensão social do espaço e opondo expressões topográficas de natureza não alterada e alterada directamente pelo homem, chegamos a dois conjuntos em que num só deles podemos encontrar cidades. Neste último conjunto encontraremos muitas outras expressões entre as quais – mesmo nas mais semelhantes à cidade como o vilarejo, a aldeia e o lugar – constatamos uma diferença que poderíamos classificar como uma diferença de grau e natureza de intervenção. O grau como medida da urbanização e a natureza como intenção da intervenção. Porém, quando tentamos definir estes graus e natureza encontramos grandes dificuldades, que Castells (1971: 78), por exemplo, definiria como as “contradicciones insolubles del empirismo estadístico en la definición del concepto del urbano”¹¹.

Também o critério do tamanho na determinação da cidade do ponto vista sociológico foi sempre desqualificado por demasiado arbitrário (Weber, 1967; Wirth, 1967), e até aquilo que conhecemos como mundo rural é palco da intervenção humana e acontece numa determinada relação com a cidade.

Para além destas oposições de cariz ecológico e sociológico¹² também, uma definição por oposição com base nos aspectos físicos e plásticos seria insuficiente,

¹¹ A definição que Castells (1971: 78) adianta para urbanização é a seguinte: “el proceso por el cual una proporción significativamente importante de una población humana se agrupa en el espacio formando aglomeraciones funcional y socialmente interrelacionadas desde el punto de vista interno”. São imediatas as dificuldades que uma definição assim suscita para aplicações práticas pela quantidade de sutilezas e ambiguidades.

¹² Estas duas hipóteses de oposição equivalem às duas acepções distintas de urbanização que Castells (1971: 76) do termo urbanização: a) La concentración espacial de la población a partir de unos determinados límites de dimensión y densidad; b) La difusión del sistema de valores actitudes y comportamientos que se resume bajo la denominación de “cultura urbana”.

porquanto naquelas áreas geográficas que costumamos identificar como cidade assomam várias manifestações comuns a outros lugares a que não emprestamos o epíteto de cidade. Isto acontece porque a cidade enquanto produto da invenção humana detém um potencial aglutinador que lhe permite emular cenários de manifestações que lhe são exógenas; tudo o que está fora da cidade acontece ou pode vir a acontecer nela, pelo menos como sucedâneo.

Ainda no trilho de uma definição por oposição ao não-urbano, Frey e Zimmer (2001), adiantam três planos do conceito urbano, que costumam servir fins práticos diversos (planeamento urbano, administração, estudos de impacto...) ¹³ – o ecológico, o económico e o carácter social – mas apressam-se a evidenciar a insuficiência dos critérios utilizados quer pela sua arbitrariedade, quer pela sua inconsistência.

Quanto à utilidade cognitiva destes elementos que Frey e Zimmer enumeram, ela parece reduzida à possibilidade de esboçar dois pólos de um *continuum* rugoso, o urbano e o não-urbano, que, tomado como imagem, se adequa à distribuição geográfica visível no fenómeno da dispersão (ou o *sprawl* ¹⁴).

O que liga estes dois pólos parece ser mais a incertitude que um conjunto de matizes conhecidas. Pahl (1978b: 280-287) pergunta, de forma certa, que *continuum* é este, com as palavras “Typology or Process?”. Pois não é claro se nos socorremos da imagem do *continuum* por comodidade analítica ou por efectiva apreensão de uma realidade.

Estes planos – ecológico, económico e social – emergem da compartimentação de factores interrelacionados como tamanho da população, densidade populacional, organização económica espacial e social, função económica, procura e oferta de emprego e áreas administrativas. Para qualquer um dos planos são estipulados

¹³ “Policy analysts dealing with the environment, for instance, may be interested in definitions that take advantages of spatial elements. Others may find it more advantageous to accept already defined administrative boundaries. Demographic and economic types of analyses may be better served with definitions that consider the function of urban area and the degree of interaction that takes place within a given area.” (Frey e Zimmer, 2001: 27)

¹⁴ Para uma imagem do fenómeno ver por exemplo as fotografias aéreas em Domingues, 2006.

critérios irremediavelmente arbitrários para a fronteira entre o urbano e não urbano¹⁵, que apresentam frequentemente descontinuidades dentro de um espaço urbano considerado.

Esta constatação de descontinuidade predispõe-nos a concordar com a taxatividade de Pahl (*cit. in* Paddison, 2001:12) a respeito da possibilidade de uma sociologia urbana (com implicações para qualquer ciência que se faça acompanhar do sufixo urbano) quando diz que “in an urbanized society, urban is everywhere and nowhere: the city cannot be defined, and so neither can urban sociology”.

c) função

No esteio de uma perspectiva sociológica como o funcionalismo, não nos preocuparíamos, entretanto, com a determinação dos caracteres sociais específicos da vida urbana para definição de cidade. O exercício seria antes o de conceber a cidade como um facto social cuja existência é explicada pelo desempenho de funções essenciais a um *todo social*. Arredemos momentaneamente dois problemas incontornáveis, como é o da identificação desse todo, que não poderia coincidir em nenhum sentido com a cidade, e uma certa tautologia que todo o funcionalismo parece exhibir que é a de que algo existe porque é necessário, e é necessário porque existe.

Tomemos, no que parece ser uma comparação proveitosa, o universo das cidades como uma colecção de canivetes todos diferentes. Cada um desses canivetes, com um sem número de funções desempenhadas por elementos retractíveis, não deixa de ter uma função de conjunto manifestada numa série de características essenciais – portátil, facilmente manejável, etc. – a que podemos chamar respectivamente funções acessórias e essenciais.

Também a cidade pode desempenhar várias funções através de formas e instituições que não são necessariamente comuns a todas as cidades, nem finitas, e, como no canivete, limitadas apenas pela imaginação e suas características essenciais.

¹⁵ Para o caso da distribuição espacial comumente tomada como descritor do elemento ecológico temos, por exemplo, estas três realidades distintas: “In the United States for instance, areas with populations of 2,500 or more are considered to be urban. For Denmark, a population of 250 or greater is considered to be urban, while in India is 5,000 or more. (Frey e Zimmer, 2001: 26); Para o caso da densidade devemos levar em conta a observação de Wirth (1967: 101): “a não ser que a densidade seja correlacionada com características sociais expressivas, ela poderá servir somente como uma base arbitrária na diferenciação entre comunidades urbanas e rurais”.

Se prosseguíssemos neste paralelismo e indagássemos quem usa o canivete, que é o mesmo que perguntar quem usufrui dessas funções acessórias e das hipotéticas funções essenciais na cidade a resposta não seria de todo imediata.

Esta pergunta não é a mesma que Dahl (1971) faz em *Who Governs?* nem a dos estudiosos do poder local¹⁶, pois concebemos que quem governa ou quem manda, pode ter um determinado peso no arreo de funções desempenhadas na cidade e até nas restrições, sejam de que natureza forem, a quem delas faz uso, mas não coincide forçosamente, numa correspondência perfeita, com o conjunto de usuários; podemos imaginar uma cidade em que um grupo reduzidíssimo governa e a totalidade usufrui daquilo que pretende usufruir (do hospital, da escola, do jardim, etc).

Acresce que tais funções não são necessariamente unívocas – um objecto para uma função e um usuário – elas podem servir uns servindo outros e desenrolar-se em várias direcções, como o funcionalismo de Merton postula (Moreira, 2006: 91-94).

A perspectiva funcional não se esgota porém na identificação das funções acessórias e essenciais nem em de quem delas usufrui, pode também – e aqui abandonamos a metáfora do canivete – ser considerada como parte integrante de um sistema maior entre outras cidades onde desempenha também uma função, ou pelo menos aspira a tal. Este sistema de cidades não equivale necessariamente ao *todo social* que serviria de eixo para avaliar a função da cidade.

Chegámos a três leques possíveis de funções – acessória; essencial; e sistémica – e destes aquele que se refere às funções acessórias apresenta-se como o mais acessível de identificar pois acontece em formas e instituições com graus de notória visibilidade.

Antecipa-se algum perigo na ideia de uma função essencial. Por não ser imediatamente perceptível nem inequívoca, sujeita-se a interpretações normativas, em que procurando encontrar na cidade finalidades claras – quando não é nítido se uma tal teleologia é lícita do ponto de vista da análise – determinamos categorias do dever-ser. Se assim for a procura da função essencial será apenas um desiderato exterior ao facto, porquanto essa função pode não passar do mero agrupar das funções acessórias.

¹⁶ Referimo-nos especificamente a área designada por “urban regime theory”. Para uma aproximação ao tema ver por ex. Stoker & Mossberger, 1994; 2001.

Outra forma de entender estes três tipos de funções é arranjá-las de uma forma hierárquica em que aqueles elementos básicos da cidade – a rua, o passeio, a praça – são funções de outras funções num processo que se estrutura até a uma função derradeira que apodariamos de função essencial.

Já a função sistémica pode explicar-se na medida em que assegura a existência da própria cidade. De tal forma que, para encontrar o seu lugar no mundo, assim como o indivíduo se especializa para se tornar necessário, a cidade necessitasse de desenvolver apetências que justifiquem a sua existência perante as outras; um sub-produto da inexorável interdependência a que as cidades hoje parecem estar votadas. Como Wirth (1967: 110) descrevia:

O extremo grau de interdependência e o equilíbrio instável da vida urbana estão intimamente associados com a divisão do trabalho e a especialização das ocupações. Esta interdependência e instabilidade é aumentada pela tendência de cada cidade em se especializar naquelas funções que lhe são mais vantajosas.

Desta forma, também poderíamos confundir a função sistémica, com a função essencial, e sugerir que ambas se sublimam pela imposição da competição no sistema complexo de cidades, que depende da forma como se relacionam umas com as outras. Harvey (1989: 11) num artigo sobre a governança urbana do ponto vista da interdependência do sistema de cidades, ao entender esse mesmo sistema como uma grelha de competição inter-urbana de soma-zero, reduz a tarefa da governança urbana a esta fórmula: “to lure highly mobile and flexible production, financial and consumption flows into its space”.

A análise das estratégias de governança urbana numa competição de soma-zero, sugere uma continuidade daquilo que salientámos acima como a lógica sistémica do poder que terá enquadrado o nexo causal da cidade, como forma de associação gregária que triunfou sobre as demais. Harvey identifica quatro dessas estratégias: 1) aglomeração de economias através de investimento privado na criação de infraestruturas físicas e sociais; 2) o marketing da imagem da cidade e as políticas públicas requeridas para o apoiar, como a promoção da gentrificação, de eventos periódicos, da remodelação do aspecto físico da cidade para um *design* apelativo: “above all the city has to appear as an innovative, exciting, creative, and safe place to live or visit” (*op. cit.*, p.9); 3) a luta pelas funções de comando e controlo da alta finança, instituições governamentais, e recolha e processamento de informação; 4)

criação de vantagens na disputa pela distribuição das receitas estatais, o tipo de cidade que Weber (1967) na sua tipologia apelidou de *pensionópolis*.

Face a estas estratégias de governança urbana poderíamos dizer que os órgãos da cidade mais preparados para definir as suas funções estão reféns do comportamento de cada uma das outras cidades, em todo o caso podemos sempre interpretá-las como constrangimentos da governança urbana, como a função a cumprir para que a cidade siga existindo e não a função da cidade ela própria. Esta análise sistémica será melhor entendida como uma explicação do comportamento das cidades do que como uma definição a partir de uma perspectiva funcionalista.

Não é, então, claro para cada função que divisemos na cidade, o critério que nos permitiria classificá-la como acessória ou essencial. Antoine (1963: 581), por exemplo, assevera sem reservas que a “cidade nasceu em razão de uma de várias funções elementares: o comércio, a indústria, a administração e a defesa”¹⁷. O que faz supôr que a continuidade da cidade depende, de certa forma, da permanência destas funções na cidade; alguns acreditam que as tecnologias de informação tornarão as cidades desnecessárias e outros (mais raros) prevêm, contra todas as evidências, a perda de vigor e o fenecimento das cidades (cf. LeGates, 2005: 18).

Não é difícil encontrar casos que corroborem o que Antoine postula, e mesmo que não nos detenhamos apenas no momento da criação conseguimos reconduzir a uma ou mais destas *funções elementares* as fases de crescimento de uma cidade em particular. Não é óbvio, para todos os casos, que a cidade tenha servido esses fins pela consciência activa de sujeitos ou acidentalmente.

Não podemos presumir que as funções que a cidade desempenha sejam idênticas em todos os tempos históricos – o caso da *função elementar* da defesa traduz de uma forma explícita isso mesmo – e a prudência aconselha-nos a não nos precipitarmos na sua adopção como funções essenciais. Até porque alguns diagnósticos apresentam uma natureza centrífuga das funções elementares comércio e indústria, pelas mudanças na forma de produzir bens e serviços e na logística do tráfego e distribuição destes:

¹⁷ Dentro da lógica de Antoine e na linha de funções elementares de ou para as quais a cidade parece surgir poderíamos juntar a do culto religioso: “Cada característica da antiga cidade [de Assur na mesopotâmia] revelava a crença de que o homem não era criado para outro propósito senão o de engrandecer e servir a seus deuses. Essa era a razão última da existência da cidade” (Mumford 1961:89).

Desfez-se assim o monopólio da aglomeração funcional na cidade antiga, multiplicaram-se as escolhas e as tipologias de habitação, dispersaram-se funções e emprego ao longo de estradas ou reagrupamentos funcionais junto de vias estratégicas” (Domingues, 2006: 20).

O que pode ser interpretado, não como um movimento de fuga da cidade mas como uma explosão da cidade ela própria (em parte promovida pela hiper-mobilidade do automóvel), e assim identificar a presença de cidade com a presença dessas funções.

Associadas a esta independência funcional do cidadão-consumidor, algumas abordagens neo-marxistas vêem, na linha dos constrangimentos sistémicos, uma decrescente dependência do capital perante os locais, “as capital has become more mobile and less tied to specific locations, the need for business, to intervene in [local] politics has waned” (Mollenkopf, 2005: 239). A questão a saber é a de se aquelas funções geraram objectos que precedem a cidade – um mercado, uma fábrica, uma guarnição para o caso da defesa, um templo – mas capazes de gerar uma cidade, apenas coincidem espacialmente com ela nessa medida, e que vencidos os constrangimentos da localização, podem executar um movimento exógeno clamando independência. Se assim é, o que resta na cidade para além de um centro de consumo, um recipiente de cidadãos consumidores? Ou se por isso mesmo se constituem como candidatas à categoria de função essencial.

Estas quatro funções elementares, que Antoine avança, podem ser separadas no seu âmbito como económicas (comércio e indústria) e políticas (administração e defesa) pela conveniência que nos oferecem na compreensão da cidade. Weber (1967: 80) inclina-se para a dimensão político-administrativa do termo como aquela que melhor se acerca do conceito:

A razão está em que o mero facto da coexistência de comerciantes ou industriais e o abastecimento das necessidades quotidianas regulado pelo mercado não esgotam o conceito de “cidade”. Quando isso ocorre, quer dizer quando dentro dos estabelecimentos autárquicos tomamos como diferença unicamente o grau da própria satisfação das necessidades por meio da agricultura ou – o que não é a mesma coisa – o grau de produção agrária em relação à actividade lucrativa não-agrária, e a ausência ou presença de mercados, falaremos de “localidades” industriais e mercantis e de “zonas de mercado”, porém não de “cidade”. O facto de a cidade ser não só um conjunto de casas, mas também uma associação económica como propriedade

territorial própria, com economia de receitas e despesas, não a diferença da de aldeia, que conhece as mesmas coisas.

Crê Weber, por estas razões, ser “preciso separar o conceito económico (...) do político-administrativo da cidade” pois só a este último corresponde “um âmbito urbano especial” (*op. cit.*, 82), só nele acontece a cidade. Portanto, apesar de parecer claro que os factores comerciais e industriais não bastam para assistirmos a uma cidade, e que não dependem de uma estrutura urbana a que chamemos cidade para existirem, não é óbvio que não dependam de uma ou mais cidades, enquanto centros de consumo, para se concretizarem. Nem tão pouco que uma cidade não dependa deles para seguir existindo.

Ainda que a cidade continue a desempenhar essas funções, a ideia de que ela pode servir as mais diversas finalidades humanas nunca foi arredada das suas possibilidades, nem mesmo aquela finalidade etérea da felicidade. As mais diversas utopias não se edificaram em razão dessas funções dadas por Antoine, isto porque se reconheceu sempre que a cidade era o lugar-a-ser onde a boa vida era possível – veja-se a *cidade-jardim* de Ebenezer Howard, ou a mais conhecida *Utopia* de More – não por devaneio moralista mas pelo reconhecimento explícito de que os espantosos feitos alcançados pela civilização sintetizados na edificação de cidades continham em si possibilidades por cumprir. A função essencial da cidade continuará disponível para o exercício de uma vontade política, mas o papel que cada cidade parece ter de desempenhar para sua sobrevivência, num sistema maior de cidades, limita os graus desse exercício.

d) conclusão: uma visão normativa da cidade

Um conhecimento intuitivo da cidade – que nos é outorgado por instâncias ocultas – permite-nos certamente levar o quotidiano sem grandes sobressaltos, o mesmo acontece com o nosso conhecimento intuitivo do que é o ser humano que nos permite interagir com outros sem grandes hesitações para a maior parte das situações.

Tal como o nosso entendimento de ser humano nos predispõe a certas posições normativas, o nosso entendimento de cidade tem o poder de condicionar a

forma de agirmos nela e sobre ela¹⁸, e é pelo menos por esta razão que este exercício de estultícia é necessário. Muito antes da descoberta do ADN se testavam os limites da definição de ser humano; um homem sem pernas é um homem?, um homem negro é um homem?, um homem em coma é um homem?. E a resposta a cada uma destas questões dependia naturalmente do que se compreendia por ser humano, e exigia sempre um reexame, fosse ele breve ou detido, do conceito. Agora aceitamos um critério puramente científico que nos permite confirmar sempre que se está na presença de um ser humano, mas ainda discutimos se o feto no ventre já é um ser humano. Esta última também é uma questão normativa, mas qualquer avanço científico pode vir a emprestar-lhe outros argumentos com uma áurea que excede a normatividade, como por exemplo a descoberta de que os fetos padecem de dor ou tristeza. No entanto, ela não deixa de, por essa razão, ser normativa.

A ciência fornece-nos dados que se sujeitam à nossa interpretação: porque nos compadecemos com dor e tristeza, decidimos atribuir-lhes ou não relevância para a definição de ser humano, não porque encontremos nelas características essencialmente humanas. Provavelmente os caracteres essencialmente humanos são tão visíveis como os que pertencem à essência da cidade. Ainda que no primeiro tenhamos vantagens por dispormos de categorias aceites – como a de ser vivo, mamífero, omnívoro, ramo dos primatas – elas são inúteis em questões práticas como a determinação do salário mínimo. Compreendemos que o papel da ciência é limitado pela vontade dos indivíduos que a tomam. O mesmo rigor posto em marcha na definição de um ornitorrino não levantará grande alvoroço sempre que não puser em causa as grandes estruturas da sociedade, já o contrário se passa com a definição de cidade.

Ainda que fosse possível *descobrir* o ADN da cidade, a questão de determinar o que é uma cidade nunca estará resolvida¹⁹: Talvez no tempo da cidade amuralhada da idade média nos fosse possível alcançar com maior clareza uma definição de cidade, mas tão logo ela seria desmentida pelo porvir, porque tenderíamos a ater-nos às especificidades do tempo, sem atentarmos na grande variedade de exemplos

¹⁸ “The consciousness of urban inhabitants is affected by the environment of experience out of which perceptions, symbolic readings and aspirations arise.” (Harvey, 1989: 5)

¹⁹ “Cities are civilization and the study of cities involves the study of humankind. No one can master all there is to know about cities and there will always more to study and understand as cities continue to evolve.” (LeGates, 2005: 18)

históricos que temos hoje oportunidade de conhecer. É por esta mesma razão que não devemos procurar definir cidade apenas a partir dos factos que encontramos nas cidades de hoje, e considerar-lhes o percurso por inteiro, nem tão pouco erguer as matrizes históricas de que Lopes (2009) fala acima como modelos de reconhecimento de cidade, o que equivale portanto a rejeitar a cidade como uma forma historicamente determinada.

Do ponto de vista da ciência política a definição mais imediata de cidade é de âmbito jurídico-político, mas devemos tentar circunscrever um objecto de análise que mantenha as propriedades que lhe dão existência, que não seja puramente operativo. Uma definição jurídico-política comporta uma área geográfica delimitada e um conjunto de instituições que não coincide necessariamente com a entidade que procuramos quando pensamos a cidade como espaço urbano, lugar de poder, como fluxo de bens e serviços, e recinto de um determinado viver social. Também não se justifica, por outro lado, sonegar a questão da delimitação geográfica e as instituições que a tutelam, argumentando que esta é *ad hoc*; ela serve propósitos que não hão-de ser despidiendos para o entendimento do conceito que procuramos.

Uma das indicações retiráveis da nossa análise da morfologia e sociologia da cidade é a de que as fronteiras engendradas são apenas compreensíveis à luz de determinados fins, e que sejam estes económicos, ecológicos ou administrativos, o que lhes é comum é a intenção de intervir e planear. Estes fins estão sujeitos à arbitrariedade das contingências e dos interesses dos agentes que deles participam. O esforço de categorização obedece a uma vontade de apropriação da realidade para melhor lidar com ela.

Um importante facto a sobressaltar dos fins para os quais estas divisões (geográficas, administrativas, *etc.*) são erguidas, ainda que pareça relativamente óbvio, é o da necessidade de qualquer um deles em estabelecer fronteiras e limites, o que torna lícito supôr que uma das principais funções do termo e conceito cidade é o de fornecer um arranjo esquemático de um mundo no qual é possível intervir porque compartimentado. Tal não implica contudo que o objecto a que se refira essa compartimentação detenha as características que este intento faz adivinhar, ele pode conter em si forças contrárias à mesma.

A necessidade de compartimentação não se socorre apenas do termo cidade, há uma larga panóplia de conceitos destinados ao mesmo efeito de criar jurisdições de intervenção. A existência desses conceitos, como área metropolitana, região administrativa, etc., é significativa. Ela compreende a possibilidade de uma extensão urbana – no sentido dos artefactos físicos que a urbanização produz – de dimensões que colocam sérias dificuldades a uma organização política eficaz.

No ideograma, do hiéroglypho mais antigo a exprimir cidade, encontramos um círculo atravessado ao centro por duas rectas perpendiculares. Pahl (1978a: 3) interpreta nessa disposição pictórica a convergência de rotas “bringing men, merchandise and ideas” representada pelas rectas, e no círculo vê a barreira física, a muralha ou o fôso, que une o corpo dos cidadãos. Mumford (2008: 97) a respeito do mesmo hieróglifo vê nas rectas não só as rotas mas também a divisão da cidade em bairros, e prefere salientar o contraste que a cidade egípcia coeva deste hieróglifo apresenta: essencialmente aberta onde não se encontram muralhas. A explicação que Mumford adianta para o círculo não é simbólica, é histórica: o hieróglifo data provavelmente de uma forma anterior de cidade dos tempos pré-dinásticos cujas cidades tinham muralhas.

As interpretações simbólica e histórica do círculo confundem-se numa só quando compreendemos que uma e outra exprimem artifícios de delimitação. Essa delimitação pode ser explicada por vários factores mas o que interessa salientar é a persistência que ela revela, mesmo hoje que se torna difícil discernir o limiar de uma cidade. A ideia expressa nas rectas perpendiculares reforça a mesma adequação quando a transpomos para a cidade hodierna; não conseguimos conceber uma cidade isolada, sem uma miríade de vasos comunicantes. Note-se sobretudo na tensão que parece existir entre as ideias de círculo e de rectas perpendiculares: separar e ligar.

Um ideograma assim suscita alguma admiração pela simplicidade e poder evocativo – ele parece conter uma imagem vaga da essência de cidade – e ao mesmo tempo alguma inquietação pela misteriosa capacidade de fixar o significado de uma coisa sujeita a intensas e extensas modificações. Haverá de facto alguma continuidade ontológica de cidades como as do antigo egipto para as megalópoles de hoje? Não é uma pergunta elegante, mas, se nos é permitido inquirir a essência da cidade, esta é uma formulação possível. E conjecturamos, será essa continuidade a História daquela tensão de ligar e separar e que, finda essa tensão, se esfuma a cidade. Como Mumford

(2008:1) cogita logo na abertura d' *A cidade na história*: “Desaparecerá a cidade ou – o que seria outro modo de desaparecimento – transformar-se-á todo o planeta numa enorme colmeia urbana?”

Para Harvey (1989: 6) as práticas espaciais do conceito de urbano de que se ocupa, transformaram-se de tal forma que o urbano enquanto domínio distinto de processos espaciais se revestiu de uma certa opacidade. A cidade não é então tudo o que acontece no urbano nem acontece sempre onde há urbano²⁰, e, por maioria de razão, não se define por oposição ao não-urbano.

Perguntávamos se aquela tensão entre separar e ligar que parece pertencer à essência da cidade se resolvia a favor de um dos movimentos. Isto, porque assistimos a uma malha urbana continuada que ocupa uma parte crescente do território, e alguma futurologia menos optimista já pressente a superfície terrestre urbanizada por inteiro. Acabariam tais desenvolvimentos com a cidade? Acabaram certamente com aquelas matrizes históricas da cidade, mas por outro lado elas só se tornaram matrizes históricas por isso mesmo, porque foram substituídas. Apesar disso, terá cessado então o movimento de separar como o do círculo do hieróglifo exprime, em favor do movimento de ligar?

O que se verifica é uma intensificação dos dois: “The reduction of spatial barriers has in fact, made competition between localities, states, and urban regions for development capital even more acute” (Harvey, 1989: 11). No segundo movimento uma intensificação observável a olho nu das tecnologias da informação e dos transportes, e consequentemente uma crescente mobilidade geográfica do capital, entretece os destinos das cidades (Brenner, 2004); no primeiro, por causa do movimento do segundo, a compulsão para as localidades entrarem no jogo da economia de mercado: a procura em cada local de criação de vantagens na competição inter-urbana²¹ ilustra a mera transição de escalas – do indivíduo para as grandes aglomerações metropolitanas – na azáfama eterna da sobrevivência. Se há oposição que possa definir cidade ela parece ser, paradoxalmente e desde muito cedo, a oposição a outra cidade: “tão logo se implantou a guerra o principal inimigo de uma

²⁰ “Apesar do predomínio do urbanismo no mundo moderno, ainda sentimos falta de uma definição sociológica do que seja cidade, a qual levaria em conta, adequadamente, o facto de que enquanto a cidade é local característico do urbanismo, o modo de vida urbano não se confina às cidade.” (Wirth, 1967: 122)

²¹ Para uma visão geral e resumida das estratégias de governança urbana na competição inter-urbana ver Harvey, 1989: 8-10.

cidade era outra cidade que, sob outro deus, reclamava iguais poderes” (Mumford, 2008: 51).

A cidade é uma invenção que uma vez chamada à luz do dia se encontrou disponível para os mais diversos fins, em que uns sistematicamente vingaram em detrimento dos demais, e a história dessa evolução será talvez explicável pelo que podemos resumir como a história da competição urbana. Onde tivemos cidades fruto da colonização ou da pressão exercida por outras cidades não podemos falar de invenção *ex novo*, porque ou estas foram criadas de acordo com finalidades trazidas de outra parte com instrumentos, como a quadrícula e o extenso aparato de planeamento das guarnições romanas, que serviam determinados propósitos perpetuando a invenção originária ou intenções nela contidas, ou emulavam as formas de outra cidade porque atacadas por ela, como a difusão de um simples instrumento de guerra. Em certo sentido uma cidade criou as demais²².

Convém então especificar o que se entende por cidade como facto político, e tal procedimento deverá dar conta dos principais factos retirados da análise tripartida da cidade que aqui fizemos: a vontade política, os artificios de delimitação e intervenção no espaço, as exigências sistémicas impostas.

I.2 Dimensões da cidade: contrato e cenário

Autonomiza-se a cidade como conceito na medida em que: 1) recorta uma secção da realidade, entendida como expressão espacial (que não é o mesmo que delimitação geográfica) de um código normativo (a cujas expressões chamaremos contrato); 2) em que a correspondência entre ordem espacial e ordem jurídica é, antes de mais, postulada pela segunda, e não necessariamente uma questão de continuidades lógicas onde uma é o prolongamento harmonioso da outra; e 3) em que essa correspondência é reconhecida como semelhante por outras entidades em que a mesma acontece.

²² O seguinte excerto ilustra parte do que queremos dizer: “The Egyptians, the Sumerians and the Indus people had accumulated vast reserves of surplus food. At the same time they had to import from abroad necessary raw materials like metals and building timber as well as “luxuries”. Communities controlling these natural resources could in exchange claim a slice of the urban surplus. They could use it as capital to support full-time specialists – craftsmen or rulers – until the latter’s achievement in technique and organization had so enriched barbarian economics that they too could produce a substantial surplus in their turn.” (Childe, 2005: 42)

Autonomiza-se a cidade como objecto de estudo na medida em que confiamos: 1) ser possível estabelecer relações entre a *constituição formal* de uma comunidade delimitada no território, a disposição dos artefactos que constituem aquilo que conhecemos como espaço urbano, e os factos sociais que nele ocorrem; e 2) na capacidade de perscrutar estas relações independentemente da escala que essa delimitação impõe e de as compreender em confronto com o mundo exterior.

A definição do conceito parece necessitar de uma definição de escala e de hierarquia para se distinguir de outras entidades como os Estados, mas a objectividade impede-nos de as acrescentar. A cidade não é, como vimos, definível pelo seu tamanho e, ainda que correntemente aceite uma hierarquia de subordinação política ao Estado sabemos de exemplos históricos de cidade que contrariam uma disposição hierárquica; tamanho e hierarquia são então contingências. Em suma, é cidade aquela correspondência entre espaço, sociedade e norma que tem o poder de dizer ser cidade e, ao fazê-lo, participar do património cultural desse conceito e da sua construção.

Para iniciar a compreensão dessa correspondência julgamos adequada uma exploração dos conceitos contrato e cenário como expressão de uma ideia de cidade articulada em duas dimensões.

A escolha do termo contrato explica-se por permitir um conceito que se ajusta à noção de cidade como conjunto de cidadãos, e simultaneamente aos casos empíricos em que o emprego do termo cidadania não faz aparentemente sentido, e porque pode observar a definição de um território e a sua adscrição ao estatuto de cidadão que pretendemos esclarecer. O contrato é o primeiro eixo em que uma cidade pode começar a claudicar ou construir-se como lugar democrático, pois que é, de certa, forma um eixo conceptualmente anterior ao espaço porque é, em princípio, realizável em qualquer lugar geográfico.

O cenário²³ é um conceito a abandonar assim que compreendemos com maior rigor aquilo que ele pretende exprimir: a expressão espacial do contrato em relação com os outros fenómenos espaciais que ocorrem no urbano.

²³ Mais um enunciado intencional que um conceito mas usufruimos da epistemologia que justificou a conceptualização como momento anterior à investigação (cf. Moreira, 1979: 112).

a) Contrato: cidadania e território

O contrato, como termo do vocabulário tem já a sua história, o que exige pelo menos um breve comentário das teorias políticas que julgam ver como momento fundador da sociedade e expediente de fundamentação do poder, a instância de um contrato. O conjunto dessas teorias designado por contratualismo volve sensivelmente em torno de duas preocupações, a referida fundamentação do poder, e a elaboração prescritiva de uma versão mais ou menos detalhada da concretização da *óptima república*, geralmente em harmonia lógica com as premissas da primeira preocupação.

O propósito com que usamos o termo contrato não é o da explicação do momento inicial da sociedade mas como facto inalienável da mesma; não se ocupa de problemas antropológicos, como a questão da origem do homem civilizado, nem com o problema do Estado fundado na razão.

Também não entendemos o contrato, inteiramente, como “instrumento de acção política capaz de impôr limites a quem detém o poder” (Matteucci, 2004: 273). Compreendêmo-lo antes como a sistematização das situações em que é accionado o uso da força, ou o modelo que esse resultado assume, que torna possível o poder. A esta arquitectura de um lugar para o poder auxiliam-na morais e teologias mas não é aqui o lugar para trabalhar essas complexas afinidades, pelo que nos limitamos a levantar algumas asserções a respeito do contrato que cremos possuírem cariz axiomático, e que nos permitem acercarmo-nos do binómio cidadania e território.

A primeira é uma reformulação da afirmação de Aristóteles na *Política* (Livro I, Cap.1, §11.) que quando diz que “a justiça constitui a base da sociedade” julgamos mais exacto ler-se *toda a sociedade carece de uma ideia de justiça*, ideia que participa dos termos do contrato. As considerações jusnaturalistas a este respeito serão úteis noutra parte, pois que nos limitamos a fazer asserções de como as coisas são, e se nas nossas asserções existe ou sobrevém uma ideia de justiça ela é retirada dos factos e não anterior ou alheia a eles. Estes factos de que falamos são agrupáveis naquilo que Weber (1967: 86) designa por *história constitucional urbana* e dizem respeito à ordem de relações reguladas estabelecida entre os habitantes de uma cidade.

A segunda refere-se à natureza do contrato que julgamos ser satisfatoriamente representada na expressão, *código que, entre outras injunções, estabelece as*

condições de igualdade, propriedade, e liberdade, das quais resulta um conjunto de obrigações. É este código que enquadra a vida na cidade.

A natureza e conteúdo das relações sinalagmáticas pode ser tão diversa e tomar tão variadas manifestações, desde a comensalidade ao sacrifício humano que não podemos fazer da análise da natureza e conteúdo das relações humanas o ónus da prova da existência de um contrato. Logo, mesmo para uma cidade governada por um tirano caprichoso e volúvel que parece não responder a nenhuma obrigação não poderia apenas por tal constatação dizer-se que nenhum contrato aí vigore.

O termo contrato quando aplicado a este código é obviamente uma efabulação com valor heurístico mas sem valor histórico, isto porque o contrato sugere uma obrigação consciente e consentida dos contratantes que não podemos afiançar ter-se verificado na maioria dos casos concretos. Dizemos heurístico porque nos permite inquirir aspectos de uma cidade que dizem respeito ao que a seguir enunciaremos: definido como código com vigência espacial, o contrato encontra-se ou numa forma escrita ou em instituições, ou ambos, porque um tal código escrito requer invariavelmente instituições. Pode existir uma cidade sem esse texto, mas não será cidade sem instituições a partir das quais se pudesse redigir um texto em conformidade lógica com a realidade dessas instituições; ainda que as práticas institucionais não correspondam necessariamente nesta conformidade lógica com o texto que lhes dá origem.

A terceira asserção é a de que *uma das instituições postuladas pelo contrato é representável pelo termo cidadania e outra pelo termo território*. Conceber uma e outra em dependência origina uma espécie de forma precária de propriedade, ao adscrever uma parcela de terra a um estatuto, que dificilmente não se repercutirá na dinâmica interna de cidade²⁴. É improvável que uma cidade não apresente certas exigências de conduta e expectativas de comportamento entre os seus habitantes e aos visitantes, a quem momentaneamente são franqueadas as fronteiras da cidade. É a esta relação entre expectativas de comportamento e fronteiras, que caracteriza a questão

²⁴ Durkheim (2002: 180) explica a relação entre comunidade e propriedade nestes termos: “Chegamos então à seguinte conclusão: para que os homens tenham fundamento para querer se apropriar das coisas individuais, é preciso que as coisas sejam originalmente possuídas por uma colectividade. E, como a única colectividade natural é a formada por toda a humanidade, como ela é a única completa, como todas as outras são apenas parciais, o direito de apropriação previsto implica uma comunidade original das coisas e deriva dela. Se descartarmos a ideia dessa comunidade, o carácter obrigatório e recíproco que a propriedade individual apresenta torna-se ininteligível.”

central do nosso contrato, a que chamámos o binómio cidadania território. Não acontece de maneira igual essa expectativa de comportamento, de tal forma que a cidadania é, enfim, o elemento diferenciador, das condições de igualdade, liberdade e propriedade (que por sua vez modelam a capacidade de cumprir as expectativas de comportamento), dos indivíduos que ocupam num dado momento o território.

Em quarto lugar, e como corolário do parágrafo anterior, consideramos que *o título de cidadão não se estende a todas as partes obrigadas pelo contrato*, o que não impede que a concessão desse título possa ser sempre remetida para um contrato, e que todo o contrato defina, de forma mais ou menos clara, a cidadania. Desta última retira-se que o cidadão é sempre um sub-produto do contrato, que antes ou fora dele será um indivíduo ou sujeito, e dependendo da nossa inclinação filosófica terá ou não direitos, mas nunca um cidadão. A primeira e mais importante obrigação do cidadão e do contratante (i.e. as partes obrigadas que a cidadania diferencia) é a de cumprir as leis. Os direitos de ambos são sempre resultado do regateio da possibilidade das leis continuarem a existir e serem observadas por indivíduos que não beneficiem claramente delas, e do recurso, em momentos fulcrais, ao mercado das ideias de justiça.

Falaremos de cidadania sobretudo como a concretização dos direitos políticos tradicionais, ou *negativos*, sem esquecer porém que a definimos como relação entre expectativa de comportamento e território. Isto quer dizer que a cidadania é a noção que nos permite distinguir o cidadão do contratante, sendo que no primeiro se concretiza, e no segundo não, mas que a ambos condiciona²⁵.

A validade de qualquer destas asserções é independente de uma definição de cidadão desde que essa definição seja orientada pela mesma lógica que as produziu, pois o que é relevante é a definição de cidadania. Em todo o caso se, como Aristóteles dizia, “a cidade é uma porção de cidadãos, e sendo assim é necessário estudar o que representa um cidadão, e a quem é preciso dar esse nome” (*op. cit.*, Livro III, Cap.1, §2), é também necessário conhecer os problemas que o reconhecimento de um indivíduo como cidadão coloca.

A cidadania para a maior parte da sua história e do seu presente é constitutiva de uma vida social apoiada em processos de exclusão. O mesmo Aristóteles (*op. cit.*,

²⁵ Alguns autores referem-se a esta propriedade como *agency* (cf. Ribeiro e Júnior, 2005) mas não encontramos a necessidade de usar esse vocábulo.

Livro III, Cap.3, §2) muito a propósito dizia: “The truth is that we cannot include as citizens all who are necessary for the city’s existence.” Quando olhamos com assombro para os actos brutais a que os espartanos submetiam os helotas, e com condescendência para as condições de cidadania da Atenas de Aristóteles, talvez a opinião de Aristóteles pareça aí mais ajustada que para as cidades de hoje. Mas este é um juízo inadequado:

The exercise of citizenship may be so circumscribed that some individuals are effectively excluded. In the 1980’s and 1990’s there as been a debate on wether an “underclass” exists outside the civic community. For this underclass, suffering from social and political exclusion, the result is a significant erosion of citizenship rights. (Hill, 1994: 4)

Rousseau explicava numa nota de rodapé d’ *O contrato Social* (2010: 160) que enquanto “as casas formam o burgo os cidadãos constituem a cidade”, e continuava na mesma linha do que Aristóteles diz em cima: “O Senhor D’Alembert já não se enganou e diferenciou bem (...) os quatro tipos de homens que vivem na nossa cidade e de que apenas dois compõem a república.”

Numa cidade democrática diríamos que, por princípio, o título de cidadão é extensível a todos os que nela habitam, mas pode, como sugeriu Aristóteles, ser o caso que a cidade não possa seguir existindo com a consumação desse facto. Isto é, que por razões de sobrevivência do todo se tenha de sacrificar algumas partes de forma desigual. Quando falamos de sobrevivência referimo-nos naturalmente à situação da cidade na sua relação com o mundo exterior. É concebível uma autonomia que lhe garanta essa sobrevivência sem percalços, se a cidade fosse pensada como uma ilha; mas não é alcançável uma autonomia fora das cogitações vivas da imaginação.

Os processos de exclusão que a produção de cidadania gera não se dão apenas nos limites de várias ordens do contrato, mas nas imposições exteriores que se traduzem entre outras coisas na relação com outras cidadanias²⁶.

Algum contratualismo postula que outro sub-produto do contrato (além daquele que assume a forma de cidadão) tem de emergir para que o contrato exista para lá do momento em que é *anuído*, uma estrutura ou organismo que vele pela

²⁶ “Na Idade Média, uma pessoa, (...) deveria sentir-se antes de tudo um cristão, depois um borgonhês, e só depois um francês.” (Rossolillo, 2004: 797).

continuidade dos termos do contrato, ou coarcte acções que o lesem. A esta entidade podemos para fins práticos da discussão chamar Estado. A esse respeito Rousseau explicou-se assim:

Esta personagem política, que se forma pela união de todas as outras, tinha noutros tempos o nome de *cidade* e tem hoje o de *república* ou *corpo político*, a que os seus membros dão o nome de *Estado*, quando é passivo, de *soberano* quando é activo, de *potência* quando o comparam com entidades idênticas. (*op. cit.*, p. 28)

Não há acordo teórico sobre maneira como expusemos a sequência dos momentos conceptuais em que estas três entidades, cidadão, contrato, e estado, são fundadas, e é até argumentável que contrato e Estado coincidam, no sentido em que o Estado é a manifestação activa do contrato; ou que o corpo dos cidadãos constitua o Estado. Com o termo *Estado* trata-se aqui, tão só, de identificar a instância que confere eficácia ao contrato, que está apta a assegurar que as expectativas de comportamento e as suas excepções conservem uma regularidade que consinta a cidadania.

Hoje apesar do proclamado advento da sociedade pós-vestefaliana, a noção comum de cidadania revolve ainda em torno do estado nação em primeira instância e só depois admite a localidade; a eficácia reside então maioritariamente numa entidade distinta da cidade. Não estamos, como se depreende, a falar da esfera dos afectos ou do sentimento de pertença, nem tão pouco de uma cidadania produzida pela imaginação filosófica, mas da cidadania como ela é constitucionalmente dada, como sucessiva de um projecto político, pois

Citizenship has never been ontologically fixed; (...) it has always been the result of a successful political project on the part of the nation-state and its associated interests to fix citizenship at the national scale. (Purcell, 2003: 572)

A cidadania, nesta perspectiva existe na cidade apenas como prolongamento de uma outra, e de acordo com Maquiavel,

se uma comunidade não for livre isto é, se não puder governar-se a si própria (no sentido negativo de ser livre de constrangimentos que a impeçam de se autogovernar), os cidadãos que a compõem não poderão sê-lo (no sentido de não poderem perseguir os objectivos sem obstrucções) (Carreira da Silva, 2004: 61).

O problema da cidadania não pode então, se deseja ter alguma relevância para a práxis, ser pensado apenas dentro dos confins da cidade, tem de ter como dado essencial a relação da cidade com o que está fora dela.

Logo, quando pensamos na cidadania de uma cidade concreta impõe-se compreender o complexo de escalas de cidadanias em que está incrustada, e avaliar a eventual predominância de uma sobre outras, muitas vezes patente na disposição dos níveis administrativos (cf. Blowers, 1980: 33). E se, como diz Hill (1994: 25), “the local arena is the logical setting for the solution to immediate problems, and for the provision of services wich people use on a daily basis”, a situação de não correspondência entre a eficácia que consente a cidadania e o locus de exercício da mesma²⁷, pode contrariar os princípios enunciados pelo contrato relativos às prerrogativas do cidadão.

Outro dos obstáculos ao exercício pleno da cidadania reporta-se às condições de que cada indivíduo carece para a exercer. A controvérsia sobre a quem estender o título de cidadão transfigurou-se, para a maior parte das democracias, na maior ou menor extensão dos direitos sociais (ou *welfare rights*), sem os quais os direitos civis e políticos da cidadania serão alegadamente pouco mais que letra morta²⁸.

As objecções mais imediatas à extensão dos direitos sociais resumem-se assim: esses direitos escamoteiam amiúde na sua formulação “o facto de gerarem obrigações correspondentes por parte de agentes concretos e de esses agentes terem capacidade para os fazer cumprir” (Hayek, *cit. in* Espada, 1997: 37); e quando (ou se) esses agentes são concretizados, a sua prática conduz à destruição dos motivos (a real efectivação dos direitos civis e políticos) que lhes deram forma²⁹.

Há exemplos que, por parecerem óbvios demais, fazem com que a análise pareça um tanto superficial. Quando lemos, num exemplo a propósito do nosso tema,

²⁷ I.e. quando a expectativa de comportamento se prolonga a territórios que extravasam o terreno do exercício da cidadania.

²⁸ “O esquema tripartido [de T.H. Marshall] dos direitos de cidadania e das respectivas intuições é já bem conhecido. O aparecimento de direitos civis, políticos e sociais corresponderia aproximadamente aos séculos XVIII, XIX e XX; as suas congêneres institucionais seriam os tribunais de justiça (direitos civis), o parlamento e as instituições de poder local (direitos políticos) e, finalmente, o sistema educativo e os serviços sociais(direitos sociais).” (Espada, 1997: 21-21)

²⁹ “(...) que consiste em dizer que , se os novo direitos (sociais) fossem aplicados as consequências anulariam os direitos civis e políticos, gerando ao mesmo tempo pobreza material. (Espada, 1997: 38)

no artº 65 da Constituição da República Portuguesa (Miranda e Pereira da Silva, 2004: 67) que:

Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Não é de todo nítido a quem são impostas obrigações por este direito, porque é um direito essencialmente programático, de aplicação diferida, e não consente que qualquer cidadão o invoque. Parece adequado o juízo de Friedrich A. Hayek (*cit. in* Espada, 1997: 36), uma das principais vozes de oposição aos direitos sociais, quando diz que:

O preconceito ingénuo de que podemos criar uma situação, qualquer que ela seja, que consideramos ser desejável, decretando simplesmente que ela devia existir (...) [levamos a] (...) jogar um jogo irresponsável com o conceito de “direito” que apenas poderia levar à destruição do respeito por esse direito.

Mais ingénuo, porém, será pensar que os direitos correspondem apenas a uma estrutura lógica do pensamento e não a resultados *ad hoc* de processos sociais³⁰; e especioso considerar que o “respeito” pelo direito volve apenas em torno da exequibilidade da suas normas. Os argumentos que impugnam os direitos sociais são refutáveis por outros, que por sua vez serão também refutáveis. Não nos interessa escolher um ou outro lado da barricada, mas apenas ir sublinhando que o que distingue as posições normativas é a resposta a essa evidência de que determinados direitos precisam de determinadas condições para se cumprir.

Convém lembrar, ainda a propósito deste tema, que a atenção prestada à capacidade para exercer os direitos civis e políticos nem sempre serviu para agudizar consciências de que certas condições teriam de ser procuradas e garantidas, como as que os direitos sociais cobrem, mas para excluir, declaradamente, indivíduos que não apresentassem essa capacidade³¹ de desempenhar os direitos civis e políticos.

³⁰ Not only have rights been born from conflict and struggle, from revolution and demands from below as well as concession and legislative extension from above, they remain liable to change. (Hill, 1994: 15)

³¹ Para o caso português ver por exemplo Ramos (2004); e para uma apologia desta posição ver por exemplo em Kant (2004: 57-103), o opúsculo “Sobre a expressão isto pode ser correcto na teoria mas de nada vale na prática”.

As razões dessa exclusão prendem-se com as noções de sobrevivência e autonomia do indivíduo que se considera serem essenciais para o exercício consciente e independente dos direitos³². São razões de exclusão que continuam tão válidas, agora como então, se formos atreitos a uma ideia de bem comum partilhado, pois aí os indivíduos com direitos trabalham para um fim desejável para todos os demais; inválidas se não concebermos uma diferença fundamental entre meios e fins, pois nos meios deve estar em andamento o processo político que concebemos como desejável; e irrelevantes se almejarmos por exemplo uma *república comercial*, que se preocupa mais com a justa concepção de relações entre cidadãos do que com a definição de cidadania (Davies, 2002).

Hoje o debate não se dá nos pontos que se atêm às razões para excluir indivíduos da cidadania (ainda que tais questões não estejam encerradas como nos mostram nacionalismos vários) dá-se antes em função de legitimar ou contestar a exclusão que acontece na prática, é um debate bem expresso na fórmula de T. H. Marshall quando retrata a cidadania como “o arquitecto das desigualdades legítimas” (*cit. in Espada, 1997: 23*)

Quando essas desigualdades, que redundam na privação de direitos civis e políticos, tomam expressões legíveis no espaço podemos conceber que a cidade se estende apenas até onde a cidadania é efectiva, e que o resto não é espaço reconhecido como cidade mas como marginalidade: “In this setting the city, particularly the disadvantaged neighbourhoods of the inner city and large peripheral estates, is conceptualised not as space but as marginality” (Hill, 1994: 5); e assim a cidade é com efeito considerada como “uma porção de cidadãos” e, mais precisamente, como espaço que os cidadão ocupam.

Mas podemos questionar também o papel do espaço na expressão da cidadania ao invés de o considerar como mero plano em que ela se torna visível. É precisamente no ponto dos direitos sociais que se torna pertinente falar de uma democracia espacialmente articulada, pois que o argumento que lhes dá vida vale também para questões do espaço. Se é argumentável que os direitos civis e políticos carecem de

³² Por exemplo no ano de 1822 em Portugal, os analfabetos foram excluídos dos direitos de cidadania, “precisamente devido à sua ignorância eram demasiado susceptíveis de manipulação por outros, e por isso as suas escolhas não poderiam ser consideradas produtos da sua própria vontade” (Ramos, 2004: 550).

condições sociais para que possam efectivar-se, é, *a fortiori*, reconhecido que estes direitos não se concretizam pela mera enunciação, mas que pedem um vasto leque de condições³³ e exigências que extravasam aquilo que conhecemos tradicionalmente por direitos sociais mas que a tal são reconduzíveis, a que poderíamos acrescentar, como hipótese, uma carteira de direitos espaciais.

Os direitos espaciais seriam um prolongamento, dos direitos consignados, para as questões do espaço, como a legitimidade dos actos de transformação do espaço, as condições a que essa transformação deveria obedecer, a relação entre cidadania e território, e uma tradução dos termos em que o espaço pode ser (re)tratado, para o vocabulário dos direitos.

Recuperando para a análise a questão do território, uma das características que hoje alguma cidadania apresenta, devido à maior mobilidade dentro e entre Estados e à porosidade, institucional e prática, das fronteiras, é uma lógica semelhante à do mercado. Numa cidade de regime democrático, que em princípio estende o título de cidadão a grande parte dos seus habitantes, a preocupação pode facilmente passar da necessidade de universalizar as garantias de efectivação da cidadania, para uma política que privilegie a captação, para o seu território, daqueles que considera os cidadãos que mais proveitos lhe trarão.

Um exemplo desta espécie de recruta de cidadãos são as famigeradas e muito ouvidas sugestões de Richard Florida (2005) em *Cities and the Creative Class*, que propõe determinadas políticas para atrair uma determinada classe. Políticas desta natureza reforçam a legibilidade da diferença (socio-económica) no espaço ao tornar a cidade num lugar destinado a um dado público, mais do que a uma comunidade de cidadãos:

Another terrain of division in cities wich has provoked a whole gamut of urban policies across the world is the division between city centers and suburbs, edge cities, fringe developments, and squatter settlements. In many instances one area concentrates forms of privilege while othering the opposite space as impoverished, dangerous, uninteristing, or as wealthy and exciting. (Bridge & Watson, 2004: 510)

³³ “Freedom, that is, is a necessary condition for autonomy but, for that very reason, it cannot be separated from the capacity to pursue ends, from resources and opportunities.” (Hill, 1994: 13)

E por vezes até mesmo discursos que se filiam numa certa ideia de cidadania concorrem para esta segmentação no espaço entre cidadãos e contratantes:

An ideological scripting of the city through civic boosterism and notions of revitalization supports this process. This is a discourse that writes out the displaced poor. (*ibidem*)

À luz destas considerações sobre cidadania e território torna-se legítimo: perguntar se é apenas a cidadania que é legível no espaço, ou se o modo como se constrói e se conforma o espaço cria dinâmicas que privam ou facilitam o exercício da cidadania; inquirir as propriedades do espaço em que a cidadania não se efectua; e ponderar se o efectivo exercício de cidadania não dependerá de uma reconsideração dos direitos sobre a construção do espaço.

b) Cenário: usos e edificação

Não parece relevante para o nosso tema o problema antropológico do que leva o homem a construir artefactos duráveis no espaço, mas desconsiderar as acções sobre o espaço e as práticas que nele ocorrem como parte do que entendemos por cidade não nos será permitido.

Benevolo (1998: 15) resolve de uma forma simples o que é a cidade ao notar que usamos o termo em duas circunstâncias, para designar “uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no próximo oriente (...) ou então para indicar o cenário físico de uma sociedade”, e acrescenta de seguida que esta “forma física corresponde à organização social e contém um grande número de informações sobre as características da sociedade, muitas das quais só deste modo se podem conhecer”.

O que Benevolo faz é uma distinção entre dois significados de cidade para depois estabelecer uma correspondência entre eles, que é uma operação que parece desfazer-se a si mesma. Há alguns problemas a esclarecer neste tipo de discurso; um, é o do interesse da distinção apresentada nesses dois termos e, outro, o da validade dela. A defesa desta operação é assim justificada: “a distinção é importante pelo

motivo prático que o cenário físico de uma sociedade é mais duradouro que a própria sociedade” (*ibidem*).

No cenário, enquanto *coisa construída*, testemunhamos uma série de factos que acumulados constituem a visão de palimpsesto da cidade. Porém, vê-lo como coisa acabada é retirar-lhe o seu carácter urbano; o cenário só é uma coisa acabada quando deixou de ser palco de acção, como nas ruínas de uma cidade antiga, e o que procuramos numa análise desses cenários vazios é a vida que lá se deu. Esse palimpsesto constitui o “cenário físico de uma sociedade”, e é apenas nessa medida que nos interessa o estudo dos cenários.

O mesmo cenário pode esclarecer-nos sobre diferentes sociedades, mas quando estudamos um cenário correspondente a uma sociedade que já não se encontra nele, os nossos achados sobre essa correspondência levam-nos a fazer inferências para cenários *vivos* que se aproximam de um determinismo espacial e ambiental, porque julgamos encontrar para essas sociedades extintas um nexos apreensível entre formas espaciais e processos sociais.

É um passo curto daí para a opinião de que é possível moldar os processos sociais, com intenções claras, através da manipulação das formas urbanas³⁴, quando, como Harvey (1979: 41) nota, “es innecesariamente ingenuo pensar en terminos de simples relaciones causales entre formas espaciales y procesos sociales (cualquiera que sea el elemento que escojamos)”.

Esta distinção entre sociedade e cenário parece óbvia e até natural mas, e continuando com Harvey, se considerarmos que “la forma espacial y los procesos sociales son diferentes modos de pensar acerca de una misma cosa” (1979: 20), merece consideração um exame da validade dessa distinção. Esta coisa que Harvey diz ser pensada nestes dois modos é o *espacio social*³⁵, e uma devida compreensão deste conceito talvez nos fizesse abandonar os termos cenário e construção, mas consideremos a relação entre eles como uma estratégia para chegar a essa compreensão.

³⁴ “Webber se queija de “la campaña ideológica para reconstruir formas urbanas preconcebidas acordes con las estructuras sociales de épocas pasadas.”” (Harvey, 1979: 20)

³⁵ ver capítulo “Hacia una Filosofía del Espacio Social”, em Harvey (1979: 21-23)

Qualquer cenário que possua carácter urbano, i.e. que ainda seja palco de uma sociedade, oferece constrangimentos e possibilidades àquilo que Mumford chama “o drama urbano” (2008:140), e que é no fundo uma perspectiva sobre o conjunto dos processos sociais.

Dentro dessas possibilidades que o cenário oferece está a acção sobre o próprio cenário, que designamos como construção. É difícil dizer que tipos de acções que se desenrolam no cenário não têm esta propriedade de influir nele modificando-o no sentido e nas funções.

Se considerarmos que um objecto muda com o seu uso, todo o drama urbano, enquanto complexo de usos, é demiurgo, toda a acção construtora; é a isso que assistimos quando “há partes consolidadas da cidade que se reconvertem a novos usos e a novas centralidades” (Urbani, 2008:2).

Podemos, portanto, considerar duas modalidades na construção do espaço urbano: uma que acontece pelos usos, ou práticas espaciais da sociedade, que pouco impacto têm na alteração física dos objectos mas que alteram a natureza do objecto³⁶; e outra pela edificação, que ergue objectos no espaço e assim condiciona as práticas espaciais. A construção pelos usos ocorre sobre a superfície das coisas construindo-lhes um sentido, mas informa e modela aquela outra que acontece na superfície, e são ambas contíguas e comunicantes.

Esta possibilidade integrante do cenário, enquanto complexo de usos, é central na compreensão da natureza entretecida de construção e cenário: um contém a possibilidade do outro que por sua vez constrange o primeiro. De tal forma que se pode afirmar que a construção cerceia-se a si própria através do cenário, criando-o³⁷. O cenário, enquanto coisa construída, palco da acção humana, está em permanente construção, pelos usos e pela edificação, e é também por isso ele próprio coisa a construir.

³⁶ A seguinte descrição de uma área de Birmingham ilustra aquilo que queremos dizer com construção pelos usos: “After two decades of settlement, the area had been adapted to the needs of the newcomers, (...) where they could feel relatively secure and could lead a way of life which was distinctive to their needs. (...). [They] adapted the local environment (shops, cinemas, clubs) to their needs and had begun to develop a distinctive culture to their needs.” (Saunders, 2001: 45)

³⁷ “The potential uses of any one area of land are limited by the existing pattern of use of the areas around it” (Saunders, 2001: 37)

A relação entre cenário e processos sociais é misteriosa, pois aproxima-se de uma relação de uma coisa com ela própria – como duas áreas de um mesmo sólido, que só conseguimos observar separadamente, do qual não nos é revelado a matéria que os liga – e o mesmo acontece quando nos dispomos a pensar a relação da construção do espaço urbano com processos sociais. Não é impossível que estejamos a usar três conceitos para exprimir uma mesma coisa, mas parece certo que, a ser verdade, serão aspectos diferentes dessa coisa.

Dizemos, portanto, que o cenário só vale enquanto construção, e que toda a construção é cenário. A distinção dos dois tipos de construção que identificámos – pela relação com a alteração física da superfície – não corresponde necessariamente a diferentes fenómenos.

Tendemos a identificar a construção pelos usos como uma manifestação mais próxima dos processos sociais, mas essa será uma predisposição mal guiada. Sabemos que em ambos os tipos de construção se desenrolam processos de exclusão³⁸ – no sentido de “an institutionalized form of controlling access” (Madanipour, 2005:181) a lugares, actividades, recursos e informação – e desigualdades, e tais processos modelam necessariamente as condições de exercício da cidadania e portanto terão um peso social. Sabemos também que uma acção construtora implica agência (um sujeito que pratique a acção), mas não sabemos se os resultados dessa construção obedecem invariavelmente a uma intenção identificável de um sujeito ou grupo de sujeitos.

Há conjuntos de actores – arquitectos, políticos, planeadores de território – que intervêm na construção, e que o fazem com a pretensão de racionalidade – intenções específicas a realizar por uma bateria de meios e métodos conhecidos e de resultados expectáveis – e que se colocam numa posição exterior aos processos sociais e à construção pelos usos, como se estivessem fora deles; o seu instrumento de racionalidade é o plano. Ao plano urbanístico dedicaremos adiante mais larga atenção, mas queremos defini-lo, para já, como constitutivo do espaço social – conceito que ainda carece de uma definição cabal, que Harvey não foi capaz de fornecer – e que a sua putativa racionalidade se dilui em dois momentos que curiosamente se adequam à descrição que Domingues (2006) faz do plano em função da natureza do regime político:

³⁸ E a exclusão não deve ser imediatamente encarada como mecanismo necessariamente negativo: “We are all involved in exclusionary processes that are essential to our social life.” (Madanipour, 2005:181)

A tradição democrática atribui ao plano a capacidade de regular as soluções técnicas e a criação de externalidades sociais (espaço público, infra-estruturas, e equipamentos de uso colectivo). As práticas autoritárias atribuem ao plano a capacidade de impôr a vontade dos senhores e dos ditadores. Os resultados podem ser semelhantes; a diferença é da imposição do interesse colectivo à imposição do chefe e isso faz toda a diferença. (*op. cit.*, p.357)

Esses dois momentos são concepção e execução. Relatos em primeira mão como este, ilustram no primeiro momento a questão dos obstáculos de carácter legal e técnico:

Era, no entanto difícil fazer estes planos. As exigências legais eram enormes, os estudos analíticos intermináveis, as indefinições legais difíceis de ultrapassar.” (Fernandes de Sá, 2006: 374);

e a questão da conflitualidade dos interesses (públicos e/ou privados), em descrições como a que Healey (2004) entrega, fazem-nos reconsiderar o termo interesse colectivo como o que mais justiça faz ao resultado do planeamento do território em democracia:

Planning has been criticized by analysts as class-driven, domatory, the mode of action of a rationalizing social ordering project. (*op. cit.*, p. 518).

In the arenas of government, in public inquiries, and the courts, planners struggle to articulate principles to govern the decisions they make. The pressures of local politics, and national pressure groups promoting conflicting objectives, are pushing them along. This privileges the circuitry of the local and powerful. (*op. cit.*, p. 522)

Ao segundo momento corresponde a implementação do plano que assim que é posta em marcha é impositiva, independentemente do que o precedeu: “A actividade do plano é uma actividade de prescrições que conformam a propriedade e o território”, e portanto um meio de “impôr a vontade” (Urbani, 2008: 3). Mas “acontece que o plano não é uma entidade abstracta capaz de fixar por uma só vez a incerteza daquilo que planeia.” (Domingues, 2006: 357), e o que sobra da pretensa racionalidade do périplo institucional cumprido, soçobra nesta incerteza.

Saunders (2001) classifica o espaço urbano planeado como *designed environment*, e distingue-o de *created environment*. Considera o primeiro uma actividade recente, do período moderno, e o segundo inescapável e sempre presente. Vários autores diriam que a construção planeada de cidades tem uma história quase

tão antiga como a da cidade (Branch, 1981; Catanese & Snyder, 1979) lembrando comumente Hipódamo de Mileto (séc. V a.c.) e Vitruvius (séc. I a.c.) e a antiga cidade indiana de Madura dos primeiros séculos depois de Cristo³⁹. O que Saunders, com a expressão *designed environment*, pretende exprimir é uma certa ideia de planeamento e não todo o planeamento, um planeamento que encerre um fim social de valência universal e definitivo (“a grand social objective”, *op. cit.*, p.38)

A classificação de Saunders a respeito da construção não é equivalente à que fizemos distinguindo usos e edificação. Aquilo que designa por *created environment* aproxima-se mais dos usos porque é de certa forma o prolongamento destes na matéria durável⁴⁰, e, para algumas cidades, o que designa por *designed environment* coincide, em alguns territórios, quase totalmente com a edificação, pois poucos são os actos edificatórios alheios à classe de especialistas que identificámos como actores da planificação racional do espaço; como diz Blowers (1980: 195), “planning cannot be avoided”.

Apesar de, quer uma quer outra modalidade apresentarem um certo grau de planificação e um certo propósito social, Saunders não esconde a simpatia pela vertente *created environment*. Talvez porque encontra na outra os traços daquele determinismo que pretende moldar os processos sociais através de intervenções no espaço, quando, segundo ele, não devemos julgarmo-nos capazes de superar, pela razão e conhecimento, “[the] social arrangements which have evolved through time and which nobody designed and nobody fully understands” (2001: 50). Estas disposições transportam uma qualquer sabedoria, de conteúdo e âmbito opaco, que estrutura e ordena o ambiente urbano em que vivemos. Saunders manifesta-se contra o *designed environment* porque este, invariavelmente, falha, e falha porque opera ora

³⁹ O planeamento de Madura é de um tal detalhe que ridiculariza a afirmação de Saunders: “The location of the city to the south of the River Vaikai was prescribed as a protection against possible invasion from the north. Also prescribed were: its straight avenues oriented east-west and north-south, intersecting at a large central square enclosed by religious structures; the generally rectangular shape of the city with a moat outside the city walls into which the sewer system drained; a narrow forest planted around the city on three sides with irrigated agricultural fields beyond; and the location of the king’s palace, schools, quarters for religious recluses, day and night markets, water cisterns, and districts for soldiers, musicians, artists and prostitutes.” (Branch, 1981: 16-17)

⁴⁰ A descrição que Saunders (2001: 38) faz de *created environment*: “For at least two thousand years, human beings have been busy shaping the landscape, taking what was bequeathed them by earlier generations and working on it further, refashioning it and modifying it as their requirements and their technology have changed.”

contra os fluxos internacionais do capital, ora contra a lógica do mercado, ora, finalmente, contra a *lógica espacial*:

At its simplest [spatial logic] (...) dictates that no two people could simultaneously occupy the same point in space (which means that inequalities of distance are to some extent unavoidable under any social arrangements). (*op. cit.*, p.37)

Ora, para o projecto de construção de uma cidade democrática, trabalha-se com um desiderato social (um “grand social design”) e é necessário averiguar se as condições da sua concretização residem numa construção que se preocupe sobretudo com a regulação das externalidades positivas e negativas, sem uma ideia de viver social, ou uma que privilegie uma determinada visão da sociedade, e que tudo o resto seja criado em função dessa visão. Não são necessariamente estes os termos da escolha, mas estremar dois lados na questão permite-nos compreendê-la com maior clareza.

Para almejar um cenário democrático é então proveitoso enquadrar a análise dos processos por que foi construído e das propriedades que apresenta, nos termos da cidadania. Os usos e a edificação são reconduzíveis à noção de cidadania, uma vez que enquanto actividades do espaço urbano, são campos onde esta se efectua ou não, e também actividades cujos resultados concorrem para a sua afirmação ou negação. A escolha entre *created environment* e *designed environment*, para uma cidade democrática, depende necessariamente da possibilidade de uma compreensão dos processos espaciais que seja capaz de os traduzir para uma linguagem da cidadania.

c) Contrato e cenário de uma cidade democrática

A definição que propomos de cidade não é absoluta, não nos permite olhar para um lugar e asseverar que é uma cidade, nem permite grandes afãs preditivos. A razão de a produzirmos vem da necessidade de inquirir as cidades como putativos *loci* de uma ideia democrática. A legitimidade de a produzirmos vem da exposição dos limites da análise ao objecto cidade em I.1.

Para que a cidade seja um tal lugar democrático, não a podemos pensar como um fenómeno desgovernado sujeito apenas aos caprichos do acaso, ainda que ela

assim pareça. Temos de pensá-la, no seu todo, como possibilidade do que acontece acidentalmente quando as ideias humanas tomam por momentos as rédeas dos acontecimentos.

A cidade, quando pensada por ampliação desses acidentes até à essência, é uma ideia que une na imaginação fenómenos, objectos, e indivíduos, e lhes adscribe normas. É nesse sentido uma ideia política, e na medida em que se concretiza é um facto político que se articula pelo menos em duas dimensões: o contrato e o cenário.

Afirmamos isto com algum conforto devido às considerações que a própria natureza do termo *cidade* permite. De acordo com Hillier e Hanson (1984: 40) o espaço surge na linguagem natural pela distinção entre particulares, a referência a uma ocorrência ou objecto, e universais, quando nos referimos a uma classe de objectos.

O termo cidade enquadra-se nos universais e os termos universais resultam de um procedimento de integração trans-espacial, i.e. “the summation of objects into composite entities without regard for spatio-temporal indicability or location” (*ibidem*).

É muito improvável que esta trans-espacialidade que surge na linguagem como meio de descrever a realidade não desempenhe depois um papel na produção da mesma. No momento em que o faz, isto é em que participa dessa produção da realidade, chamamos a esta ideia uma ideia organizadora do objecto cidade. Uma ideia que tem manifestações locais diferentes, que cremos serem explicáveis em função das dimensões contrato e cenário.

As coisas e os processos que formam a cidade não têm um limite discernível, e a questão de os conhecer só ganha existência por causa dessa mesma ideia organizadora trans-espacial. É esta preponderância que divisamos na ideia organizadora que nos autoriza a tomar estas dimensões como contentores de coordenadas normativas, são dimensões em que a ideia encontra os factos. Estas dimensões serão tanto mais úteis quanto melhor conseguirem exprimir conjuntos relativamente autónomos de processos e coisas.

Não há, por princípio, um número finito de dimensões porque a possamos analisar, e nada impede acrescentos futuros. Procurámos adiantar aquelas mais

relevantes para o seu entendimento. Entre elas existem forçosamente muitos pontos de contacto e dependências, e é nossa tarefa subsumi-los no menor número possível.

Uma agenda de investigação da cidade será variável para cada uma destas dimensões tomadas individualmente. O trabalho levado a cabo em cada uma delas não abdica, portanto, de continuar a procura de um melhor entendimento da cidade, nem é estritamente normativista, mas o que propomos como veículo de exploração da ideia de uma cidade democrática é a análise simultânea de ambas.

É nosso entendimento que cada cidade concreta apresenta particularidades quando tomada à luz destas dimensões, e que quando se almeja uma cidade democrática, o que se faz é eleger a democracia como a ideia organizadora destes processos e coisas, e buscar a sua articulação nos mesmos. A forçosidade desta articulação é muito óbvia para a dimensão do contrato, e menos para a do cenário, o que não quer dizer que ela se cumpra melhor numa que noutra. Não sendo aqui o lugar para os tratar em detalhe, é um esforço de síntese que permite dar os instrumentos teóricos suficientes para pensar aquela dimensão em que a ideia de democracia se parece desconsiderar, o cenário, de modo a reconstruir os termos do contrato democraticamente orientado.

O contrato de foro democrático, na questão da cidadania, cria arquétipos de personagens – os cidadãos e suas matizes – deixando a sorte dos cenários por que se movem ao acaso, ou melhor, deixando (e esperando) que essa invenção impalpável da cidadania se concretize com grande acuidade no espaço, na matéria durável, sem arriscar conhecer as ocorrências sistemáticas que acontecem no urbano e contrariam os termos gerais do contrato que as licenciam.

Num regime democrático o plano urbanístico mantém-se como o instrumento mais óbvio deste hiato entre ideia de convivência política e os factos dessa convivência no espaço, mas se considerarmos, como Saunders (2001), que o plano urbanístico não deve servir um ideal social e político, impõe-se procurar outros mecanismos que satisfaçam o propósito de construir uma cidade democrática. A hesitação em relação ao papel do plano parece ser bem retratada numa distinção, que nos propomos trabalhar, entre urbanismo democrático e urbanismo democratizante.

O primeiro tipo de urbanismo requer uma revisão das prerrogativas da cidadania, particularmente nos pontos daquilo que Lefébvre (1996) declara como o

direito à cidade: o direito à participação efectiva na produção do espaço urbano; e o direito à apropriação, que privilegie o valor de uso em detrimento do valor de troca⁴¹, do espaço urbano. O urbanismo democratizante tenderá sempre a ser mais impositivo, a procurar uma tal disposição dos objectos no espaço que facilite os comportamentos considerados desejáveis numa democracia e a tolher os contrários, tenderá a impor ao espaço uma certa lógica democrática.

⁴¹ Para um resumo destes pontos ver Purcell, 2003: 576-579.

II. Geometrias Políticas

II.1 Uma democracia para o espaço

De uma forma geral as designações dos regimes políticos indicam pouco mais que os titulares do poder ou o modo de governo. Quando falamos de monarquia, apesar de evocarmos uma série de visões de justiça, ordem social, e outras, não estamos especificamente a referir-nos a mais do que um regime em que o poder supremo de um estado é transmitido numa linha sucessória hereditária e detido por um indivíduo. Acontece-nos o mesmo quando falamos de democracia. Ocorre-nos um conjunto de propriedades que não sucedem de forma idêntica em todas as democracias, nas quais, em todo o caso, julgamos poder encontrar um denominador comum.

Por denominador comum não entendemos um atributo da essência da democracia, não nos interessa essa questão, mas um conjunto de propriedades que nos permite poder falar de uma ideia de democracia como distinta de outras. A pergunta que este capítulo procura responder é que tipo de ideia é a democracia e quais os seus traços distintivos, e não o que deve ser a democracia. Esta tarefa não é trivial, como esperamos demonstrar, e dificilmente os argumentos apresentados aqui serão absolutamente conclusivos. Por agora, basta-nos fazer uma descrição dessa ideia que reúna as condições suficientes para prosseguir no nosso inquérito sobre a relação entre cidade e democracia.

António Sérgio referia-se aos países em que se assiste a regimes políticos democráticos como “países que tentam realizar a democracia” e explicava-se assim:

Que tentam realizar a Democracia”, dizemos nós, e não “democratas”, porque a realidade da democracia é um objectivo que nos propomos, cujos *meios* se devem buscar por contínuas tentativas experimentais” (Sérgio, 1974: 11)

Mas esta “realidade da democracia” que existe exógena ao regime político, acontece aonde? E como é que se pode atribuir realidade a uma coisa que está ainda para acontecer? À frase de Sérgio pertence uma noção de democracia que pode não ser partilhada; o que nos interessa apontar aqui é esta democracia enquanto ideia autónoma da circunstância *regime político*. Percebendo-a poderemos compreender realmente o que é um regime político que clame ser animado por uma ideia democrática?

De modo a investigarmos outras direcções possíveis da relação que pretendemos estabelecer, abrimos assim a porta a aspectos da democracia que não o regime político. Fazemo-lo procurando a circunscrição de uma ideia de democracia autónoma de *regime democrático*, e discutindo a estratégia de enriquecimento dessa ideia para efeitos no espaço.

Há um potencial vasto na construção de díades a propósito de democracia. Quer na oposição de democracias – ideal/real; elites/massas; teoria/prática; redentora/pragmática; procedimental/moral – quer na expressão de tensões ou dualismos que uma democracia possa conter – privado/ público; ética da responsabilidade/ética da convicção ; meios/fins. Observa-se também a plasticidade que outras doutrinas, a princípio distantes, têm de tomar e compatibilizar-se com a democracia – democracia liberal; democracia social; democracia republicana⁴², são, como diz Moreira (2006: 388), “apenas alguns exemplos dos projectos que, na floresta dos adjectivos, afirmam a mesma árvore”. Esta plasticidade constitui um ruído indescernível de combinações possíveis, de democracias possíveis. A ideia de democracia é ela própria um receptáculo de muitas ideias, do Estado de direito ao contrato social, igualdade política, divisão dos poderes, soberania popular, justiça social, vontade geral, *et caetera*, que estão submersas no mesmo ruído. A este ruído dedica-se a história das ideias, cuja prática mal conduzida tende a gerar maior confusão que a que pretende ordenar⁴³.

Assim vistas as coisas, parece terrivelmente arbitrário apresentar a definição de um ou outro autor como definitiva, ou aquela que tomamos para trabalhar; e mesmo aquele processo mais isento de engendrarmos uma discussão de várias teorias da democracia incorre na mesma falta. A estratégia de definir cada uma das ideias que a democracia alegadamente contém, como as que listámos acima, sofre das mesmas dificuldades. A propósito da historiografia de uma ideia recuperamos esta passagem de Skinner que julgamos adequada também para a ideia de democracia:

⁴² Para verificar este carácter fugidio e plástico da democracia ver por exemplo a síntese de Bobbio, 2004, 309-319.

⁴³ Quando por exemplo se arrisca em exercícios do tipo que atribui o gérmen de um ideário, a este ou àquele autor quando estes nada sabiam do assunto que lhes seria filiado postumamente: “Se um autor pretendia apresentar a doutrina que lhe é atribuída, porque é que ele não o conseguiu fazer de forma explícita, obrigando o historiador a reconstruir as suas alegadas intenções a partir de conjecturas e suposições?” (Skinner, 2002: 88)

(...) não se justifica fazer a história da ideia. Existe apenas a história das suas diferentes utilizações e das diversas intenções que presidiram ao seu uso. Essa história dificilmente poderá ser considerada como a história de uma “ideia unitária”. Na verdade, a persistência no uso de determinadas expressões diz-nos muito pouco de fidedigno acerca da persistência das questões, como também nos dizem muito pouco sobre o que os diferentes autores queriam realmente transmitir com a sua utilização.” (Skinner, 2002: 121)

Será também, *a fortiori*, arbitrário eleger um qualquer regime político democrático como aquele que melhor representa uma ideia plurívoca, que não soubemos definir.

As razões que levam a desaconselhar a feitura de uma história da ideia de democracia valem também para não fazermos a história dos regimes democráticos como concretização consciente de uma das ideias democráticas disponíveis. Não subalternizar as ideias políticas ao mesmo tempo que lhe reconhecemos um papel na mudança social é um equilíbrio difícil, mas convém reconhecer que a *democracia não é um produto da democracia* como Dewey (1988b: 290) explica:

Much less is democracy the product of democracy, of some inherent nius, or immanent idea. The temperate generalization to the effect that the unity of the democratic movement is found in effort to remedy evils experienced in consequence of prior political institutions realizes that it proceeded step by step, and that each step was taken without fore-knowledge of any ultimate result, and for the most part, under the immediate influence of a number of different things.”⁴⁴

O conjunto de processos democratizantes inapelavelmente ligados à história dos sufrágios será erradamente interpretado sempre que lhe adscrevermos uma ideia única orientadora da acção para um fim discernível. Vale a pena uma historiografia destes acontecimentos mas não os devemos entender como interpretados por actores animados por uma ideia explicitamente democrática; nem “a evidente importância que os actores possam ter no drama (...) significa que eles sejam também dramaturgo, produtor e cenógrafo” (Skocpol, 1985: 30-1). Isto para explicar que pensar na história da democracia, enquanto facto político, como feita de actores conscientes e ideias é negar uma parte substantiva da realidade.

⁴⁴ Para uma análise de vários padrões de processos democratizantes ver: Collier, 1999.

Se o que dissemos até aqui faz algum sentido, impõe-se uma questão que abala a intenção deste trabalho. Se a democracia não é coisa nenhuma em concreto, se não a podemos descobrir em nenhum autor, se nenhum regime político tem mais autoridade que outro para se arvorar como *a democracia*, como podemos esperar articulá-la no espaço? Não podemos contudo deixar a questão sem uma resposta pelo menos preparatória, uma resposta que nos permita pelo menos poder falar de democracia.

De modo a perceber como e quando podemos falar de democracia recorremos a Skinner (2002) mais precisamente ao ensaio *A ideia de um léxico cultural*, onde são examinadas as relações entre o vocabulário social e o mundo social. Ao encetarmos uma estratégia para definir competentemente o termo democracia, accionamos um zelo no tratamento do conceito que, paradoxalmente, não podemos deixar extravasar para os outros termos que constam do vocabulário necessário para o definir, sôb pena de paralisarmos a instância do discurso. Porém, julgamos aqui a compreensão da natureza do termo mais relevante do que uma definição do termo.

Se estivermos prontos para admitir que *democracia* é um termo que pertence ao nosso vocabulário social, ou que pelo menos partilha características e propriedades do conjunto desses termos, algumas das questões que Skinner coloca revelam-se de uma utilidade imediatamente perceptível. Essa utilidade reside simplesmente na mudança de perspectiva sobre a questão: em vez de investigarmos o que é a democracia, investigamos a razão porque se discute o que é a democracia, e o modo como é conduzida essa discussão. Ao fazê-lo estaremos provavelmente o mais próximo que conseguiremos estar de explicar a democracia.

Esta mudança de perspectiva é em tudo coerente com a noção de que a única história das ideias possível é a história das “várias utilizações a que estiveram sujeitas por diferentes agentes em diferentes momentos do tempo” (*op. cit.*, p.247). E o que se nos afigura é que podemos estabelecer que se faz teoria da democracia – nem sempre de forma abonatória e com vocabulários contingentes – sempre que se quer responder a determinados problemas – nem sempre idênticos e também eles contingentes – que são do foro da discussão da *boa vida*. É esta ideia de que, mesmo as mais indolentes e calmas argumentações filosóficas que abarcam o tema da democracia, são reivindicações sociais, que tentamos fundamentar sem recorrer a um desfile de citações corroborantes.

As questões patentes no ensaio supra-citado são essencialmente: a de perceber a natureza de um debate que se preocupa com a correcta aplicação de uma palavra “a uma acção ou situação particular”(p.224); a de saber como é que as palavras “passam a envolver valores” (p.226); e ainda, até que ponto as divergências linguísticas não são elas próprias “divergências sobre a vida social” (p.227).

Antecipamos sérias dificuldades a qualquer teoria da democracia que pretenda apresentar-se como a-valorativa ou neutra; e isto não é um problema nem o referimos de forma pejorativa. Mesmo aquelas que distinguem os planos da moral e da ética como faz Habermas (1996) e avançam apenas procedimentos (que é o mesmo que dizer preceitos) – no caso de Habermas, a ética discursiva – estão sujeitos ao argumento óbvio, e aqui exposto de forma truculenta, de que toda a prescrição do comportamento resulta de uma hierarquização de valores, e é portanto também ela moral. A resposta às questões de Skinner ainda nos convence mais disto, se se concordar com a definição que propomos para teoria da democracia, enquanto debate que se preocupa com a correcta aplicação de uma palavra “a uma acção ou situação particular” quando essa palavra é *democracia*.

Skinner classifica os termos que estão sujeitos a variação conceptual de ordem valorativa como “termos persuasivos”. Ainda que hesitemos em integrar *democracia* no conjunto desses termos, os pontos avançados como susceptíveis de discussão da correcta aplicação dos mesmos são perfeitamente transferíveis para a nossa discussão. Esclarecendo, com a frase *discussão da correcta aplicação* apenas se quer dizer que são pontos onde é possível intervir nas condições de aplicação. Esses pontos são então *o sentido, o referente, e a atitude expressa no acto discursivo*.

O *sentido* é essencialmente descrito pelos critérios gerais necessários para descrever a acção ou situação a que se aplica o termo. Por *referente*, Skinner entende o conjunto de circunstâncias concretas em que a palavra pode ser usada, como “uma consequência da compreensão dos critérios da sua aplicação correcta” (p.226). Podemos portanto concordar em torno do *sentido* de uma palavra e discordar a respeito do *referente* – das situações em que ela é empregue – quando não julgamos ver nessas situações os critérios aceites para a aplicação da palavra. Finalmente, a *atitude expressa no acto discursivo* não é tão bem retratada por Skinner e, de acordo com a sua explicação, refere-se apenas aos *termos elogiosos*, no conhecimento da valoração (positiva ou negativa) que uma dada palavra tem, de modo a sabermos a

“variedade das atitudes que o termo, quando usado correctamente serve para exprimir”⁴⁵.

Vertendo o termo democracia para esta grelha de pontos, onde é passível de acontecer a discussão da correcta aplicação de termos, proporcionam-se motivos para reflexão. Dificilmente a mudança das condições aceites num dos pontos não provoca uma mudança nos outros, o que Skinner procura explicar é que são discussões de natureza diferente. Ao dar-mo-nos conta de como estes pontos de discussão são comunicantes aproximamo-nos das questões, expostas acima, relacionadas com a natureza dos debates que se preocupam com a correcta aplicação de uma palavra, com o processo em que as palavras “passam a envolver valores”, e com o elo entre divergências linguísticas e “divergências sobre a vida social”.

Seria um grande conforto saber como nasce a ideia de democracia mas, pelo que nos é dado a entender, esse é um luxo acessório quando se trata de perceber para que é usada essa ideia. E, apesar de não darmos conta da génese da ideia, podemos relatar a visão que julgamos adequada dos processos que ocorrem nos cursos de construção da mesma.

Para prosseguir é essencial reconhecer que o termo não é vazio de conceito, tem ressonância conceptual, que o debate em torno do termo ou é linguístico ou é social, e que é constitutiva do fluxo social e político a inconstância dos conceitos usados para o descrever.

Imaginemos a seguinte *narrativa terminológica*. Partimos da enunciação mais reduzida que conseguimos dar do termo – essencialmente aquela que o termo exprime – em que democracia se aplica àquela situação social em que o poder político reside no povo. Observamos uma situação em que, por exemplo, a legislação é produzida por um grupo reduzido de indivíduos e podemos com propriedade dizer que se trata de uma situação não democrática. Se alguém recusar esse juízo terá de o fazer exclusivamente em dois sentidos. Ou advoga que essa situação (da produção de legislação) não está sob a alçada da enunciação dos critérios em que podemos observar a presença ou ausência de democracia – deve-se, portanto recorrer a outros

⁴⁵ “Por exemplo, não se pode dizer que alguém que tenha compreendido a correcta utilização do adjectivo corajoso, se não souber que o termo é normalmente utilizado para elogiar e, em particular para expressar (e solicitar) admiração por qualquer acção descrita nesses termos.” (Skinner, 2002: 227)

termos para a descrição dessa situação – ou que, não só está na alçada como é pertinente dizer-se que essa situação é democrática.

Os dois argumentos exigem a revisita do sentido do termo. O primeiro argumento terá de enunciar os critérios gerais de aplicação do termo e comprovar como esses critérios não prevêm ou não se adequam às situações a que se pretende empregar o termo. O segundo terá de demonstrar como a situação foi interpretada incorrectamente e que nela se encontram as condições necessárias para a apelidar de democrática. Neste diálogo entre *sentido* e *referente* se vão construindo ambos, e dele resultam os grandes corpos teóricos.

As razões que levam a uma discussão desta natureza podem ser várias mas entre elas destacamos a que se prende com a atitude expressa nos actos discursivos. Por princípio a maior parte dos substantivos e adjectivos pode ser preenchida valorativamente, e não se entrevêm razões para que a democracia seja excepção. Ilustrando, quando alguém proclama, *trata-se de defender a nossa democracia*, como argumento numa qualquer discussão, e a intervenção dispensa as razões porque devemos defender a democracia, estamos perante um uso persuasivo do termo. O termo contém em si já uma carga valorativa. Se a mesma intervenção explica as razões porque devemos defender *a nossa democracia*, é, muito provavelmente, sinal de que, para a audiência a que o termo se destina, a força persuasiva está ausente mas sôb construção.

A partir do momento em que a democracia se torna num desiderato social comumente aceite, entram em jogo interesses sociais na discussão em torno dos critérios da aplicação do termo correspondente, o que explica a proliferação da adjectivação da democracia que enunciámos no início. Deixa de ser uma discussão linguística (se alguma vez o foi), e torna-se uma discussão social e política. De tal forma pode acontecer esta aceitação geral de um termo como descrição do desiderato social que todas as outras designações de desideratos sociais são arredadas da discussão, e se torna até dispensável evocar o termo democracia.

Sob este ponto de vista, a tarefa de relacionar democracia e cidade, ou democracia e espaço urbano, passa por demonstrar a possibilidade de reconstruir o *sentido* do termo em função de um *referente* constituído também por acções/situações

espaciais. Pode parecer, porém, que nos arrogamos de demasiada licença para construir o sentido de um termo e que para esse efeito qualquer termo serviria.

A nossa posição a respeito dessa objecção é a de que de facto não se pode alterar o sentido de um termo de tal forma que este exija um outro termo. Para que isso não aconteça é necessário encontrar um nexó entre aquilo que se pretende fazer constar no referente – o espaço urbano – e o sentido (i.e. o conjunto de critérios de aplicação), sem desvirtuar este último por mera adição de critérios.

Este ponto ganha um significado acrescido quando chegamos à conclusão que, partindo do princípio que o nosso mundo social é constituído pelos nossos conceitos, qualquer modificação bem sucedida no uso de um conceito constituirá ao mesmo tempo uma mudança no nosso mundo social” (Skinner, 2002:165)

Do que dissemos até aqui, podemos ter caminhado para a legitimação das seguintes opções no nosso propósito geral: a) tomar uma qualquer teoria democrática disponível (ou formular a nossa) para o efeito de relacionar democracia e cidade; ou b) trabalhar um método para estabelecer essa relação compatível com qualquer teoria de democracia.

Ao prosseguir com b) a esperança seria a de chegar a um conjunto de aparelhos e instrumentos metodológicos cuja utilidade ficaria pendente até uma aplicação concreta, i.e. até ao momento teórico descrito em a), de pegar num enunciado democrático concreto e num espaço urbano concreto.

Ao perseguir a), sem primeiro termos estabelecido b) estaríamos a relacionar coisas sem primeiro ter desenvolvido um método com alguma idoneidade para as relacionar.

Não são opções que valham isoladamente, mas são opções que podemos, de certa forma, trabalhar em simultâneo. No seguimento do que dissemos:

- Que uma teoria da democracia é um argumento que participa num debate que se preocupa com a correcta aplicação de uma palavra “a uma acção ou situação particular” quando essa palavra é *democracia*;
- Que esse debate tem três eixos. O sentido, o referente, e atitude do acto discursivo;

- Ser necessário encontrar um nexo entre aquilo a que se pretende estender o âmbito do referente – o espaço urbano – e o sentido (i.e. o conjunto de critérios de aplicação), sem desvirtuar este último por mera adição de critérios;

podemos conceber que a opção b) ao preocupar-se com a procura desse nexo contém de certa forma também a opção a). Esse nexo no entanto depende do aprofundamento da questão epistemológica que conforma o nosso tema desde o início, que é a de compreender a relação entre espaço e sociedade.

A teoria da democracia como a entendemos é uma teoria particular da moral e da justiça que tem como actividade o preenchimento de significado do termo. É advogável que para este tipo de teoria serviria melhor o termo de doutrinas democráticas e história das doutrinas democráticas. Doutrinas que podem conter ou não teorias, no sentido de construção de hipóteses ou leis que explicam fenómenos e factos, mas que são sobretudo discursos que prescrevem a ordem natural dos fenómenos, mais (ou para além de) que os explicar⁴⁶.

Uma democracia para o espaço não deixará de ser uma teoria que produz um discurso normativo sobre a sociedade mas procurará enquadrar uma consciência das questões espaciais intrínsecas a esta última.

A possibilidade de reconstruir o sentido do termo democracia em função de um referente constituído também por acções/situações no espaço, depende apenas do melhor conhecimento da sociedade enquanto sistema espacial.

II.2 Questões político-normativas na produção do espaço urbano

Quando discutimos a dimensão da cidade a que chamámos cenário, a que atribuímos duas actividades genéricas, usos e edificação, ficámos no ponto em que a distinção de Saunders entre *created environment* e *designed environment* nos levou à questão sobre qual destes se conformaria melhor com uma ideia de cidade democrática. É este problema – o da escolha de um modo de produção de espaço urbano em função de uma ideia política – que pretendemos tratar agora, num esforço de sistematização dos

⁴⁶Contudo, se atentarmos nas premissas atribuídas ao pragmatismo de Rorty de rejeição da “diferenciação metafísica entre factos e valores, a não diferenciação metodológica entre moralidade e ciência” (Carreira da Silva; 2004:178), não teremos grandes razões para precisar estes termos.

campos em que se desenrola, sendo que a atitude será necessariamente mais exploratória que advocatória. Blowers chama a atenção para uma tensão entre duas ideias de planeamento que parecem adequar-se à distinção de Saunders:

There is a tension between the idea of planning as a technical, instrumental process concerned with the orderly arrangement of the components of the built environment, and that of planning as part of a comprehensive programme of social reform and reconstruction. (Blowers, 1980: 13)

A estratégia de problematização passará por centrar mais a discussão naquilo que Saunders chama *created environment* a que passamos a designar de agora em diante como a actividade do *plano neutro* do território, (expressão que julgamos captar a essência do original em inglês), do que na discussão do *designed environment*. Este último é abertamente favorável, pela sua natureza, à inclusão de uma noção de democracia nos termos que orientam a sua práxis, mesmo que se desconheça o *modus faciendi* que uma tal práxis requeriria.

Para existir uma escolha de facto entre um e outro modo, impõe-se verificar se, pelo menos a um nível conceptual, a neutralidade do primeiro pode concretizar um ideal político, que é por natureza não neutro, ou quais as condições para essa concretização, condições que a existirem constituirão a actividade do plano neutro como um urbanismo democrático, por oposição a urbanismo democratizante que se identifica com a expressão de *designed environment*.

A variedade das escolhas é muito mais rica do que esta, a contrução de tipos ideais sem relação com a experiência tem apenas o limite da imaginação, mas a apresentação da escolha nestes termos permite-nos abordar o leque de questões que essa variedade de escolhas conteria.

De modo a enquadrar a questão da neutralidade do plano passamos em revista uma síntese histórica das abordagens ao planeamento, do século XX, tal como Cardoso (2008) a fornece, para depois apresentarmos os campos, em que o problema da escolha do tipo de construção, num regime democrático, teria de se desenrolar no seguimento daquilo que dissemos acima em *Uma democracia para o espaço*; em termos grosseiros, o último momento de análise é uma contaminação das questões do espaço com a noção de democracia.

As abordagens ainda dominantes do planeamento do território⁴⁷, que tomaram forma nas décadas de 50 a 70, apresentam um cariz racionalista, com diferentes atitudes que nos permitem a divisão entre uma corrente substantiva e uma corrente processual. A descrição geral destas abordagens enquadra-se neste trecho de Kirk (1980:95):

(...) a view of planning as a rational problem-solving. (...) The main theme is that planners should act in a non-arbitrary manner, making judgements explicit, based on reason, and that their decisions should be backed by adequate information, quantifiable where possible.

A proposta de racionalidade da corrente substantiva reside no espaço ele mesmo, enquanto a da corrente processual reside no modo adequado de intervenção no espaço, sobretudo nos processos de tomada de decisão.

A corrente substantiva pode tomar expressões diferentes consoante a escala de intervenção. Numa escala urbana ou infra-urbana preocupa-se, caracteristicamente com o desenho espacial e é essencialmente um tipo de planeamento físico que não toma grande atenção a variáveis socio-económicas. É um racionalismo estético, que apesar da prioridade conferida ao desenho das formas físicas, confia no poder benéfico que mudanças no território possam ter na sociedade e economia.

Numa escala supra-urbana ou regional concebe o território como um sistema. É sensível, portanto, a considerações socio-económicas uma vez que se debate com questões estruturais e funcionais, e dada a intrínseca volubilidade dos territórios promove planos flexíveis e adaptáveis. É um racionalismo funcional.

A corrente processual pode ser entendida como integrando duas diferentes posições em relação ao planeamento. Uma, na linha do racionalismo funcional, não acredita em soluções definitivas (cf. Browne e Geisse, 1960: 321), e é essencialmente incrementalista, tendo apenas a ambição de actuar nas *margens* do sistema, porque reconhece a imponderabilidade dos recursos disponíveis e as contingências temporais do planeamento⁴⁸. Podemos, de certa forma, entendê-la como a correspondência processual do racionalismo funcional, na medida em que aposta também numa abordagem iterativa.

⁴⁷ Para o caso português ver por exemplo Gomes, 2007.

⁴⁸ Blowers (1980: 183) contrapõe que “Incrementalism is not a method of decision-making, so much as a description of what tends to occur”.

A outra posição, ou sub-corrente, caracteriza-se pela ambição de levantar todos os dados relevantes para a concretização de objectivos específicos, e avaliar exaustivamente as soluções possíveis para os problemas identificados para, por fim, pôr em prática a acção que os critérios, definidos com precisão, do processo de concepção identificaram como a mais adequada, e é comumente denominada de abordagem compreensiva (cf. Kirk, 1980: 112; Branch, 1981).

Em reacção a estas abordagens racionalistas do território, em que o planeamento é concebido como uma actividade estritamente técnica e apolítica ao serviço de um interesse público acriticamente aceite como homogéneo e inteligível (cf. Blowers, 1980; Kirk, 1980; Browne & Geisse, 1960), surge em meados dos anos 60 a abordagem advocatória. Esta abordagem ressalta a inegável pluralidade dos interesses no território, rejeita a possibilidade da neutralidade na acção no espaço, e oferece como alternativa para a práxis uma ideia de planeamento participado. Identificam-se os grupos com interesse no espaço e desenvolve-se para cada um deles um plano que os represente, cuja resolução final deve ser alcançada por repetidos debates e votação.

O intervencionismo alegadamente neutro do Estado no planeamento do território que as abordagens racionalistas põem em marcha, também suscitou oposição de duas posições tradicionalmente antagónicas – a neoliberal e a marxista – que se encontram num ponto: “o planeamento enquanto actividade de intervenção na sociedade está forçosamente amarrado aos processos de urbanização capitalista” (Cardoso, 2008: 185).

A abordagem neoliberal só reconhece eficiência distributiva ao mecanismo de mercado livre e, conseqüentemente, opõe-se a todas as intervenções que contrariando os livres movimentos do mercado constroem a competitividade territorial na economia global. Pugna, então, por uma racionalidade orientada para o mercado por oposição à razão técnico-científica das abordagens processual e substantiva.

A abordagem marxista tem uma dimensão sobretudo crítica, e não apresenta propostas relevantes para a práxis, considera que o planeamento que clame ser neutro apenas:

(...) sustenta ou amplia as desigualdades sociais que o suportam ao actuar como um mecanismo de reprodução social que perpetua um conjunto de relações sociais em

termos de produção, distribuição e consumo sem as quais a ordem social vigente (e como tal, os interesses das classes capitalistas) não perduraria. (Cardoso, 2008: 182)

Para esta abordagem, o reflexo na práxis da consciência do planeamento como promotor de um certo *status quo* e como prolongamento dos processos capitalistas no espaço (Harvey, 1985), deve ser a procura de materialização no espaço urbano de propostas de ordens sociais alternativas.

Cardoso termina a sua síntese histórica de abordagens estabelecidas ao planeamento do território com o conjunto de abordagens pós-modernistas que são compostas por duas posições em discordância. Uma apela ao poder da comunicação como construtora de consensos e, à semelhança da abordagem advocatória, postula a inclusão de diferentes grupos na construção de propostas para o território. Uma outra considera que os fóruns em que se constroem os consensos não estão necessariamente isentos das mesmas críticas que se apontam às abordagens racionalistas, mas partilhando a ideia da pluralidade de interesses no território, concebe o planeamento como mais uma das muitas arenas reconhecidas de luta política.

A respeito de todas estas abordagens podemos identificar uma série de questões comuns⁴⁹ que na prática dificilmente corresponderão a uma só abordagem, apresentando antes matizes de duas ou mais, devendo, portanto, estas abordagens ser consideradas como tipos ideais de intervenção no território. As questões que podemos identificar são interrelacionadas e destacamos de entre elas: os actores intervenientes nos processos de decisão (técnicos, grupos sociais ou agentes económicos), em que podemos incluir o papel do Estado (interventivo, arbitral ou observador); a maior ou menor ambição da intervenção (incrementalista ou definitiva); e a natureza dos fins ou objectivos da intervenção (externalidades, soluções técnicas, ou visões acabadas da sociedade). Identificadas as questões podemos agora definir o que entendemos por *plano neutro* no que respeita a cada uma destas questões, funcionando elas como eixos.

A grande característica distintiva da apologia do tipo ideal do plano neutro é a recusa de um grande desiderato social. O plano neutro proscree, à partida, a democracia, e outras ideias desta natureza, como ideia orientadora da sua actividade no espaço, ainda que a possa conceber como válida nos processos anteriores à

⁴⁹ São as questões que não são comuns a todas as abordagens que determinam a grande variedade delas, portanto estas abordagens não são todas redutíveis às respostas que apresentam a estas questões.

intervenção no espaço. O fim ou objectivo do plano neutro é a criação de soluções técnicas para problemas técnicos do quotidiano.

Preocupar-se-á, então, mais com soluções espaciais de problemas do quotidiano. Será tendencialmente mais incrementalista do que definitivo, porque se entende como processo dinâmico. A ambição do plano neutro define-se como incrementalista. Não terá grandes objecções à participação diferenciada dos sujeitos, uma vez que confia mais nos atributos que tradicionalmente construíram o espaço, como a criatividade e a propriedade, do que no estatuto ou qualidade extrínseca dos sujeitos. E consentirá na intervenção estatal desde que salvaguardada a multiplicidade (não necessariamente a pluralidade) dos actores. Na óptica do plano neutro, a especificação dos actores intervenientes não é relevante. Uma vez que não admite mundivisões a orientar-lhe actividade, a sua preocupação é não permitir que os actores a elas cedam.

Portanto, a escolha do plano neutro como orientação da actividade de intervenção para o projecto de uma cidade democrática advogará que por processos a-democráticos de produção de espaço urbano se possa realizar a democracia, mas admitirá que esses processos possam ser regulados por normas de cariz democrático; é uma escolha a que chamamos de urbanismo democrático. A escolha oposta quererá dizer que se concebe como possível a prescrição, de matriz democrática, não (necessariamente mas também) dos meios de intervenção no território, mas sobretudo dos fins; é uma escolha a que chamamos de urbanismo democratizante.

Da parte de um regime político democrático, a tendência para favorecer um plano neutro poderá ser interpretada: 1) ora como negação da dimensão político-normativa do espaço, ao estilo das chamadas abordagens racionalistas, 2) ora como reconhecimento dos limites do conhecimento humano na questão do espaço, e de que o acrescento de uma noção de democracia às dificuldades percebidas num nível puramente técnico as torna impossíveis de tratar e inultrapassáveis, 3) ora como expressão do interesse, por parte de forças sociais e económicas, numa concepção apolítica do espaço.

Destas três hipóteses de interpretação, interessa-nos discutir as duas primeiras. Isto porque num regime político democrático, com o seu respectivo paradigma discursivo (Skinner, 2002) toda a estratégia argumentativa que licencie práticas

aparentemente não democráticas no espaço tem de discutir a existência da dimensão político-normativa (1), e (se lhe reconhecer a existência) a capacidade de lidar positivamente com ela (2).

Os argumentos em torno de 1) teriam de se esforçar por demonstrar que, apesar de serem reconhecíveis no espaço factos não corroborantes de uma vivência democrática, o espaço é mero espelho disso e não uma variável determinante desses factos, i.e. que a intervenção no espaço não contraria nem mitiga esses factos⁵⁰.

O que nos remete para a discussão do nexos causal entre processos sociais e formas espaciais, mas também para a investigação da possibilidade de uma leitura política de formas espaciais (o *referente* que pretendemos ver constar no termo). Nesta investigação pode-se contribuir para a problemática da cidadania no domínio das normas que não se constituem como direitos, mas que modelam direitos já existentes; como, por exemplo, o direito a usufruir de um espaço público é modelado sempre que se alteram as normas de utilização, ou o aspecto físico, desse espaço público.

Por outro lado, os argumentos em torno de 2), reconhecendo que o espaço tem uma lógica reconduzível a questões político-normativas, terçam pela impossibilidade de dela se extraírem leis gerais ou interpretações unívocas. Do ponto de vista político, considera-se, portanto, apenas poder regular democraticamente os actores e confiar no princípio, por demonstrar, de que um processo democrático gera resultados democráticos⁵¹.

Um princípio que nos leva novamente a questões de causalidade – especificamente à questão da correspondência entre *acontecimento e ambiente* (Benevolo, 1998:16) – mas também às questões relacionadas com a agência (i.e. a dos agentes) na construção do espaço. É que este processo de admissão e autorização de indivíduos a agir na produção de espaço, como vimos na síntese das abordagens do planeamento, pode pela natureza da esfera de intervenção exigir uma racionalidade,

⁵⁰ Isto na linha da advertência de Blowers (1980: 195): “We should not be beguiled into thinking that planning can ever become a positive and dynamic agent of social change. Social change requires political commitment. Town planning is not a highly politicised activity. Perhaps this is because the politicians recognise it for what it is – a passive, reactive, and dependent service. It is this function that both defines and limits the power of planning.”

⁵¹ A questão do que são resultados democráticos não nos compete discutir aqui, dispomo-nos apenas a enquadrar os limites do problema da construção de espaço urbano democrático.

digamos, distinta da racionalidade democrática, e requerer uma racionalidade tecnocrática.

A questão da agência remete para questões de racionalidade, legitimidade e participação e é aquela que mais relevância mostrará para a problemática da cidadania no domínio dos direitos *in rem* positivos (i.e. que envolvem obrigações positivas de “toda a gente” para com o titular do direito, cf. Espada, 1997: 25) para a questão do espaço.

São estes três aspectos da questão – causalidade, lógica espacial e agência – que passamos a discutir, mais de uma forma problematizante do que dialéctica, de forma a ilustrar e balizar futuras incursões mas também a continuar a desenvolver, ainda que mais fraccionados e dispersos, os temas dos conceitos de cidade e cidadania.

a) causalidade

A relevância do aspecto causal nas relações entre democracia e espaço reporta-se a interrogações que se prendem com a possibilidade e alcance de alterações intencionais e conscientes de processos sociais através da intervenção espacial; e com a implicação que a natureza e processo (para o nosso caso, ambos democráticos) das deliberações que antecedem a construção do espaço têm nos resultados desse espaço construído. A primeira interrogação pertence à problemática do urbanismo democratizante, a segunda à problemática do urbanismo democrático. Ambas as interrogações impõem a ponderação de uma série de factores na relação de causalidade pelo que a estratégia passará por considerar a um nível geral de análise os passos a cumprir se pretendêssemos comprovar empiricamente uma relação causal entre democracia e cidade

Abandonando de momento qualquer reflexão quer sobre a ideia de democracia quer sobre a ideia de cidade e suas representações no mundo exterior, levantamos aqui algumas direcções possíveis de uma causalidade entre, e em, democracia e cidade. Podemos aspirar a ter, como Locke descreve, “clear ideas of the relation when the things related are obscure and imperfect” (cit. in Dewey, 1988a:143).

David Hume (2001: 44) circunscreve os títulos de relação filosófica entre ideias a sete: semelhança, identidade, relações de tempo e lugar, proporção de quantidade ou número, graus de qualidade, contrariedade e causalidade. E, ao fazê-lo clarifica duas propriedades das relações: as relações são elas próprias ideias, e a relação entre duas ideias pode efectivar-se com o auxílio a uma terceira ideia⁵² (por exemplo na proporção recorremos à ideia de quantidade ou à de número). De entre estes títulos, a causalidade é aquele que para se identificar pode ter de recorrer a todos os restantes.

Não é estranha a ideia de que a forma de uma cidade pode reflectir, entre outras coisas, disposições políticas da sociedade que a ocupa. Benevolo (1998: 16) resume assim algumas aplicações dessa ideia:

Esse estudo – que pressupõe uma correspondência perfeita entre acontecimento e ambiente – foi tentado muitas vezes para as cidades da Baixa Média onde a forma física do organismo urbano reflecte de modo imediato a forma política da cidade-estado; quase todos os manuais de História medieval têm um capítulo sobre as cidades, em que se examinam as características físicas em estreita relação com as económicas, sociais, administrativas.

Este exercício de correspondência não decorre de uma investigação causal, reflecte sobretudo uma semiótica do espaço e a procura da semelhança com os significados emitidos por outras fontes que não o espaço⁵³. Se entendermos o conhecimento como “a percepção de uma relação” (Dewey, 1988a:141), ela ocorre aqui e mostra o caminho por onde medrar. Apesar de nem todas as relações para que o espírito se abalança serem causais, tendemos a considerar todos os eventos como inscritos numa sequência de nexos causais; esta correspondência entre acontecimento e ambiente, ocorre entre eventos e deverá portanto conter uma qualquer causalidade.

⁵² Como Hume (*op. cit.*, p.40) explica: “Para compreendermos toda a extensão destas relações, é necessário considerar que dois objectos ficam ligados um ao outro na imaginação não apenas quando um deles é directamente semelhante, contíguo ou causa do outro, mas ainda quando entre eles se interpõe um terceiro objecto que mantém com ambos qualquer destas relações. Pode levar-se longe esta conexão; contudo podemos ao mesmo tempo notar que cada deslocação enfraquece consideravelmente a relação.”

⁵³ Mumford (2008) parece ter sido bem sucedido na tarefa de sugerir uma relação entre ideologias de poder e urbanismo, mas essa relação não deve ser precipitadamente considerada como causal; enquanto Lévi-Strauss (1966) demonstrou sugestivamente como as relações sociais entre grupos da população e os mitos que as tutelam se reflectem na distribuição espacial de alguns povos.

No âmbito da natureza conjuntiva da relação causal, que pressupõe causa e efeito, somos forçados a considerar, à vez, a hipótese de um termo como pertencendo a um ou outro lado da relação. Raiaria, porém, o absurdo pegar em duas quaisquer ideias e pretender que uma era a causa ou o resultado da outra. Para além disso, considerar que cidade e democracia, fenómenos extremamente complexos e compostos por tantas ideias, teria uma explicação mono causal seria um enorme salto de fé, cuja tentativa nos levaria a uma série de becos sem saída⁵⁴.

Apresenta-se com clara evidência que as ideias que tomamos não se relacionam na estreita lógica da retrodicção, que Gallie (2004: 479) explica como “a espécie de caso em que nos é possível deduzir com igual correcção a causa a partir do efeito e o efeito a partir da causa”. Nem uma em relação à outra, nem individualmente alcançamos essa retrodicção.

Bastaria até, com efeito, defender que nenhuma delas, isoladamente, tem uma explicação causal nítida e inquestionável, para sustentar que relacioná-las num nexo causal está por esse facto condenado a esforços ínvios. O positivismo de Comte (2004: 93) assevera sem hesitações que é “absolutamente inacessível e vazia de sentido, para nós, a investigação daquilo a que se chama causas, tanto primeiras como finais”; o que é um argumento ainda mais convincente na dissuasão de perseguirmos esta relação. Mas nós percebemos uma relação, como a que Benevolo ilustra acima, e ao afastarmo-nos dela negamos a possibilidade do conhecimento.

Em todo o caso aquilo que Comte diz ser possível investigar é extremamente parecido (e até ilustrativo) com a noção que adoptamos aqui de causalidade, enquanto “seriação ordenada entre eventos” (Dewey, 1988a: 143), quando afirma que podemos “apenas analisar, com exactidão, as circunstâncias da produção [dos fenómenos] e de

⁵⁴ Das seguintes proposições só uma pode estar certa, sendo que a experiência não pode provar nenhuma delas como verdadeira: 1) A democracia causa a cidade; ou 2) A cidade causa a democracia. Podemos argumentar que a democracia necessitou de uma cidade para *acontecer*, fazendo até uso do exemplo histórico mais lembrado como o da democracia ateniense, mas temos tantos outros exemplos que nos informam de cidades em que a democracia não teve lugar. O que nos levaria a afirmar contidamente que a cidade está no conjunto de causas, ou de condições, da democracia. Porque não conhecemos nenhuma democracia anterior às primeiras cidades concluímos com desafogada segurança que a democracia não pode ser a causa da cidade. Por outro lado poderíamos dizer que um certo tipo de cidade, mais uma vez por exemplo a pólis grega com as suas instituições e espaços de cariz público, teve como causa a democracia, e que uma vez inventado não careceu de mais manifestações da causa para se perpetuar. Este tipo de especulações tem o selo do insucesso.

as ligar umas às outras por relações normais de sucessão e de semelhança” (Conte, 2004: 93).

As dificuldades desta noção de causalidade que agora apresentamos são as que cremos explicarem vários argumentos⁵⁵ contra uma explicação causal de factos sociais, em cujo vasto espectro podemos incluir cidade e democracia.

Uma das dificuldades desta noção de causalidade tem a ver com o termo *seriação ordenada*. É que esta *ordem* está irremediavelmente contaminada pela finitude do indivíduo de onde emergem alguns aspectos importantes da nossa noção de tempo: qual é o tempo que separa uma causa do seu efeito?; dedutivamente dizemos que nenhum, que são contíguos, mas a nossa percepção, por exemplo dos fenómenos urbanos, não nos fornece essa contiguidade. E se nos deixarmos levar exclusivamente pela contiguidade percebida incorremos em graves erros como este que Tolstoi ilustra, no segundo epílogo do seu *Guerra e Paz*:

Todas as vezes que observo o movimento de uma locomotiva, oiço um silvo, vejo uma válvula a abrir-se e rodas a girar; de tal facto, porém, não tenho o direito de concluir que o silvo e o movimento das rodas sejam a causa da marcha da locomotiva.

A atenção centrada na contiguidade, para além de produzir falácias deste género na atribuição das causas, pode impedir-nos de perscrutar a correcta sequência de eventos. Parabolizando, quando assistimos à erupção de um vulcão dizemos que é um evento e assumimos que é precedido de outro a que não assistimos, mas este evento pode ter começado algumas décadas antes de se tornar perceptível; como não entrevemos contiguidade, com outro evento precedente, passível de um nexos causal, resta-nos exclamar *ex nihilo*. Este tipo de perplexidade surge porque a delimitação dos eventos no espaço e no tempo é *ad hoc*, exterior ao próprio evento.

Paradoxalmente a melhor maneira de lidar com esta noção de causalidade enquanto seriação ordenada de eventos é abdicar de usar os termos causa e efeito de forma a mitigar o problema da contiguidade:

(...) it is enough if the connectedness of things is such as to render possible the relationship of implication and the act of inference. (Dewey, 1988a: 156)

⁵⁵ Para uma discussão destes argumentos ver o capítulo “O “Significado Social e a Explicação da Acção Social” in Skinner, 2003: 178-201.

Outro problema, que podemos classificar como o da decomponibilidade dos eventos, é o da constatação de que um evento raramente é *um só* evento. Mas esta constatação não é muito diferente daquela que fazemos a propósito da natureza das ideias. E, se lidamos com ideias complexas compostas de ideias simples, não se adivinha grande impedimento em operarmos da mesma forma com eventos; desde que mantenhamos presente que trabalhamos com esse arranjo nem sempre fiável da realidade, porque nem sempre estamos a par de todos os eventos simples que compõem aquele sobre que nos debruçamos.

Ainda um último problema, que decorre do da decomponibilidade dos eventos, prende-se com o leque dos terrenos lícitos onde procurar seriações ordenadas sem desvirtuar um sistema idóneo de leis causais. Isto traduz-se naquela tendência de circunscrever eventos a planos definidos. Por exemplo, um dos argumentos mais significativos de Durkheim (2002) nas *Regras do método sociológico* é o de que a causa de um facto social deve ser procurada noutro facto social. Na verdade esta injunção não é mais subjectiva que a nossa solução para delimitação e decomponibilidade dos eventos e continua a permitir-nos as relações de implicação e acções de inferência que carecemos para formular uma lei. É uma injunção que cumpre aquele que é o corolário lógico da noção de conhecimento como percepção de uma relação – a noção de existência, enquanto assunto do conhecimento, como relacional (Dewey, 1988a:142) – mas só admite relações num plano, o dos factos sociais, quando a própria ideia desse plano é relacional.

Lembrando que o tratamento de um evento complexo deve estar ciente da decomponibilidade em eventos simples; se admitirmos, o que parece óbvio, que um facto social é composto por eventos que não pertencem a esse plano; mas não estivermos dispostos a enquadrá-los na análise; estamos deliberadamente a omitir graus de análise e de conhecimento.

Durkheim sabia certamente disto, e interpretamos esta estratégia não como um acto de fé na autonomia explicativa dos factos sociais – uma autonomia que não julgamos existir – mas como parte da definição operativa de facto social; o que não abala a utilidade da perspectiva durkheimiana.

O trabalho de Harvey (1985) sobre o desenvolvimento de uma consciência urbana, em *Consciousness and the Urban Experience*, e o famigerado artigo de

Simmel (1967), *Metropolis and the mental life*, representam algumas aproximações à inextricabilidade dos eventos; pontes entre planos. Estas pontes têm o condão de *des-seriar* os eventos porque não se restringem a relações de tempo e espaço, admitem discursos de diversa natureza, que reverberam de formas variadas em recipientes diferentes. Como lidam com diversos planos intercomunicantes – do mundo interior dos indivíduos às grandes estruturas económicas – não é possível desenhar uma cronologia nem, como Comte exige, ligar uns aos outros por “relações normais de sucessão e de semelhança”; o que não é o mesmo que afiançar que essas “relações normais” não existem.

Se nos alongámos demais nesta questão foi em parte num esforço de responsabilidade epistemológica, e numa tentativa de evitar pertencer àqueles que segundo Skinner (2002: 195) “se recusam a aceitar que as disputas sobre a explicação causal (...) possam ter alguma relação com a prática das ciências sociais.” Estamos agora mais bem informados para lidar com aquela relação que identificámos com a ajuda de Benevolo.

Os termos em que Benevolo exprime a relação são *acontecimento e ambiente*, e podemos precisá-los dizendo *estrutura de poder e estrutura urbana*, respectivamente. Para efeitos da relação causal definimos termos como sinalização de conjuntos de eventos heterogéneos. Nenhum destes termos coincide de forma absoluta com cidade ou democracia, não são sinónimos. E ainda que encontremos neles uma proximidade ontológica – muito mais óbvia no paralelo estrutura urbana/cidade que em estrutura de poder/democracia – não nos é garantido o sucesso no estabelecimento de uma relação (estrutura urbana/ estrutura de poder) como resultado do êxito da outra (cidade/ democracia).

Se considerarmos como Castells (1971: 88) que “la estructura urbana expresa la estructura de clases de la sociedad y, al mismo tiempo, el dinamismo urbano se hace, de forma más o menos mediatizada, dinamismo de lucha de clases”; que a estrutura urbana e a estrutura do poder se relacionam sistemicamente; e que de certa forma a primeira reproduz a outra⁵⁶; a democracia parece arredada destas reflexões de causalidade com a cidade. Badcock (1984: 85), na mesma linha de Castells, sugere

⁵⁶ “Por outras palavras, a estrutura urbana também reproduz e aprofunda as desigualdades no que concerne a distribuição do poder social na sociedade, entendido este como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos.” (Ribeiro e Júnior, 2005:93)

que “there is reasonable congruence between the dominant mode of production and the arrangement of space” num capítulo cujo título – “Capital as the Architect of Space” – ainda nos convence mais de que se a causalidade que procuramos é essencialmente no espaço, equacionar a democracia é desajustado. A democracia será então quanto muito uma lente pela qual podemos observar o espaço urbano.

É seguro acreditar em Castells e Badcock no sentido de que a produção de espaço urbano se desenvolve numa estreita relação com as estruturas de poder, porque ela é essencialmente um acto de poder, uma forma material e topológica de concretização do poder.

Afirmar, contudo, que o regime político é irrelevante nesta relação é apressado. O regime político – enquanto conjunto de práticas e instituições sancionadas politicamente – pode constituir um terceiro termo desta relação, não integrante de qualquer dos anteriores, uma vez que tanto eles como a relação entre eles continua a existir independentemente do regime político vigente, mas não sem um regime político, o que faz reentrar a democracia na gama de factores considerados.

Sabemos que existem cidades e existem regimes democráticos, e que não há cidades iguais nem democracias iguais. Sabemos que ambas são mutáveis no tempo, e sabemos que coexistiram e coexistem no espaço. Esta coexistência permite duas questões: Uma cidade em democracia apresentará características distintas de uma cidade sem democracia?; A democracia numa cidade terá feitios diferentes de uma que não se dê numa cidade? É sobretudo a primeira que preenche melhor o escopo deste trabalho.

Eventuais respostas a estas questões têm consequências na legitimidade e na praticabilidade da democracia. Nelas, estamos naturalmente a referir-nos a democracia no sentido estrito de regime político, e simultaneamente a assumir esta acepção de democracia como a única que tomamos para a construção de relações causais com a cidade; não estamos a dizer que não existam elos causais entre outras acepções de democracia com a produção de espaço urbano, estamos a admitir que não as sabemos tratar, porque revelam ainda mais dificuldades quando transpostas para a experiência do que as que já revimos na causalidade. Uma das hipóteses de tratamento seria considerar a existência de um *mundo assumptivo*:

K. Young (...) has been concerned with the use of the concept of values as an explanatory factor in the analysis of public policy-making and he uses the concept of assumptive world to describe policy-makers “subjective understanding of the environment in which they operate”. The assumptive world provides political actors not only with their audience, backcloth, and other props, but also with their stage directions, lines and clues! As such, it is a closely interwoven mixture of perceptions, images, actions and so on, comprising ideology, attitudes and opinions, which, mixed together, determine the way policy-makers perceive and react to policy problems. (Goldsmith, 1980: 39)

A dificuldade em compreender o desdobramento empírico do *mundo assumptivo*⁵⁷ não é suficiente para negar-lhe validade, mas as questões que coloca – como, por exemplo se as *deixas* fornecidas aos actores têm coerência com o produto final das decisões – são razão suficiente para protelar o seu tratamento, apesar de não deixar de fortalecer a suspeita de que existe um nexo causal entre regime político e estrutura de poder.

Para responder à questão que faz corresponder fenómenos urbanos com regime democrático teríamos de detectar fenómenos comuns a uma grande maioria de cidades com regime democrático, e ausência desses mesmos fenómenos noutras cidades de regime não democrático. Esta maneira de ver as coisas não nos permite verificar se existe um nexo causal em casos isolados que quedam, numa análise holística, escamoteados. Por outro lado se tomássemos um caso individual também não conseguiríamos extrair leis causais, seria, por assim dizer, uma abordagem historicista.

Numa análise holística encontramos uma série de fenómenos urbanos transversais a cidades com regimes políticos diferentes como, para dar alguns exemplos: a) no plano demográfico, a gentrificação, hierarquias espaciais, e entrincheiramento de comunidades; b) no plano económico, a criação artificial de escassez, o consumismo, e a especulação imobiliária; c) no plano político, a

⁵⁷ A noção de mundo assumptivo é muito semelhante à descrição que Foucault (1997: 30) faz de uma das propriedades das restrições ao discurso: “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar uma determinada posição e formular um determinado tipo de enunciados); ele define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso (...) Os discursos (...) políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina, para os sujeitos que falam, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.”

privatização e a semi-privatização do espaço público e a vigilância; e d) no plano físico a conurbação, a dispersão (o sprawl) e o subúrbio.

Esta ocorrência, indiscriminada e alheia ao regime político, dos mesmos fenómenos, tem como conclusão natural a de que estes fenómenos urbanos se devem a traços do poder que não são exclusivos de regimes democráticos; o que não rejeita a existência de fenómenos exclusivos de cidades com regime democrático.

As estruturas urbanas têm um tempo diferente das estruturas de poder em que são geradas; não só as infra-estruturas, como também as práticas que geram, sobrevivem à queda de regimes. Ou, como Benevolo (1998:15) o põe, numa perspectiva mais vasta,

O cenário físico de uma sociedade é mais duradouro do que a própria sociedade e pode ainda encontrar-se – reduzido a ruínas ou em pleno funcionamento – quando a sociedade que o produziu já há muito desapareceu.

O que nos leva a considerar a relação entre estrutura urbana e estrutura de poder como assíncrona: a estrutura urbana corresponde a uma estrutura de poder que pode já não existir. Badcock, ciente da assincronia entre estrutura urbana e estrutura de poder, faz um esforço para a resolver analiticamente; para saber a que espaço construído corresponde que fluxo de poder:

The capitalist mode of production undergoes continuous transformation, thus analytically providing a “moving target”. Because classes are continually being redefined, while rates of urban and regional change proceed at an uneven pace a periodization of the capitalist transformations raises more problems than it solves. An alternative approach is to recognize that certain phases of unbroken capitalist development (“long waves”) may culminate with the domination of a reasonably singular mode of production in which the forms and expressions of capitalism appear with greatest clarity.

Esta abordagem sofre da mesma enfermidade que qualquer uma que pretenda adscriver a um tão vasto conjunto de fenómenos a mesma causa, mas é necessário conceder a seu favor várias evidências empíricas⁵⁸.

A assunção de uma causalidade entre estrutura de poder e regime político incita-nos a perseguir uma relação interposta de manifesta complexidade:

⁵⁸ Ver por exemplo em Badcock (1984: 87-126).

compreender a relação entre regime político e estrutura de poder para, depois de depurar a relação entre estrutura de poder e estrutura urbana, chegar finalmente ao ponto desejado de relacionar causalmente regime político e estrutura urbana. E fazê-lo desta forma obscurece o facto de que o regime político pode ter efeitos na estrutura urbana não mediados pela estrutura de poder.

Se reconhecermos que os dados mais importantes para uma explicação causal da estrutura urbana pertencem ao conjunto de eventos que sinalizámos como estrutura de poder, deparamo-nos com duas leituras relevantes. A primeira é a de que a natureza democrática – que é essencialmente a proposta de representatividade – do regime não é garantia suficiente para uma estrutura urbana democrática. A segunda é de que tal reconhecimento é um argumento a favor de que só prescrições no plano da legitimidade e graus de acção dos sujeitos da produção do espaço podem levar o plano neutro a constituir-se como urbanismo democrático; isto porque só regulando as relações entre os indivíduos que participam da construção do espaço, e prescrevendo o âmbito da sua actividade se pode interferir nos pontos da estrutura de poder que mais directamente influem na estrutura urbana.

Caminhámos para o estabelecimento de três variáveis de um sistema fictício – estrutura urbana, estrutura de poder e regime político – mas não compreendemos como isolar a conexão de eventos, mediados ou não, do regime político na estrutura urbana; nem tão-pouco podemos compreendê-lo de forma exacta, precisamente pela essência ficcional dos termos⁵⁹. A noção comum de sistema transporta implícita uma certa ideia de causalidade. Ao afirmarmos que há um sistema dizemos que existe um conjunto de trocas. A dificuldade em determinar a direcção e a origem e chegada, pode dever-se quer a um deficiente aparelho conceptual, quer a uma impropriedade da relação de causalidade para falar destas trocas. Nós achamos que ambos.

Ainda que possamos compreender os termos dessa relação, para intuir uma causalidade imanente teríamos de compreender com rigor inaudito as relações entre os fenómenos de todas as escalas que acontecem no urbano, e quando o fizéssemos abandonaríamos certamente os termos estrutura urbana, estrutura de poder, e regime político, para os descrever.

⁵⁹ Para um resumo das fraquezas apontadas à análise sistémica dos fenómenos urbanos ver o capítulo “The city and its environment” em Goldsmith (1980: 33-40).

b) agência

A discussão da agência revolve em torno da especificação dos indivíduos autorizados a intervir no espaço. Como vimos, todo o habitante de uma cidade intervém no espaço correspondente, pelo menos segundo a modalidade dos usos. Tanto os usos como a edificação pertencem ao escopo do planeamento, e quer num quer noutro verificam-se ocorrências contrárias ou exógenas ao planeado; no caso da edificação trata-se essencialmente de construção ilegal e no caso dos usos podemos conceber uma miríade de práticas que conformam o espaço.

É uma discussão central para as questões da democracia, e da extensão das prerrogativas da cidadania, no espaço e, portanto, na dimensão de cidade que identificámos como cenário. Não é necessariamente uma discussão que privilegie os meios (processos de construção do espaço) em detrimento dos fins (espaço urbano democrático). Se entendermos o espaço urbano como terreno dinâmico em constante reformulação através dos usos e edificação, em que o cenário está em constante remodelação, e o agente dessa remodelação é a cidadania democraticamente constituída, podemos dizer que o cenário é democrático na medida em que é constituído por actividades democráticas; e assim suprimir a distinção entre meios e fins.

De entre todas as classes profissionais a mais habilitada a intervir no espaço a grande escala é a dos planificadores urbanos e do território. Não é a única a fazê-lo, nem o faz sem um grande número de constrangimentos. Alguns membros dessa classe debatem-se com os mesmos problemas que temos vindo aqui a tratar, sobre o modo correcto de intervir no espaço. O mais radical dos problemas que esses indivíduos se colocam é o da legitimidade da sua actividade (Browne & Geisse, 1960: 319).

Os problemas com que os próprios planeadores se deparam na sua actividade afiguram-se como um enquadramento perfeito dos dados que a discussão da agência tem de considerar. Em síntese estes problemas não são muito diferentes dos que o estudo das políticas públicas costuma detectar (cf. Boussaguet *et al.*, 2006) e podemos agrupá-los como concernentes a questões de legitimidade e racionalidade. O que torna estes problemas distintos é o facto de pertencerem a uma actividade que produz objectos duráveis no espaço urbano e que constrangem o quotidiano de todos os indivíduos que ocupam esse espaço: o planeamento depara-se irremediavelmente com

a distribuição de recursos escassos no espaço e ao fazê-lo interfere (negativa ou positivamente) com a divisão social do trabalho.

Conscientes do potencial de transformação da sua actividade os planeadores entregam-se muitas vezes à fabricação de futuros. De tal forma que leva Blowers (1980: 13) a afirmar o seguinte: “Utopianism is the occupational disease of planners”. É portanto uma actividade atreita a considerações ideológicas e não é raro observarmos vários discursos sobre o papel que esta pode ter na correcção de injustiças sociais (cf. Cardoso *et al*, 2007). Essa ambição pode tomar contornos que se assemelham muito ao papel que Platão reservava a uma república de filósofos: “A few men, philosophers or lovers of wisdom – or truth – may by study learn at least the proper patterns of true existence.” (*cit. in* Dewey, 1985: 95).

Naturalmente que o poder que possamos reconhecer à sua actividade não se estende forçosamente ao poder dos indivíduos que a exercem. Uma vez que estes estão inseridos numa extensa teia de interesses e organizações, para continuarem a desempenhar essa actividade os planeadores têm de se conformar com uma série de circunstâncias que dificilmente permitem a execução das ideias que possam ter da *boa vida*. Numa sequência difícil de explicar, mas facilmente compreensível, estes profissionais adoptam na sua actividade, os interesses do contexto que os formou e acolheu:

these professionals, whose role became more and more marked as progressive urban reformers acquired political power, acquired as deep a vested interest in the concept of homogeneous, abstract and objective space as their professionals confrères did with the concrete abstractions of time and money” (Harvey, 1985: 14)

Se não os adoptam são pelo menos forçados a professá-los, restando-lhes a hipótese de contrariá-los na acção. Esta postura é descrita como “covert-activist role” (Blowers, 1980: 27). O *activista camuflado* professará a neutralidade, à semelhança das abordagens racionalistas, enquanto se esforçará por conduzir a prática de acordo com as suas crenças e valores. Ainda que também possa suceder o contrário:

Creemos que la mayoría hemos utilizado el discurso revolucionario como medio y la movilidad dentro de la confraternidad de los planificadores como fin.” (Browne e Geisse, 1960: 329)

O exemplo do activista camuflado é rico nas variáveis que oferece para a consideração das questões de legitimidade e racionalidade na agência da construção do espaço. Isto porque todas as circunstâncias favoráveis e todos os expedientes disponíveis ao *activista camuflado* podem ser utilizados para diversos fins, assim referindo-nos a ele podemos resumir os graus de acção de todo o técnico de planeamento que persiga uma agenda própria.

Revelam-se no exemplo do *activista camuflado*: a tensão entre políticos e técnicos; o problema do controlo da informação e processo; os conflitos ideológicos e organizacionais; o problema da representatividade democrática; a possibilidade da promoção de interesses privados através de cargos públicos; a relação entre interesses profissional, organizacional e público. O papel do activista camuflado só é possível porque enquadrado nas circunstâncias que passamos a descrever.

A primeira, que explica parcialmente como podem uns valores e objectivos serem professados quando são outros que são postos em prática, pertence ao domínio das fronteiras do discurso. Como diz Foucault (1997: 30-2):

Nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, (...) mesmo na ordem do discurso tornado público (...) exercem-se formas de apropriação do segredo e de não-permutabilidade, (...) lembremos o segredo técnico ou científico.

Não se trata apenas da complexidade que a sofisticação técnica do planeamento possa ter, trata-se da capacidade de lhe conferir opacidade. Este é um poder que o planeador tem quer face aos políticos eleitos, que podem esbarrar frequentemente em argumentos técnico-científicos irrefutáveis para quem não possui o saber ou o tempo (Blowers, 1980: 23), quer face ao eleitorado, que munido de toda a informação produzida sobre o processo não consegue elaborar qualquer juízo, ou então apenas alguns grupos mais organizados conseguem influenciar o curso dos eventos (Gomes, 2007: 121). Os dois elos com o eleitorado – políticos eleitos e informação – são assim passíveis de comprometimento (Kirk, 1980: 126-7).

Esta opacidade também será útil para subverter o momento de avaliação que costuma suceder à implementação de toda a política pública porque, numa lógica circular que Browne e Geisse chamam de imunidade tecnocrática, “la técnica juzga e justifica la técnica” (Browne & Geisse, 1960: 326). Na questão da avaliação outros dois factos são relevantes. Um é o facto de que, como Blowers (1980: 37) aponta,

mesmo que um plano não atinja os resultados esperados não se conclui necessariamente que o plano tenha sido ineficaz: “we would need to know what would have happened into the absence of a plan”. O outro são os subterfúgios do modo de produzir metas *à prova* de avaliação.

A segunda circunstância que se tem de verificar é uma solidariedade organizacional para com o activista camuflado. Não será fácil para um planeador sozinho desempenhar um ou todos estes expedientes de modo a conseguir impor a sua visão ao plano a implementar. Terá de dispôr de uma hierarquia que lhe é favorável numa organização, e de mão de obra que não tem necessariamente de partilhar os pontos de vista do *activista camuflado*, podendo apenas julgar cumprir os seus deveres profissionais ou buscar o agrado deste:

Bureaucrats can command the loyalty of subordinates, can control the flow of information, can assert professional values that they consider (and may be accepted by others) as incontestable, and can profess the technical expertise and political neutrality that enable them to deal to such persuasive notions as rationality and the public interest. (Blowers, 1980: 38)

O prisma da organização permite-nos revisitar a tensão entre políticos e planeadores e o desfasamento dessa tensão em relação ao público a que é em princípio destinada a sua acção. “Cada corporação”, diz Fukuyama (2004: 65), “desenvolve um interesse corporativo na sua própria sobrevivência que pode não reflectir os interesses da entidade mais alargada da qual é parte integrante”. A verificar-se tal comportamento, uma organização, como um gabinete de planeamento, apresentará um desfasamento de interesses da organização distinta que serve, como o do pessoal da governação, que por sua vez também desenvolve um interesse que não coincide absolutamente com os interesses mais alargados para que foi criada.

A receita mais comumente apontada para aproximar estas três instâncias é o planeamento participativo, cuja intenção é fortalecer a relação entre planeadores, políticos e comunidade, mas também aproximar o produto final dos interesses desta última.

Kirk (1980: 157-163) divide o espectro das formas de participação em seis tipos. O espectro vai desde uma concepção tibia da participação como a recepção de informações dos processos (“participation as receiving benefits”), até àquela concepção, promovida pela abordagem pós-modernista, que nega qualquer pretensão

de uma só racionalidade incontestável, e toma o planeamento como arena de luta política organizada em que se disputa o poder de tomar decisões (“participation as grassroots radicalism”). Pelo meio Kirk descreve: a participação como desempenho de tarefas sem grande peso no processo, usada para incluir membros que granjeiem simpatia e se sintam envolvidos⁶⁰ (“participation as carrying out tasks”); a participação como encapsulamento ou cooptação das fontes de protesto⁶¹ (“participation as the dissolution of protest”); a participação como estudo de mercado, por exemplo através de inquéritos sobre preferências, que tomam o cidadão como um informador, não como actor decisional (“participation as attention to consumer demands”); e finalmente a participação como envolvimento no processo de tomada de decisão que normalmente privilegia um grupo dentro da comunidade como principal interlocutor⁶² (“participation in the decision-making process”).

A análise de Gomes (2007: 140) da participação no planeamento urbano para três casos do território português demonstra como um ou vários tipo de participação interagem de forma variada em cada caso, e o diagnóstico é revelador:

(...) aos cidadãos apenas é admitida intervenção nas fases menos ‘ameaçadoras’ para o projecto, o que coloca interrogações sobre os objectivos dessa mesma participação.

A abertura legal aos cidadãos é ainda tímida e surge demasiado controlada e desorganizada. Não existe um conceito único de participação na legislação estudada, o público alvo não está estabilizado e a sua instrumentalização varia de norma legal em norma legal.

Estes testemunhos sobre a participação permitem-nos no mínimo supor que a participação pode, no discurso político, servir para legitimar e facilitar a execução de

⁶⁰ “Local-authority-sponsored organisations to clear rubbish which utilise the energies of voluntary organisations to clear rubbish and tidy up unused land serve as another example of this.” (Kirk, 1980: 158)

⁶¹ “It is easy to lose one’s perspective and become co-opted. One is then unwilling to appear too critical or confrontational for fear of jeopardising one’s fundamentally weak participatory status. In this way the carrot of participation becomes a control on people’s activities and expectations.” (Kirk, 1980: 159)

⁶² “Groups which are thus incorporated are rewarded with concessions, often in the form of a monopoly of information, and a role to play in urban management, though not one which challenges the autonomy of the local authority.” (Kirk, 1980: 161)

políticas públicas do território, podendo até ser considerado como um *referencial*⁶³ de acção pública. Apesar de Muller (2006: 378) sustentar que

Le référentiel ne constitue donc pas une simple “resource” manipulable à volonté par les groupes en compétition, et un acteur ne pourra pas construire n’importe quel système de croyance en fonction de ses besoins stratégiques,

tal não significa que um referencial em acção não seja contrariado pela natureza dos inúmeros trâmites da acção, de tal forma que a essência do processo de produção de espaço urbano permaneça, enquanto os adjectivos que o qualificam vão mudando (participado democrático, inovador, neutro, tecnológico, ambiental, etc.).

O planeamento participativo levanta quase tantos problemas como os que pretende resolver. Haverá fortes argumentos a favor e contra qualquer disposição que ameace poderes instituídos, como o planeamento participativo parece fazer (Blowers, 1980: 193) – como explica Fukuyama (2004: 45) “qualquer arranjo institucional produz vencedores e perdedores”. Independentemente desses argumentos, o que ressalta é a possibilidade da ideia de participação tornar-se quer num meio de refracção de protesto, quer num referencial de legitimação, quer em mais um instrumento disponível ao serviço do activista camuflado.

A figura do activista camuflado permitiu-nos discutir alguns dos factos que conformam a produção do espaço, e o modo geral como certos interesses (de inspiração altruista ou não) podem ser privilegiados nas diversas paragens dos périplos institucionais. Será agora altura de explorar como o entendimento desses factos contribui para a questão da agência na apologia do plano neutro no seio de um regime democrático.

A promoção de interesses particulares (no sentido em que pertencem a indivíduos, não no seu âmbito) no planeamento do território é e será sempre possível porque não há nenhum interesse que na sua génese não seja particular. Só por meio das múltiplas relações entre indivíduos deixa um interesse de ser particular para passar a ser o interesse expresso de grupos ou o de uma comunidade.

⁶³ “Les politiques publiques ne sont pas seulement des espaces où s’affrontent des acteurs en fonction de leurs intérêts, mais elles sont aussi le lieu où une société donnée construit son rapport au monde et donc les représentations qu’elle se donne pour comprendre et agir sur le réel tel qu’il est perçu. (...) Le référentiel d’une politique est donc constitué d’un ensemble de prescriptions qui donnent du sens à un programme d’action publique en définissant des critères de choix et des modes de désignation des objectifs.” (Muller, 2004: 372-3.)

Quando se discute a forma adequada de participação, está-se a admitir que certos interesses particulares estão ilegítimamente arredados (ou relegados para lugares distantes) dos processos de produção de espaço urbano, está-se também a afirmar que a razão tecnocrática não tem já legitimidade para reinar sozinha, ou que pelo menos os agentes que a personificam não a têm.

Dependendo das formas institucionalizadas de participação e da qualidade dos actores intervenientes, diferentes interesses serão privilegiados. Mesmo nas diligências que procuram “[estimular] relações recíprocas de confiança entre planeadores e comunidades que fomentem decisões baseadas em competências e conhecimentos partilhados” (Cardoso, 2008: 190) haverá interesses que prevalecem sobre os demais, ainda que nem sempre seja nítido que interesses estão a ser privilegiados, e que tudo seja conduzido com o mais irrepreensível dos altruísmos. Isto porque qualquer arranjo no espaço, à semelhança dos arranjos institucionais, produz *vencedores e perdedores* (cf. Harvey, 1979).

Parece um facto inegável e não há porque o tentar contrariar – e deixamos para a filosofia ou psicologia a discussão da hipótese de uma acção desinteressada e sem volição – de que certos interesses serão sempre privilegiados na produção de espaço urbano. O papel da ciência política seria descobrir *quais e como*, mas de acordo com as nossas perorações sobre a questão da causalidade, apenas podemos aspirar produzir afirmações vagas ou imprecisas, mesmo que próximas da verdade.

Tendemos com frequência a fazer juízos sobre esses interesses e a considerar uns mais válidos do que outros dependendo da nossa inclinação moral, mas, para o plano neutro, o argumento a favor da inclusão de actores tradicionalmente excluídos dos processos de produção de espaço urbano não pode centrar-se na natureza dos interesses⁶⁴. Se a natureza dos interesses fosse o dado central da discussão, bastaria enunciar os interesses legítimos e concordantes com a neutralidade que professa, e não interessaria quem participa ou não da implementação.

Também o argumento, por exemplo, de que só uma participação permanente e igualitária permite a constante e justa reformulação do interesse geral a partir da

⁶⁴ Relembrando, o plano neutro não se dispõe a pôr em prática nenhum desiderato social porque estes se devem realizar noutras instâncias, não acredita na possibilidade de compreender tudo aquilo para que planeia, não se preocupa com a qualidade extrínseca (como a classe social ou profissional) dos sujeitos desde que seja assegurada a multiplicidade destes.

interacção dos diferentes interesses particulares não faz sentido dentro do universo discursivo do plano neutro. Porque de certa forma se a discussão dos fins sociais não é legítima na construção do espaço, a discussão dos meios orientados para esse fins também não. A discussão da agência na apologia da escolha do plano neutro parece ser *non sequitur*: se a atenção está voltada para a acção e não para o agente, basta prescrever a acção independentemente de quem a leva a cabo.

O plano neutro mesmo que reconheça a dimensão política-normativa do espaço, não possui nenhuma solução para lidar com esse facto que não o desvirtue simultaneamente, não saberia enfrentar por exemplo a figura do activista camuflado.

A nosso ver há apenas dois argumentos que justificam a discussão da agência na óptica do plano neutro: um é o de que na procura de soluções técnicas seria valiosa a participação do saber local, aquilo que Fukuyama (2004) chama de *métis*, o que seria uma participação meramente consultiva; o outro é o de advogar a participação para assegurar que a neutralidade do plano se cumpre, não seria a concessão de direitos aos cidadãos sobre o espaço que habitam, seria apenas uma participação como mecanismo de vigilância. Mas convidar mais actores também eles com interesses particulares para anular outros é aparentemente redundante, uma vez que uns triunfarão sempre.

Não nos arriscando a produzir uma conclusão deixamos uma suposição, relativamente fundamentada: sendo a discussão da agência *non sequitur* numa premissa de neutralidade da acção no espaço, qualquer discussão da agência exige uma premissa de não-neutralidade da acção no espaço; a discussão da agência abre a porta à discussão dos valores permitidos na acção no espaço, e consequentemente dos interesses lícitos e ilícitos; mas poderá haver várias premissas de não-neutralidade que não se resolvam a favor de uma produção participada do espaço; a escolha a favor da participação implica o reconhecimento da ausência de uma entidade competente para determinar o interesse geral nas questões do espaço, mas também implica o balizamento dos interesses particulares admitidos, balizamento que se dá pela proscrição dos interesses indesejáveis; a justificação de um urbanismo democrático só é possível aliada a uma ideia de urbanismo democratizante, ainda que vaga.

A discussão da agência, através da especificação dos indivíduos autorizados a intervir no espaço, dos momentos em que intervêm, e das práticas institucionais a

regular essa intervenção, não basta para assegurar a produção de espaço urbano democrático. É necessário conhecer as propriedades do espaço para em função delas poder ilustrar e prescrever todas as decisões respeitantes à construção do espaço, independentemente do número de actores que nelas participarem.

c) lógica social do espaço

A nossa procura de causalidade entre cidade e democracia deparou-se com um particular dilema. Ao afirmarmos na introdução que a democracia deve ter uma lógica espacial e que o espaço urbano deve ter uma lógica democrática, estamos de forma embutida a sugerir que deve existir uma causalidade entre cidade e democracia; um nexos apreensível entre o regime de convivência política entre cidadãos e o modo como se comporta o espaço em que esse regime vigora.

A reflexão sobre a experiência e observação oferece contudo uma série de argumentos que nos inclinam a rejeitar a possibilidade de circunscrever ou mesmo detectar essa causalidade numa análise holística. Compreensivelmente, uma apologia a favor de um facto, acompanhada de um discurso que indica a impossibilidade de detectar esse facto, é um raciocínio difícil de sustentar, mas uma democracia espacialmente articulada pode não depender da percepção, nem sequer da existência, de um nexos do tipo causal. Concordamos com Harvey (1979: 42) quando diz “es innecesariamente ingenuo pensar en terminos de simples relaciones causales entre formas espaciales y procesos sociales (cualquiera que sea el elemento que escojamos)”, e talvez se revele útil aproveitar os aparelhos disponíveis para pensar a relação entre democracia e processos sociais para o caso dos processos espaciais, um desses aparelhos é a sintaxe espacial.

No reino das ciências sociais a disciplina mais autorizada para lidar com o espaço é a geografia. O mesmo se pode dizer da sociologia para os factos sociais, da ciência política para o poder, e da economia para os bens. Harvey, um geógrafo, diz que “the question of space is surely too important to be left for geographers alone” (1985: xii); parece também acertado este apelo para cada uma destas disciplinas e seus objectos.

O que a aceitação destes juízos nos fornece é o reconhecimento de que estes objectos de estudo pelos quais foram seccionadas áreas de pensamento não existem assim fora das mesmas. Cada uma destas disciplinas trilhou o seu caminho, e certamente cada um de nós quando quer conhecer melhor o espaço, o poder, ou a distribuição de bens recorre à disciplina que lhes corresponde no estudo.

O percurso da geografia pode ser interpretado como o conjunto dos esforços que se debruçaram sobre a relação entre conceitos de espaço e análises empíricas de factos e fenómenos lidos espacialmente, mas esses factos e fenómenos pertencem invariavelmente às classes de objectos de estudo de outras disciplinas.

Se tentássemos prosseguir a nossa procura de um nexo entre âmbito espacial do *referente* e *sentido* do termo democracia, seria necessária uma linguagem compatível com ambos. Uma linguagem competente na descrição da distribuição espacial de fenómenos e objectos, capaz de determinar as leis morfométricas que lhes subjazem, e enquadrar a compreensão das acções num contexto espacial. Tão pesadas exigências não chegariam, seria também imperativo que essa linguagem fosse sensível à classe de conceitos contidos no sentido do termo democracia, de tal forma que fosse possível olhar para um espaço e afiançar o que é ou não democrático.

O primeiro e mais radical obstáculo a uma tal linguagem é, paradoxalmente, o conceito de espaço. A questão que pode resumir a evolução dos conceitos de espaço é essencialmente a de saber o que é o espaço ele mesmo. O que a história da filosofia e a metodologia da geografia nos ilustra é que não há por princípio uma só noção de espaço inequivocamente adequada quando se trata de aplicações a problemas concretos:

También está claro que diferentes conceptos de espacio serán apropiados para diferentes propósitos teóricos. Por lo tanto parece que será realista considerar el concepto de espacio como un concepto “multidimensional” en tanto que el concepto tiene diferentes sentidos según el contexto cultural, la habilidad perceptual y el fin científico. (Harvey, 1983: 210)

A questão do conceito adequado de espaço não é naturalmente específica da geografia. Na física, o desafio da questão do espaço – que sempre foi o da harmonia das considerações sobre a matéria com as considerações sobre o espaço – não encontra uma solução por via da lógica ou da matemática, e a via da experiência

apenas pode determinar a geometria *apropriada* a cada caso e não a geometria *real* (Harvey, 1983: 209).

A nós, que de certa forma lidamos com matéria, esta consideração licencia uma noção de espaço autónoma da definição de espaço em matemática; que é essencialmente um conjunto de pontos, em que os pontos em si não tem propriedades, e em que diferentes espaços apresentam propriedades diferentes nas relações entre pontos.

É relevante, no entanto, relembrar a oscilação filosófica dos conceitos de espaço que se pode resumir, num esforço sintético de fins ilustrativos, pela hesitação de Kant, sequenciada assim: de um conceito relativo em que o espaço consistia num sistema de relações entre substâncias; para uma noção, própria da mecânica clássica, de espaço absoluto independente da matéria; até uma espécie de capitulação da procura da realidade do espaço ao erguê-lo como ficção conceptual capaz de identificar coisas e factos (Harvey, 1983: 220).

Se juntarmos a indefinição teórica do conceito de espaço – i.e. a multiplicidade dos conceitos filosóficos e culturais de espaço, a dimensão simbólica do espaço, os diversos espaços discursivos, e a miríade de representações mentais do espaço – às propriedades de que a nossa matéria (indivíduos, instituições e artefactos) é feita, ficamos com uma dimensão adequada do problema de criar uma linguagem que exprima satisfatoriamente tudo isto.

Os princípios centrais de uma noção de espaço, a distância e a localização, são dependentes das coisas medidas⁶⁵. O que torna óbvio para os nossos propósitos que a noção de espaço que nos interessa depende das propriedades da matéria, porque o espaço urbano é constituído tanto por artefactos duráveis como por actividade. Quando abordámos a dimensão física da cidade distinguimos dois tipos de espaço, um durável, o dos edifícios, e outro em estado de fluxo, constituído pelos usos e construção *ex novo*. Uma linguagem que trate apenas da actividade só parece poder reter em signos aquele espaço em estado de fluxo, e não aquele durável.

⁶⁵ Las ciudades afectan a las propiedades del espacio que las circunda, los diversos tipos de actividad humana crean campos de influencia que distorsionan las propiedades del espacio, y así sucesivamente. (...) Las propias actividades y objetos son los que definen los campos de influencia espaciales. (Harvey, 1983: 221)

Ora, para o efeito de dotar de dimensão espacial qualquer teoria da democracia, a matéria em fluxo é, apesar de tudo, secundária, porque ela já se ocupa disso, essa matéria em fluxo é aquilo que conhecemos sob o nome confuso de sociedade.

A teoria da democracia cria arquétipos de personagens, os cidadãos e suas matizes, deixando a sorte dos cenários por que se movem ao acaso, ou melhor, deixando (e esperando) que essa invenção impalpável da cidadania se concretize com acuidade no espaço, na matéria durável. Conhecer as propriedades da matéria em fluxo a regular não é despiciendo, mas por ora concentramo-nos no levantamento dos aparelhos teóricos para regular o espaço edificado, e na demanda de uma tradução que se lhes imponha para questões políticas, os instrumentos que procuramos no momento são então os que se atêm à matéria durável.

A sintaxe do espaço, uma linguagem, que ignora os princípios de distância e localização tal como tradicionalmente concebidos, é uma linguagem espacial que parece oferecer esses aparelhos. Esta linguagem, em parte devida ao trabalho pioneiro de Hillier e Hanson (1984), permite não só descrever padrões das estruturas *elementares do espaço* (*op. cit.*, p.54), como alijar suposições e erguer hipóteses na relação entre sociedade e espaço. O que esta linguagem permite, enfim, é enriquecer a paleta de conceitos da teoria política com o que é sociologicamente relevante da lógica espacial dos aglomerados urbanos, sejam estes de que espécie forem.

A proposição fundamental da sintaxe do espaço, de Hillier e Hanson, não é a de que há uma relação entre formas urbanas e sociedade mas a de que há uma relação entre as propriedades sintáticas da forma urbana (“generators”) e processos sociais. Para chegar a esta proposição foi necessário abandonar a percepção em que a sociedade era des-espacializada e o espaço des-socializado (*op. cit.*, p.9):

society can only have lawful relations to space if society already possesses its own intrinsic spatial dimension; and likewise space can only be lawfully related if it can carry those spatial dimensions in its very form. (...) Society must be described in terms of its intrinsic spatiality; space must be described in terms of its intrinsic sociality. (*op. cit.*, p.26)

Não sendo aqui o local para descrever em pormenor a disciplina da sintaxe espacial⁶⁶, procuramos dar conta dos principais conceitos, hipóteses e conclusões que Hillier e Hanson avançam; escolhidos em razão da utilidade para o nosso problema, o de saber se podemos ambicionar conhecer a democraticidade de um espaço.

Genótipo e fenótipo são dois conceitos fundamentais, nesta migração de conhecimento, para discutir o espaço em ciência política. São conceitos tomados de empréstimo da biologia que significam aí, respectivamente: a constituição genética de uma célula ou organismo; e o conjunto de características observáveis da manifestação desse genótipo em interacção com o exterior ou com o ambiente.

Para a sintaxe do espaço estes conceitos são determinados a partir de dois pares de ideias relacionais – simetria/assimetria e distributividade/não-distributividade – passíveis de estabelecer em qualquer conjunto de objectos no espaço que possuam as características de uma célula habitacional, i.e. fronteiras e meios de passagem, e portanto aplicáveis a qualquer espaço urbano. No derrame para a sintaxe do espaço, genótipo e fenótipo carregam mais subtilezas que as aqui exploradas; concentramo-nos apenas no essencial para debutar o assunto como parte da ciência política.

Uma versão resumida e acertada do genótipo para o espaço, é a que o exprime como código de informação (dada pelos pares de ideias de simetria e distributividade, e pela propriedade de permutação⁶⁷) a que cada elemento novo tem de obedecer num processo contínuo e aleatório (“random ongoing process”) de morfogénese do aglomerado urbano.

O fenótipo é essencialmente a manifestação desse código no espaço. Quanto mais longo fôr o genótipo – i.e. quanto mais regras cada objecto tiver de observar para surgir no espaço – menor será a variedade possível de fenótipos.

Um dos exemplos dados por Hillier e Hanson (1984: 38-9) para ilustrar estes conceitos é o modelo “acampamento militar”. Sempre que um exército cessa a marcha e ergue o seu acampamento fá-lo de acordo com um conjunto específico de regras que incorporam informação social, onde hierarquia de estratos e procedimentos se podem

⁶⁶ Para o fazer seriam necessárias pelo menos umas noções de *teoria dos grafos*, uma teoria de paternidade atribuída a Leonhard Euler com o seu artigo “As sete pontes de Königsberg” publicado em 1736.

⁶⁷ O termo permuta é tradução livre de *interchangeability*. Um objecto x1 é permutável com x2 quando relação genética x1-x2 é idêntica à de x2-x1. A não-permuta implica uma extensão de informação genotípica que estabeleça relações que extravasam a contiguidade e a adjacência.

alongar num acervo considerável de prescrições, este conjunto é o genótipo do modelo *acampamento militar*. Apesar de tudo, a observação das mesmas regras em lugares de topologia diversa gera acampamentos diversos, diferentes fenótipos. As formas mudam mas as relações mantêm-se.

O genótipo, como se deixa perceber, é o lugar das normas e o fenótipo a manifestação necessária para que essas normas ganhem existência.

Outro conceito relevante para entender a sintaxe do espaço como instrumento de análise do mundo social é a transespacialidade. Uma relação transespacial é a realização de um conjunto de relações espaciais, num sistema discreto local, de forma idêntica à de outros sistemas discretos locais. O exemplo de dois apartamentos idênticos, com a mesma relação com o exterior, em locais diferentes, é uma manifestação óbvia desta relação, há no entanto outras menos nítidas. A introdução da transespacialidade no genótipo de um sistema exige então que certos espaços detenham relações específicas com outros espaços determinados.

A concepção do espaço como processo contínuo aleatório é fulcral para toda a construção teórica da lógica social do espaço. É o ponto de partida de uma *teoria dos sistemas de entidades espacialmente discretas* (“theory of arrangements”), a que podemos chamar *teoria das disposições*, que permite acercarmo-nos da dimensão fundamental das diferenças no modo como as sociedades determinam o espaço. Enquanto o estruturalismo dará primazia às regras, como entidades anteriores aos padrões sociais, sem inquirir como e onde estas são produzidas, a teoria das disposições fundada na ideia de processo contínuo aleatório oferece outra perspectiva. O processo contínuo e aleatório pode ser explicado como o aparecimento contínuo de células idênticas numa região do espaço. À medida que acrescentamos regras a que cada célula nova tem de obedecer (mudamos a informação genotípica) também a morfologia geral dessa região (a configuração fenotípica) mudará, mas a essência aleatória do processo mantém-se, i.e. não escolhemos a disposição e localização de cada célula apenas colocamos restrições ao aparecimento de toda e qualquer célula no sistema.

As condições para a génese da sintaxe no espaço são representáveis por um ciclo de quatro passos em que cada um contribui para as configurações estruturais: 1) realidade espaço-tempo; 2) retorno descritivo (“description retrieval”); 3) reprodução; e 4) disposição. Na construção do espaço são determinantes tanto as leis da realidade

espacial objectiva como os poderes combinatórios da mente: “the mind reads structure and re-invents it, and learns to think the language of reality” (*op. cit.*, p.207) A leitura da estrutura como é dada pela realidade corresponde ao passo do retorno descritivo (2). A reformulação da estrutura apreendida através dos poderes combinatórios da mente dá lugar à reprodução (3) que posta em acção determina o crescimento do sistema de entidades discretas com a sua nova disposição (4), de cujas variações se apresentam novas realidades a ser lidas.

A terceira etapa do ciclo – a reprodução – é constituída por três aspectos distinguíveis: geração, controlo da descrição, e transespacialidade. A estes três aspectos Hillier e Hanson fazem corresponder respectivamente produção, política e ideologia. Na *geração* são criadas as relações a impôr ao espaço a produzir⁶⁸, no *controlo descritivo* são negociadas essas relações por mecanismos sociais⁶⁹, e na *transespacialidade* é acrescentado significado aos espaços a construir⁷⁰.

Na análise de uma localidade ou de um bairro, a informação é, numa primeira fase, sintática, porque apenas extrai as relações de simetria e distributividade entre espaços. Mas é possível a partir dessa informação aparentemente inócua compreender uma série de propriedades da localidade, globalmente, e também da relação de cada um dos espaços com a totalidade. Ao conjunto destas relações sintáticas que definem um espaço particular, como edifícios ou espaços públicos (as células em escalas diferentes), Hillier e Hanson chamam *descrição* (que compreende a identidade relacional de cada célula). A mesma análise e processo são transferíveis para os espaços interiores dos edifícios.

Adscribendo rótulos (*labels*) – o significado de um espaço – às *descrições*, Hillier e Hanson unem sintaxe e semântica, de tal forma que a certas variações genóticas –expressas numa linguagem ideográfica – é possível corresponder certas formas e funções sociais. Só é possível adscriver rótulos a espaços na posse de

⁶⁸ “Generation can therefore be associated with the most basic levels of production in society.” (*op. cit.*, p. 222.)

⁶⁹ “All societies have mechanisms, formal or informal, for the conscious control of descriptions. Insofar as they are open-ended and modify descriptions we call them politics; and insofar as they concerned with the implementation of description control we call them law. In general, description control refers to what is commonly called the *juridical super-structure* of a society.” (*ibidem*)

⁷⁰ “Transpatiality means buiding into patterns of space and action complexes of noninterchangeable relations wich ensure, through the ritualisation of life, the production of the systems of categories required by that society.” (*ibidem*)

informação sociológica. Essa informação surge como expressão de duas classes simples, *ocupantes* e *visitantes*. A forma como se dão as relações entre ocupantes de um espaço e entre ocupantes e visitantes podem oferecer um ótimo instrumento de compreensão de relações de poder no espaço, e são elas que nos permitem uma leitura sociológica da sintaxe do espaço.

Usando as espécies de interface entre habitantes e ocupantes, Hillier e Hanson classificam duas solidariedades visíveis no espaço sintático. O espaço da *solidariedade espacial* promove contiguidade e encontro através da criação de ligações que contrariam o isolamento dos edifícios. Nela encontramos uma grande continuidade entre o exterior e o interior dos edifícios facilitando a transposição de fronteiras. O espaço da *solidariedade transespacial* traduz-se pela homogeneidade dos interiores dos edifícios (de forma a que quando entramos numa habitação alheia o espaço nos é familiar, porque a sua disposição é semelhante à da nossa habitação). Os interiores são nela estruturalmente comparáveis entre si, e a fronteira com o exterior é demarcada.

Sobre o conjunto dos exemplos tomados de disposições espaciais, os autores sentiram-se confiantes para estabelecer algumas considerações sobre diferenças entre espaços exteriores e interiores:

We might even say without too much exaggeration that interiors tend to define more of an ideological space, in the sense of a fixed system of categories and relations that is continually re-affirmed by use, whereas exteriors define a transactional or even a political space, in that it constructs a more fluid system of encounters and avoidances which is constantly renegotiated by use. (Hillier & Hanson, 1984 : 20)

Estas considerações poderiam, no entanto, ser produzidas por mero senso comum. Harvey, por exemplo, sem o auxílio da sintaxe espacial tece algumas da mesma natureza:

But the created space of society is also (...) the space of social reproduction. Thus control over the creation of that space also confers a certain power over the processes of social reproduction. We can see this process at work within the most diverse of social circumstances. The organization of space within the household says much about power and gender relations within the family, for example, while hierarchical structures of authority or privilege can be communicated directly through forms of spatial organization and symbolism. (Harvey, 1985: 23)

Porém, Hillier e Hanson defendem que com a sintaxe espacial se adquire poder analítico. Um poder que depois usam para materializar os conceitos durkheimianos, bem conhecidos, de solidariedade orgânica e solidariedade mecânica; que sem a sintaxe espacial possuem sobretudo um valor heurístico mas que com esta adquirem demonstrabilidade analítica (Hillier e Hanson, 1984: 221).

As capacidades da sintaxe espacial como decodificadora dos desdobramentos espaciais da sociedade são tão extensas e misteriosas, que a tentação de utilizar algumas das revelações que ela nos concede, sobre o comportamento da sociedade no espaço, para fins normativos é imediata. Ainda que Hillier e Hanson advirtam logo no início para os perigos e ineficácias de uma ciência moral do espaço (*op. cit.*, p. 28), não deixa de parecer possível identificar certas disposições no espaço como mais indicadas a certas intenções políticas, ou pelo menos identificar as mais deletérias para as mesmas intenções, os próprios autores sugerem a possibilidade de uma patologia do *design* dos edifícios (*op. cit.*, p.194).

A interrogação que comandaria a utilização da sintaxe espacial para a construção democrática do espaço seria a da possibilidade da definição de um genótipo democrático; que consiste no fundo em explorar a praticabilidade de um urbanismo democratizante. A procura desse genótipo teria de proceder a um levantamento mais exaustivo que o que Hillier e Hanson fizeram das correlações entre relações espaciais e relações sociais, mas também teria de trabalhar sobre os termos do contrato, de modo a que as relações sociais aí reguladas fossem traduzíveis para os dois termos sociológicos utilizados na análise do espaço – ocupantes e visitantes. O potencial transformador dos *usos* no espaço teria assim de ser levado em conta, porque o que acaba por determinar as relações de poder no espaço são as espécies de interface entre ocupantes e visitantes.

O propósito de procurar este genótipo não é o de o implementar, antes o de prosseguir com a procura de conhecimento sobre as relações de poder a que a ciência política se entrega por natureza. Para o implementar, seria necessário um esclarecimento mais competente do nexo entre sociedade e espaço, porque, ainda que Hillier e Hanson demonstrem fortes argumentos sobre a possibilidade de conhecer o

modo como a sociedade determina o espaço⁷¹, não é clara a capacidade de fazer a operação inversa. Apesar de tudo o que nos falta descobrir sobre o tema espaço e sociedade, o conceito de genótipo é um instrumento valioso quando se trata de espacializar a democracia, e parece factível o exercício de a partir das várias teorias da democracia desenhar o espaço correspondente e assim fazer corresponder contrato e cenário.

⁷¹ “Although it is often objected that the methods of natural science cannot apply to the man-made, since man creates as he chooses the evidence suggests this is only partly true. (...) even the most arbitrary creation of man cannot be independent of objective morphological laws which are not of his own making. Man manipulates morphological laws to its own ends, but he does not create those laws.” (Hillier & Hanson, 1984: 54)

III. Democracia urbana

III.1 Estudo da democracia: apontamentos de ética e epistemologia

Aproveitando a escuridão proposta de Bobbio (2000) para um esquema teórico das relações entre ciência política e filosofia política, diríamos que o estudo da democracia urbana se aproxima daquela área da filosofia política explicada como “descrição, projecção, [e] teorização da óptima república ou se quisermos, como a construção de um modelo ideal do Estado fundado sobre alguns pressupostos éticos últimos, a respeito do qual não nos preocupamos se, e quando poderia ser efectivamente e totalmente realizado” (p.67-68).

Bobbio sugere que a correspondência científica da procura da óptima república é futurologista⁷², aquela que faz previsões. O ponto onde nos convém modelar, para a democracia urbana, a proposta de Bobbio é que o *dever-ser*, a *óptima república*, a *utopia*, não existem apenas num tempo ulterior, acontecem nos códigos legais, nos despachos, nos decretos, nos planos directores municipais...; não são eles o daguerreótipo de “um país imaginário onde está tudo superiormente organizado”⁷³?. E que portanto a actividade da ciência política correspondente não é apenas futurologista. Pode ser aposta à primeira – como duas folhas de papel vegetal sobrepostas, a do ser e a do dever-ser – determinando também as possibilidades da utopia (aqui entendida como âmbito do enunciado dos discursos legitimadores e organizadores do poder político) em função dos desvios com o real. Assim o trabalho da ciência política para o estudo da democracia urbana pode dar-se nos dois tempos: averiguar se a cidade, como a compreendemos, é um lugar onde a democracia acontece; e quais os expedientes necessários para que ela aconteça.

É um trabalho de verificação das possibilidades no espaço, de uma moral adoptada *a priori*, como ela existe nos códigos que regem a vivência política de uma comunidade. É um exercício heurístico da moral através da exegese das formas de poder plasmadas na cidade e dos seus fenómenos espaciais, portanto construída *a posteriori*.

⁷² “(...) a futurologia é a previsão de um Estado que *deve* ser no sentido naturalista de “deve”: o Estado utópico é desejável, mas pode não se realizar; o Estado futuro pode até não ser desejável, mas é aquele que deve necessariamente se realizar se a previsão estiver cientificamente exacta. Na passagem do comportamento filosófico para o comportamento científico a utopia se resume a futurologia.” (Bobbio, 2000:71).

⁷³ AaVv, 1995. Utopia In Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 7ª ed., p.1829.

Considera todas as formas de *óptima república* como válidas enquanto cristalização de uma ordem moral e averigua a correspondência dessa ordem com as suas manifestações. Esta é uma operação que pode ser realizada em duas direcções idóneas: 1) tradução dos fenómenos espaciais para um código que exprima os valores neles presentes; 2) ou a extracção de normas para os fenómenos espaciais a partir dos códigos normativos que tutelam a comunidade em que esses fenómenos acontecerão.

À primeira corresponderia a escrita de um argumento cinematográfico após o visionamento do filme – descodificar o significado das imagens e convertê-lo num texto – e à segunda a realização desse argumento.

Ao considerarmos que a única forma isenta de proceder em 1) é puramente descritiva – ou seja descrever as relações entre indivíduos e entre indivíduos e objectos como alheios a intenção e volição (e mesmo nesta hipótese deparamo-nos sempre com o problema epistemológico do ponto de vista) – afirmamos que o valor social da moral está na consciência, o que é falso pois está nas acções.

Quanto à segunda é possível argumentar que as formas concretizadoras de um código normativo são infinitas e que portanto qualquer trabalho no sentido de as estipular tem uma validade limitada, o que é verdadeiro. É por isso que avançamos que não existe um desenho ideal de uma cidade democrática, haverá inúmeros⁷⁴. O que se pode esperar alcançar nesta operação é um conjunto de preceitos – presente por exemplo num texto constitucional – para o prolongamento da moral e justiça no espaço.

O estudo da democracia urbana enquanto estudo da correspondência de uma ideia democrática com o espaço urbano – na construção, práticas, e estatutos de propriedade – precisa, para se legitimar, de se enquadrar no conjunto das outras ciências sociais. Deve demonstrar capacidade de se adaptar às estruturas aceites de conhecimento e cotejar criticamente os demais métodos utilizados para a resolução dos problemas que toma. Nesse sentido revemos a posição da ciência política e extraímos daquilo que julgamos constituir a sua actividade os contornos para o estudo da democracia urbana.

⁷⁴ Na linguagem da sintaxe espacial: um genótipo para vários fenótipos.

a) a ciência neutra da democracia

A definir democracia encontramos muitas frases de efeito, ora pejadas de optimismo ora preñes de um cinismo desesperançado ou *realista*. O constraste é tal que dir-se-ia que não se fala da mesma coisa.

Dahl (1999:35) defende que parte dessa controvérsia acontece porque não correspondem efectivamente à mesma coisa, que um e outro lado da simpatia correspondem respectivamente à apreciação de um estado ideal e de um governo democrático real. Aos juízos tecidos a respeito do primeiro significado de democracia, Dahl denomina-os de 1) “juízos de valor (ou juízos morais)”, e aqueles a respeito do segundo são a seu ver 2) “juízos empíricos”. O exemplo por ele adiantado causa alguma consternação:

- 1) “Penso que a democracia é a melhor forma de governo.”
- 2) “Deves estar doido para acreditar que o chamado governo democrático que temos neste país é o melhor que podemos ter! Bem, nem penso sequer que seja um grande democracia.”

Tal distinção pode revelar-se útil analiticamente mas será porventura ingénua como representação da realidade, porque apresenta um divórcio entre teoria (ideal) e práxis (governo real) que não existe nos termos que Dahl propõe. Julgamos ser um desafio provar que um destes juízos não é valorativo ou de âmbito moral. Procuramos de seguida demonstrar que o que Dahl diz serem os juízos empíricos tecidos sobre democracia não são isentos de valoração, e que paralelamente os juízos de valor não acontecem desligados da experiência.

Esta ideia de juízos empíricos tecidos com certa independência da apreciação moral está fortemente acoplada com uma crença de neutralidade da actividade científica no domínio das ciências sociais. Essa é uma discussão interminável mas convém esclarecer que não temos essa ideia de uma ciência cândida. Paulo Freire (1975: 27-28) dizia a propósito, num discurso radical:

A “ciência neutra” trabalhando no recinto sagrado da Universidade, preferiu sempre ignorar essa evidência de que suas pequisas não iriam apenas amontoar-se em bibliotecas poeirentas, mas serviriam também de base às intervenções feitas na realidade social por aqueles que dispõem de poder político, controlam a Universidade e a põem a serviço da sustentação da “ordem estabelecida”.(...) Na expressão lapidar

de Stavenhagen, “desde o momento em que o sociólogo vende o seu trabalho a quem lhe paga mais no mercado ele está directamente engajado no sistema de valores e na ideologia dos grupos com quem colabora ou a serviço de quem se coloca”.

A despeito de algum maniqueísmo, é evidente que existem aqui algumas apreciações que devemos levar a sério. Desta visão do papel da ciência não se retira que o manto da neutralidade é sempre orientado no sentido da perpetuação do *status quo* do poder estabelecido, ele actua de forma ainda mais consciente quando, mascarado assim de vazio de intenções, oculta um desejo activo de uma particular direcção de mudança social. Quando, num estudo, esse desejo não está presente sobre-nos “a irredutível contingência dos pontos de partida das nossa investigações” (Carreira da Silva, 2004:178). Esta é discussão é afim à que encetámos sobre a actividade dos planeadores do território.

Quando a ciência se volta para o estudo da política em países democráticos, desdobra-se numa série de campos e sub-campos disciplinares que se preocupam entre outras coisas com uma ideia de *saúde da democracia*. A alegoria óbvia desta ideia é – usada desde os *gregos* – a da medicina. Como a doença é em princípio uma coisa a ser tratada, o vocábulo saúde tende a ser substituído por outros como *desempenho*⁷⁵ ou *qualidade* de uma democracia. Qualquer que seja o termo utilizado neste tipo de análises é óbvio que lhe subjaz uma actividade comparativa entre uma imagem da compleição ideal e a imagem que se procura na experiência; entre um desiderato social e um facto político. Um exemplo declarado deste tipo de comparações dá-nos esta passagem de Dewey (1988_b:294):

The differences between the conditions postulated by the theory and those which have actually obtained with the development of democratic governments speak for themselves. The discrepancy is a sufficient criticism.

A natureza da comparação é claramente valorativa, o que contamina axiologicamente qualquer juízo nela tecido; o mesmo acontece se em vez de procurarmos a discrepância, procurarmos a concordância. A esta atitude que orienta a sua investigação de acordo com um conjunto de pressupostos ou hipóteses ancorado em valores próximos de uma ideia de dever-ser, chamemos *actividade comparativa valorativa*. Só na rejeição da comparação podemos tecer juízos estritamente empíricos

⁷⁵ Freire (2003_a), por exemplo, propõe duas possíveis formas de analisar o desempenho de uma democracia: 1) apoio dos cidadãos ao sistema político e 2) participação nas eleições.

e axiologicamente neutros; estes nunca são procurados e a razão é muito óbvia: não têm interesse.

Os assuntos são escolhidos em função das implicações que têm no modo como concebemos a sociedade e o governo dela⁷⁶. Podemos pensar num largo conjunto de estudos conduzidos com o mesmo rigor científico, no tratamento dos dados e nas relações que com eles estabelece, daqueles que por exemplo o estudo das elites faz, que nunca serão realizados. Por exemplo a relação entre o tamanho das mãos dos deputados e sua orientação política, consternaria grande audiência académica. Se o tamanho das mãos, uma característica distintamente física, fôsse substituída por outra da mesma natureza mas com significado social, como a raça, já não acharíamos tão absurdo.

O estudo dos factos políticos é orientado em função (não na direcção) de um desiderato social. E a construção desse desiderato social é orientada segundo a experiência recolhida dos factos políticos; não só no sentido de remediar “evils experienced in consequence of prior political institutions” (Dewey, 1988b:290) mas no da adequação das prescrições que emanam desse desiderato social aos constrangimentos apreendidos pela experiência.

O estudo dos sufrágios, para além de muito mais identificável com uma ideia de democracia que o estudo do espaço urbano, permite-nos manipular uma série de variáveis que por serem quantificáveis nos dão aquele distinto assomo de verdade e certeza. Sabemos, por exemplo quais as variáveis institucionais (Perea, 2003), os tipos de sistemas eleitorais, e os sistemas partidários que favorecem uma maior participação eleitoral em função do contexto (Nohlen, 2007). Conhecendo isto, é natural que a importância do sufrágio, numa reflexão sobre o *desempenho* de uma democracia, nos pareça muito mais óbvia que a da cidade. Mas os indivíduos (pelo menos grande parte deles) fazem a sua vida na cidade, não nos sufrágios. O argumento de que uma coisa será a qualidade de vida e outra a democracia, não colhe.

Ponderando o devido peso da afirmação de Romanelli (2008: 36) quando diz que “a democracia quase se exaure na electividade dos cargos”, diríamos que é indiscutível a centralidade do acto eleitoral na natureza do regime democrático, não só

⁷⁶ “A nova sociedade burguesa ansiava por quantificar todo o tipo de fenómenos sociais de forma a investigá-los e a compreendê-los (e por conseguinte sobre eles intervir).” (Romanelli, 2008: 41)

em termos dos princípios que acarreta mas também das dinâmicas que gera. Para além do óbvio âmbito de escolher quem governa⁷⁷, reconhece-se nas eleições uma série de funções vitais como: a legitimação do poder e a construção identitária de uma comunidade política, a regulação do conflito, o fomento do fluxo de comunicação política e o recrutamento político.

O sentido de estudar a participação eleitoral, um fenómeno episódico, só ganha expressão se atribuir ao instante eleitoral uma carga extensa de significados a essas funções vitais que desempenha. Para além destes significados há ainda outro manifestamente valorativo que justifica a avaliação de uma democracia a partir de um só instante: o sufrágio universal enquanto instância de igualdade.

Procurar num só momento a igualdade também só faz sentido se esse momento representar mais do que um instante, se acontecer fora da circunstância da eleição. Por exemplo saber *se quem não vota não conta*, quando se constroem políticas públicas, como Lijphart (1996) sugere ao apontar a desigualdade na participação eleitoral como expressão de desigualdade política⁷⁸.

Para além desta instância de igualdade, há também certas premissas na ideia de sufrágio universal como a da representação de uma sociedade resultante de um acto eleitoral, que dificilmente resistirão perante uma taxa de abstenção significativa, a não ser que lhe outorguemos outro significado. Por exemplo Tingsten (cit. in Lijphart, 1996: 2) ao sugerir, na linha das *teorias elitistas da democracia* (ver Freire, A., 2003: 149), que uma elevada participação pode ser sintoma de instabilidade, crispação e radicalização, lê numa menor participação uma possível consequência da normalização da democracia e de uma satisfação generalizada com o sistema político.⁷⁹

⁷⁷ Ainda que Norris (1997: 1), por exemplo, advirta que o recrutamento político pode ter mais peso no futuro de um país do que o acto eleitoral: “(...) in all cases voters are selecting political leaders who may determine the future of their country. Which candidates get on the ballot, and there fore who enters legislative office, depends on the prior recruitment process.”

⁷⁸ Apesar de Romanelli (2008: 41) sustentar que “a premissa individual-estatística tem uma (...) consequência a de que apenas aqueles que possuem direito de voto existem na arena política”, Lijphart (1997) sugere fortemente que a abstenção é uma versão moderna dos mecanismos discriminatórios de voto (como o voto plural ou o do sistema de três classes da Prússia) arredando de uma forma mitigada mesmo aqueles que têm direito de voto da arena política.

⁷⁹ Daqui relevam duas evidências: é impossível definir uma medida adequada de participação; e (ou também porque) não há leituras unívocas da participação eleitoral.

Ao atribuir estes significados a esse instante da eleição o exame da participação eleitoral põe em marcha uma *actividade comparativa valorativa*, verifica uma correspondência entre normas (eleição por sufrágio) e factos políticos (participação eleitoral), porque os traduz para entidades significantes comparáveis (instância de igualdade).

Para o estudo da democracia urbana, a questão que importa esclarecer é se esta tradução é possível no caso dos fenómenos urbanos que apresentam leitura espacial, e, se sim, a do que escolher para comparar. Se, por exemplo, conseguirmos na análise da concepção e construção de um bairro extrair – da intenção, localização, arquitectura e do processo como o plano de intervenção foi concebido – significados relevantes para conceitos como o de igualdade política, ou o de participação política, podemos relacioná-lo com uma ideia de democracia. Este é o domínio científico do estudo de democracia urbana em que a neutralidade pode ser exercitada com honestidade, o momento inicial da escolha de uma ideia de democracia nunca será nem científico nem neutro.

Mas há ainda outro trâmite da análise que dificilmente será axiologicamente neutro se não for cuidadosamente tratado, que se prende com os problemas abordados em II.1 (“Uma democracia para o espaço”). Esse trâmite é mais especificamente o da reconstrução do *sentido* termo em função do *referente* que pretendemos que ele abarque.

Uma vez definida a cidadania para uma democracia podemos entregar-nos à verificação do seu comportamento no espaço e seremos guiados pelos termos contidos no discurso que a define. Para essa tarefa todos os indicadores sociais e políticos geo-referenciáveis são úteis, mas organização discursiva do termo cidadania não autoriza uma comparação nítida e assertiva entre norma e facto sócio-espacial.

Como ilustrámos em I.2 a cidadania baseia-se em processos de exclusão até na sua enunciação, é uma característica que lhe é intrínseca.

A segregação sócio-espacial interfere directamente (...) no exercício efectivo dos direitos de cidadania. O que comumente é chamado de estrutura urbana expressa, com efeito, as desigualdades existentes em uma cidade ao acesso aos recursos materializados no espaço urbano em razão da localização residencial e da distribuição desigual dos equipamentos, serviços urbanos, da renda monetária e do bem-estar social. (Ribeiro e Júnior, 2005: 92)

Se nos entregássemos à verificação empírica do trecho acima citado, poderíamos recorrer à sintaxe espacial que abrange nos seus instrumentos metodológicos as propriedades de segregação e integração do espaço social (Hillier, 2002). No entanto, comparar o tipo de segregação, que uma dada noção de cidadania admite, com os padrões de segregação no espaço, não nos permitirá dizer que os últimos não são democráticos só pela razão das discrepâncias observadas entre um e outro, isto porque, apesar de homónimas, não são necessariamente coisas idênticas.

O que esta actividade de comparar discurso político e facto sócio-espacial deve ambicionar é harmonizar ambos. Tal passa por interpelar a noção de cidadania com os dados retirados da análise do espaço. Há dois movimentos contrários nesta operação. O primeiro brota da definição de cidadania para a análise sócio-espacial, ao fornecer indicações sobre as classes de factos a observar. O segundo vem das imposições ao discurso que a análise desses factos apresenta. Para o caso dos mecanismos de exclusão, o exercício seria o de procurar os instrumentos para observar empiricamente o modo como se dão no espaço e, uma vez, encontrados obrigar a linguagem da cidadania a produzir juízos nos termos a que esses instrumentos obrigam.

Cremos que só mediante a sofisticação desta operação aqui exposta de forma grosseira se pode almejar uma actividade científica axiologicamente neutra no campo da democracia urbana. A operação não passa então apenas por traduzir o espaço para uma linguagem da cidadania mas também de reformular essa linguagem de forma a que ela seja verificável no espaço. Trata-se de exigir à cidadania democrática um discurso em que as suas injunções sejam verificáveis empiricamente, e depurá-la das que não são.

Dispusemo-nos a enfrentar dois termos – Cidade e Democracia – com correspondência a fenómenos empíricos e conceptuais cujo uso frequente no discurso e na vivência lhes granjeou uma áurea de ambiguidade. O entendimento desses termos oscila entre a irredutível certeza do dogma e a pírrica conclusão da impossibilidade de uma só definição. É possível conhecer factos mas entre eles e os conceitos existe uma incerta distância mediada pelo homem.

A vontade de abordar tais temas não se deve a qualquer necessidade de participar num debate milenar em que pela simples conversação de um assunto

comum nos é permitida a convivência no mesmo plano de nomes agigantados que a história das ideias foi firmando. Deve-se antes à mesma angústia que os homens por trás desses nomes tiveram, o permanente e esquivo hiato entre todas as ideias do *dever-ser* e a realidade percebida. O que talvez se tenha descuidado nesta perseguição do *dever-ser* é que a sua existência depende desse hiato; na maior parte dos momentos parece sempre possível viver melhor.

Na verdade, a respeito deste tema, que é no fundo, em sentido lato, a demanda da *óptima república*, parece não haver nenhuma verdade inatacável e estarem exauridas todas as combinações de mentiras. Assim limitamo-nos a perseguir o mesmo desejo – viver melhor – que é um desejo altruísta e autoritário, porquanto quem dele participou concebeu um mundo para todos os homens e não só para si (sempre com o expediente de fazer uso privado de uma razão universal). O que aqui avançamos sob a designação de democracia urbana é uma imposição à construção do *dever-ser* quando este diz respeito a desideratos sociais: a de o orientar para uma ideia de democracia e a de o obrigar a confrontar-se com a experiência. O terreno exposto para esse confronto foi o espaço urbano.

Quando nos dispomos a enfrentar impasses típicos do planejamento urbano, paralisados por interesses conflitantes, cada um privilegiando uma noção particular de justiça, escolher falar de democracia em vez de justiça não resolve, à partida, nenhuma questão conceptual nem teórica. São duas ideias estafadas e, se quisermos, encontramos-lhes, na forma como são disputadas e nos fins a que se destinam, afinidades vastas. No entanto, vemo-nos facilmente a concordar com um certo realismo que Platão n’*A República* (338e-339a), faz Trasímaco proferir a propósito da natureza das leis:

Certamente cada forma de governo estabelece as leis em vista do seu próprio interesse: a democracia, leis democráticas; a monarquia, leis monárquicas, e de igual modo para os outros regimes. Uma vez promulgadas essas leis fazem saber como justo para os seus governados, o que lhes convém a eles, governantes, e se alguém transgride, punem-no como violador da lei e da justiça. É isto, meu excelente amigo, o que quero dizer, ao afirmar a identidade do princípio de justiça em todas as cidades: o que convém aos poderes estabelecidos.

A democracia já se encontra ela própria inclinada para uma concepção de justiça, pois ao indicar um modo de governo já prescreveu uma certa ordem de

relações entre indivíduos. Escolher a democracia é optar uma certa disposição de justiça e assumir que o trabalho sobre essa disposição se enquadra na concepção dominante de justiça.

III.2 Linhas e problemas de investigação em democracia urbana

As manifestações físicas do poder que tomam lugar na cidade pertencem a diversas ordens de fenómenos, a maior parte dos quais susceptível de ser melhor compreendida com os instrumentos e modelos de outras áreas da ciência que não a ciência política. Na verdade esta é a grande vantagem da ciência política (talvez a única) uma vez que o seu objecto de estudo é o poder, tudo o que é palco da acção do homem convida a sua curiosidade. Assim, os fenómenos artísticos e arquitectónicos, económicos, sociais e familiares que se dão na cidade também nos permitem uma leitura das relações de poder vigentes; mesmo que não estejam directamente vinculados ao instituído poder político, eles acontecem sempre numa determinada relação com ele. Mas este é, porventura, um mundo vasto demais para uma só disciplina. É necessário então restringir a área de acção do estudo da democracia urbana.

Propomos circunscrever o âmbito do estudo da democracia urbana ao exame da relação entre cidadania e cenário, e, fazendo-o, deslindar como a democracia se manifesta no espaço no urbano. Nesta proposta podemos com certeza encontrar várias possibilidades de perspectivas e abordagens (cf. Blowers, 1980: 182), pelo que nos encarregamos aqui de enunciar um número sólido e reduzido, e de justificar a escolha desta relação.

O estudo da relação entre cenário e cidadania seria semelhante ao que Harvey (1979) propõe com a disciplina da filosofia do espaço social. Em Harvey encontramos um esforço analítico especificamente dirigido para a relação entre formas espaciais e processos sociais com uma preocupação subjacente de justiça social. O conceito de justiça social, vago e sempre em construção, que Harvey utiliza é simultaneamente um fim da actividade teórica, um expediente da mesma na organização da informação, e uma noção retirável dos factos; apesar de ele privilegiar explicitamente esta última.

Por nosso turno, tentámos demonstrar como uma visão estruturada dos factos sociais depende de uma racionalidade adoptada *a priori*, e que esta adopção implica sempre uma escolha de valores, e se constitui como um acto valorativo.

A racionalidade de Harvey (1979) para investigar processos sociais e espaço é a noção de justiça social, e nela cabem uma miríade de matizes. A nossa é a de democracia que aceita o mesmo número de variações. Não pugnámos pela maior adequabilidade de uma ou outra, até porque haverá mais intersecções que disjunções. O que fizemos foi procurar a constelação de conceitos (e suas inter-relações), que se afigurem como imprescindíveis para levar a cabo uma investigação neste campo e ambicionar um quadro de análise com capacidade aferidora da democraticidade de espaços urbanos determinados. Para desenhar tal quadro não é necessário uma ideia unívoca e acabada de democracia, ainda que no momento de aferição ela seja necessária, mas tão só estipular a tradução dos fenómenos urbanos para o vocabulário através do qual as ideias de democracia se exprimem.

Cidadania e território, podemos dizê-lo, constituem a vertente política do estudo. Se estudássemos apenas aquilo que designámos por cenário, também aí observaríamos a ocorrência de factos sociais e a sua relação com formas espaciais. Porém, só quando os relacionamos com cidadania e território consentimos uma visão declaradamente política da cidade. O mesmo acontece com a relação inversa, quando consideramos apenas cidadania e território estudamos apenas a carcaça da estrutura política sem lhe soprar substância.

Esta investigação recupera algumas hipóteses que foram encontradas no trabalho e promete, no mínimo, novos terrenos de discussão dos conceitos de cidadania e democracia – exteriores aos tradicionalmente considerados como os do direito, que se dá essencialmente como ciência das normas – esses terrenos são os das relações com (e no) espaço. Julgamos mesmo que o estudo da cidadania, nas suas múltiplas relações com o cenário, é o elemento central do estudo da democracia urbana. Não apenas pela centralidade que o conceito ocupa na teoria da democracia – é o seu exercício que permite legitimar as eleições como igualitárias, livres, includentes – mas também pelo facto de nele se repercutirem todos os elementos do urbano com relevância para as noções de liberdade e igualdade. A cidadania é no fim de contas o conjunto de expressões que um regime político toma nos indivíduos e o modo por que se colocam uns em relação aos outros.

Em jeito prospectivo propomos duas linhas fundamentais; que não são de maneira nenhuma opostas nem paralelas, antes coadjuvantes. Uma delas pertence a um tema da literatura do urbano com a designação geral de *direito à cidade* (Lefébvre, 2004; Harvey, 2008; Purcell, 2002), a outra centra-se na classe de problemas que a sintaxe do espaço permite formular. Rareiam, com efeito, os esforços teóricos que ponderem a utilidade da sintaxe espacial e do conceito de direito à cidade, para a definição do papel do planeamento urbano na construção de uma cidade democrática.

Estas duas linhas de investigação vão de encontro aos problemas de análise que fomos encontrando ao longo da dissertação, entre os quais destacámos três, intimamente relacionados: causalidade; agência; e lógica social do espaço. Recuperamos aqui essas questões antes de aprofundarmos as duas orientações de investigação.

As questões de causalidade e agência – qualquer revisão das inúmeras teorias da história o demonstrará – estarão sempre em interdependência epistemológica. A nossa visão sobre o nexos causal dos processos sociais e espaciais conformará o papel que atribuímos aos actores, e a maior ou menor liberdade que concedemos, na análise, a estes últimos implica uma dada explicação causal desses processos. Apesar desta dependência são questões passíveis de discussão apartada, pois na questão da agência há margem para visões estritamente normativas que não precisam de recorrer a noções de causalidade; como o direito que assiste aos indivíduos de intervir no espaço do seu quotidiano, ou a apologia da legitimidade exclusiva da técnica para intervir no espaço. Em todo o caso são visões que estarão sempre mais bem fundamentadas se equipadas com uma análise da relação entre as condições de intervenção e os resultados da mesma, o que requer uma noção, mesmo que vaga, de causalidade.

A investigação da lógica social do espaço nos termos que Hillier e Hanson (1984) a enquadraram já co-opta as questões de causalidade e agência, porque de certa forma as suprime. Propõe uma visão que, por ser ampla, obriga a uma certa miopia aos processos concretos enquanto explica o modo geral de interacção entre espaço e sociedade. No entanto, esta explicação que propõe é destacável da metodologia da sintaxe espacial como disciplina de análise das relações entre objectos e indivíduos no espaço, e parece possível a partir dessa mesma metodologia testar diferentes explicações do modo como sociedade e espaço se determinam mutuamente.

O *direito à cidade* é a mais das vezes, apenas um *slogan* (Purcell, 2002: 100). Frequentemente evocado por movimentos sociais, constitui o centro de um debate específico de governança urbana, mas como corpo de trabalho não apresenta sistematização nem uma exploração consistente das implicações que traria para a vida urbana. Como Purcell (2002: 101) explica “we lack a comprehensive explanation of what the right to the city is or how it would compliment or replace current rights.”

O direito à cidade é um conceito, formulado e cunhado por Lefébvre (1972), de cariz programático que propõe uma noção de justiça universal a realizar-se localmente no espaço vivido do quotidiano. O conceito emerge da problemática geral da *cidade justa* e da reflexão sobre a relação entre espaço e sociedade. Nele reconhece-se um conjunto de pressupostos que estabelece umnexo entre práticas espaciais, representações do espaço e espaços representacionais (Lefébvre, 2004), e que exprime a crença na determinação mútua entre formas espaciais e processos sociais.

Os defensores do *direito à cidade* partilham as mesmas premissas que originaram o debate em torno dos direitos sociais: a de que a cidadania carece, para se efectivar, de condições que os direitos tradicionais não garantem (Espada, 1997). Aquilo que o distingue é a centralidade da noção de espaço na definição das condições necessárias para o exercício da cidadania.

É frequente a atenção dada ao *direito à cidade* tanto por académicos como por grupos sociais, mas a sua enunciação tende a ser mais declarativa que descritiva, e mais reivindicativa que problemática (Purcell, 2002). Esta utilização da expressão (amiúde como panaceia dos diversos males urbanos) tem deixado as suas fragilidades teóricas iniciais por trabalhar, nomeadamente a necessidade de uma projecção para a práxis das condições que um tal direito requeriria; a carência de uma descrição das suas prováveis consequências (Purcell, 2003); e a procura dos meios de comprovação empírica dos pressupostos postulados sobre a relação entre sociedade e espaço.

Dois projectos afiguram-se necessários para conferir solidez teórica ao *direito à cidade*: 1) Enquadrar o direito à cidade na tipologia clássica dos direitos, e enunciar, a partir do conjunto e natureza das normas nele contidas, as obrigações correspondentes de indivíduos e órgãos de poder; e 2) Projectar as implicações da transição de uma cidadania tipicamente vestefaliana para uma cidadania fundada no

direito à cidade no arranjo institucional do poder local, e na relação deste com os órgãos de soberania nacional.

Para conceder ao direito à cidade uma noção clara da relação entre sociedade e espaço, revela-se central um dos trabalhos mais ambiciosos desenvolvidos em torno dessa questão como é *The Social Logic of Space* de Hillier e Hanson (1984). Nele desenvolveu-se o método da sintaxe espacial para analisar o espaço socialmente produzido. Ainda que esta teoria brote da ambição geral de explicar as variações dos arranjos de artefactos produzidos no espaço em função da sociedade que os ocupa, a exploração dos seus resultados tangíveis quedou-se pelas áreas da arquitectura e planeamento urbano. Estas áreas têm utilizado as técnicas geradas pela sintaxe espacial para resolver problemas que compreendem tanto os fluxos de zonas congestionadas como a criminalidade em áreas faveladas (Hillier *et al*, 2007). O poder analítico da disciplina é largamente reconhecido e tem sido testado com sucesso em estudos de fenómenos eminentemente sociais como a distribuição da pobreza (Vaughan, 2007).

Nesta linha levantam-se mais duas hipóteses de projectos para a democracia urbana: 3) expor uma metodologia de articulação de doutrinas políticas com genótipos espaciais, a partir das variáveis sociais que a sintaxe espacial admite (relações entre habitantes e visitantes), de modo a elaborar uma taxonomia de genótipos urbanos de edifícios públicos que permita comparar relações sintáticas do espaço e relações de poder; e 4) Proceder a um mapeamento da cidadania e uma georreferenciação dos direitos a partir de indicadores sociais e propriedades sintáticas.

O avanço destes quatro projectos permitirá certamente rever o papel do planeador de território e as diversas propostas de urbanismo participado à luz do direito à cidade. A concepção tradicional do planeamento urbano como politicamente neutro tem sido contestada em diversos quadrantes pela sua inadequação e indefensabilidade (Cardoso, 2008). Os discursos sobre a actividade do planeamento, desde a década de setenta, oscilam entre a doutrina, a política e a tecnocracia, e paralisa-os frequentemente a questão de saber se é possível construir o espaço urbano em função de um desiderato social – i.e. se é possível fazer corresponder desenho urbano e ideal social (Saunders, 2001) – e a questão de definir os agentes legítimos da construção do espaço.

Estes quatro projectos de investigação permitem assim avançar na resposta aos três problemas decorrentes do da correspondência entre desenho urbano e idela social. São três problemas em interdependência: o da legitimidade dos modos de produção de espaço urbano; o das condições espaciais necessárias para o exercício da cidadania; e o da possibilidade de aferir a democraticidade de formas urbanas. A todos eles é comum o problema epistemológico da relação entre espaço e sociedade.

O problema da legitimidade na produção de espaço só se põe porque se reconhece haver formas urbanas desejáveis e indesejáveis, e porque se intui que, tomando os fenómenos sociais expressões espaciais, a intervenção no espaço determina a ocorrência dos factos sociais.

No decorrer do século XX instalou-se a hegemonia das correntes de planeamento de cariz politicamente neutro, que procuram descontaminar a produção de espaço de qualquer ideia política, cultural, e social (Cardoso, 2008). Mas essa neutralidade é ela mesma uma ideia política, cultural, e social (Harvey, 1985), e é uma ideia posta em causa por outras perspectivas que se digladiam sem termo (Blowers, 1980). Este é um debate aparentemente sem solução porque ainda que procurem responder a um problema comum, estas perspectivas ocupam-se com questões diferentes: onde uns privilegiam o ambiente, outros terçam pela justiça social ou pela razão de mercado (Harvey, 1989; Healey). O que este debate tornou explícito foi o facto de que uma posição politicamente neutra sobre a produção de espaço deixou de ser lícita.

A abordagem a este debate deverá ostentar uma preocupação matricial de harmonizar as injunções sobre o modo de produção de espaço urbano, nos meios e nos fins, com os princípios de convivência política que regem a sociedade em que se desenrola. Este ponto de partida exige uma escolha inicial arbitrária de um tipo de regime político – no caso a democracia – e consequentemente uma descrição do tipo de cidadania que lhe corresponde e para o qual se produz espaço. De tal forma que se pode dizer que a questão que comanda o problema geral da legitimidade dos modos de produção de espaço urbano, no projecto, é a democraticidade dos mesmos.

A teoria da democracia cria arquétipos de personagens, os cidadãos e suas matizes, deixando ao acaso a sorte dos cenários por que se movem, esperando que essa invenção impalpável da cidadania se concretize com grande acuidade no espaço.

A literatura do direito à cidade concorre para preencher normativamente o hiato entre cidadania e cidade e entre cidadão e cenário, mas ao fazê-lo esquece-se de o compreender empiricamente.

Este mesmo hiato suscita o problema de investigação colocado a respeito das condições espaciais para o exercício da cidadania, que tem essencialmente de explicitar quais os direitos sobre o espaço, e a que espaço se tem direito, num regime democrático. A definição do direito à cidade depende de uma resposta cabal, e as considerações sobre os modos de produção de espaço serão tecidas a partir dela, mas não só, elas requererão uma maior compreensão sobre o nexo entre espaço e sociedade.

Genótipo e fenótipo serão os dois conceitos fundamentais empregues para discutir o espaço em ciência política, e para estudar a possibilidade de aferir a democraticidade de segmentos espaciais. São conceitos tomados de empréstimo da biologia que para a sintaxe do espaço são determinados a partir de dois pares de ideias relacionais – simetria/assimetria e distributividade/não-distributividade – passíveis de estabelecer em qualquer conjunto de objectos no espaço que possuam as características de uma célula habitacional, i.e. fronteiras e meios de passagem, e portanto aplicáveis a qualquer espaço urbano.

Uma versão resumida e acertada do genótipo para o espaço, é a que o exprime como código de informação a que cada elemento novo tem de obedecer num processo contínuo e aleatório de morfogénese do aglomerado urbano. O fenótipo é essencialmente a manifestação desse código no espaço. Quanto mais longo for o genótipo – i.e. quanto mais regras cada objecto tiver de observar para surgir no espaço – menor será a variedade possível de fenótipos. O genótipo é o lugar das normas e o fenótipo a manifestação necessária para que essas normas ganhem existência.

A verificação da correspondência entre configurações genotípicas e estruturas sociais (Hillier e Hanson, 1984) legitima uma questão que podemos designar como a do genótipo democrático: será possível de entre as variações fenotípicas do espaço urbano detectar aquelas que melhor se adequam a um regime democrático, e, a partir delas, engendrar um genótipo espacial democrático, i.e. um conjunto de regras sintáticas em harmonia com normas de princípios democráticos?

A tarefa da democracia urbana é a nosso ver a seguinte:

- Examinar a validade do direito à cidade como direito no sentido próprio e sua utilidade para o vocabulário da ciência política; sendo de utilidade confrontá-lo com as posições neoliberais (Hayek, 1988) e socialistas (Plant, 2009) a respeito do Direito.
- Apurar compatibilidades teóricas entre: uma concepção de cidadania fundada no direito à cidade e outra na soberania nacional; e direito à cidade e princípios democráticos (Purcell, 2003).
- Explorar as fragilidades teórico-empíricas do direito à cidade como formulado por Lefébvre, e demonstrar a utilidade da sintaxe espacial para as dirimir e esclarecer (Hillier, 2002).
- Elaborar uma taxonomia dos genótipos espaciais das relações de poder.
- Examinar a possibilidade de um genótipo espacial democrático.
- Expôr os termos do debate sobre os modos adequados de produção de espaço urbano; e arguir a favor da ilegitimidade das intervenções nesse debate que não explicitem uma concepção de direito à cidade, e uma teoria geral sobre espaço e sociedade.
- Elaborar uma posição nesse debate.

A apologia do urbanismo participado e a formulação do direito à cidade constituem esboços de resposta à questão da legitimidade dos modos de produção do espaço urbano e do papel do planeamento urbano. Ainda que recrudescientemente populares, são conceitos política e teoricamente sub-desenvolvidos, e com injunções para a práxis vagas e díspares. A razão desta inanidade teórica é promovida pelas dificuldades de análise na relação entre espaço e sociedade. A disciplina da sintaxe espacial oferece métodos idóneos para trabalhar esta relação e conferir-lhe leitura política. Aliando esta metodologia a conceitos centrais do domínio da teoria política podemos almejar a: 1) conhecer a democraticidade de segmentos urbanos de modo a avaliar a possibilidade de um genótipo democrático; 2) enquadrar e conferir poder analítico à questão da legitimidade dos modos de produção de espaço urbano; e 3) enunciar a articulação entre direitos políticos e espaço urbano para uma reconstrução teórica da cidadania.

Conclusão

O propósito geral desta dissertação foi aproximar ciência política e planeamento urbano, e apresentar as possibilidades que essa aproximação suscita para uma agenda de democratização. O trabalho aqui realizado contém razões sugestivas para a ciência política explorar as técnicas e problemáticas do planeamento urbano, na resolução dos problemas a que se entrega por natureza, e quem sabe buscar novas formulações de problemas vetustos. É um auxílio válido sobretudo quando se trata de examinar o nexo entre sociedade e espaço, dois objectos de estudo comuns a estas duas áreas mas abordados a partir de diferentes prismas. É esse périplo que recuperamos aqui para um quadro sinóptico desta dissertação.

A dimensão política do planeamento urbano não é novidade. Nos trâmites do planeamento urbano encontramos grupos de interesse e modelos de decisão enquadrados por um esquema de relações de poder que apresenta várias esferas quer institucionais quer socio-económicas. Por tudo isto podemos afirmar que o planeamento é um processo político. O reconhecimento da natureza política deste processo está na origem de vários estudos de políticas públicas especificamente dirigidos ao planeamento urbano (cf. Blowers, 1980). A aproximação que propomos, entre ciência política e planeamento urbano, não passa pela natureza política dos processos que este envolve mas pela investigação da natureza política das intervenções no espaço e do carácter intrinsecamente político do espaço urbano.

A nossa preocupação foi explorar a relevância política desses processos fora dos seus trâmites processuais. Não só as práticas destes processos são conformadas pelo modo geral como a sociedade concebe o espaço e se representa a si própria no espaço, como os efeitos dos mesmos têm um papel importante mas ambíguo na reprodução dessa sociedade.

A pergunta que colocámos na *Introdução* a respeito de uma práxis para a construção de uma cidade democrática manifesta programaticamente a intenção de pensar quer de uma forma normativa quer empírica a continuidade entre a escolha de um modo de convivência política e a forma como se produz espaço. Naturalmente que a pergunta exigia uma definição de cidade.

No decurso da investigação sobre a cidade deparámo-nos com uma série de definições que escolhemos não reproduzir, optando antes por demonstrar o motivo

por detrás dessa miríade de definições. Esta variedade de definições acontece sensivelmente com todos os termos com significado social – geradas por mundividências diferentes – mas explica-se também por diferentes pontos de partida epistemológicos.

Por nosso turno agregámos esses pontos de partida sob três designações gerais de análise – como fenómeno; morfologia e sociologia; e função – nas quais se aclarou a impossibilidade de uma só definição e a fragilidade de todas as possíveis. Mas nessa análise também sobressaltou qualquer coisa da essência do objecto a definir: a cidade como produto de vontade política, como conjunto de artificios de delimitação, e como fenómeno em dependência do que lhe é exógeno.

Não foi de ânimo leve que acrescentámos, a partir do que julgámos ver como essência do objecto, mais uma definição de cidade às já existentes. Não produzimos essa definição com o intuito de a tornar definitiva, nem a vemos como o único modo de entender a cidade. O escrúpulo passou por não resolver a definição numa frase, por torná-la operatória apresentando uma relação dinâmica de duas dimensões em que esta essência se manifesta. A essas duas dimensões chamámos *contrato* e *cenário*. Em ambas sobreveio normatividade e espacialidade. Ao contrato cabe a norma a ser produzida no espaço, e ao cenário cabe a manifestação dessa norma no espaço.

O contrato exprime o binómio cidadania/território que se produz pela adscrição de uma expectativa de comportamento a um espaço circunscrito. A operação produzida pelo contrato, de coligar conjunto de normas e lugar num enunciado, é pretexto suficiente para introduzir um conceito que exprima a materialização desse enunciado. Foi o que fizemos com o conceito de cenário.

Quando sobre estas reflexões fizemos pender uma ideia como a de democracia, tornou-se clara a maior desenvoltura para a relacionar com a de cidadania do que com a de cenário. Diagnosticámos também maior facilidade em reformular uma noção de cidadania de acordo com princípios democráticos do que em reformular uma noção de cenário de acordo com os mesmos princípios. Esta discrepância deve-se à incapacidade de definir o que é um cenário democrático.

Esta dificuldade em relacionar ideia política e cenário tolhe toda a teoria política que proponha um desiderato social. Se considerarmos que o que é relevante na cidadania é o seu exercício (que este se dá no espaço, e que haverá determinadas

condições espaciais a obstaculizar tal exercício), capitular perante esta dificuldade equivale a trabalhar uma ideia a ser aplicada e nunca o terreno da sua aplicação. Procurar as condições de aplicação de uma ideia de democracia num espaço urbano é tarefa específica da democracia urbana. A nosso ver esse trabalho deve ser desenvolvido em duas linhas gerais de argumentação que designámos genericamente por *urbanismo democrático* e por *urbanismo democratizante*.

A estas duas linhas de argumentação fizemos corresponder dois problemas, um já existente sob o nome de *direito à cidade* (Lefébvre, 2004; Purcell, 2002, 2003; Harvey, 2008) outro que designámos de *genótipo democrático*.

O urbanismo democrático concebe que o único trabalho que pode ser desenvolvido, para uma melhor articulação entre cidadania democrática e o espaço em que esta se concretizará, é uma democratização dos modos por que se dá a produção de espaço urbano. O cenário democrático é definido como resultado de processos democráticos. Divisámos dois bons argumentos para o secundar: 1) apesar de serem reconhecíveis no espaço factos não corroborantes de uma vivência democrática, o espaço é mero espelho disso e não uma variável independente; 2) ainda admitindo que o espaço tem uma lógica reconduzível a questões política-normativas, não é possível dela se extraírem leis causais ou interpretações unívocas.

O urbanismo democratizante sintetiza uma posição que crê poder construir-se um espaço ele próprio democrático no sentido em que facilita e promove o exercício da cidadania democrática. O urbanismo democratizante define cenário democrático como aquele que apresenta determinadas propriedades na disposição dos artefactos no espaço. Tal posição exige a capacidade de analisar segmentos urbanos e aferir a democraticidade dos mesmos.

Qualquer uma destas duas linhas gerais de argumentação tem de se ocupar com problemas de cuja exposição nos ocupámos.

Os problemas que tratámos sob a designação de causalidade e agência são os mais relevantes para a linha de urbanismo democrático. Na primeira trata-se de perceber se um regime político de índole democrática é garantia suficiente para a produção de espaço urbano que não contrarie uma vivência democrática. Na segunda encarregamo-nos de explorar a questão de especificação dos actores legítimos a intervir no espaço.

Na questão da causalidade examinámos uma das premissas do trabalho, a de que estrutura de poder e estrutura urbana se relacionam sistemicamente. Ainda que esta premissa seja verdadeira é-nos vedada a compreensão do complexo de trocas entre uma e outra; propugnámos a imperspicuidade de um nexos causal quer numa análise holística quer numa análise individual. Não reconhecemos então a possibilidade de isolar uma variável independente nas relações entre espaço e sociedade, o que reforça a proposta de uma ideia política a articular no espaço.

Na questão da agência explorámos os graus de acção disponíveis ao planeador de território e o modo como estes sugerem a possibilidade de desenvolvimento de agendas de interesses particulares. A decisão sobre a permitida natureza desses interesses necessita de um referencial, e esse referencial não a fornece uma discussão que se centre apenas na agência.

As reflexões sobre causalidade e agência reforçaram a suspeita de que a justificação de um urbanismo democrático só é possível ancorada numa ideia, mesmo que vaga, de urbanismo democratizante. Em todo o caso ela exige uma revisão da cidadania à luz do que é postulado na literatura do direito à cidade.

Para a linha do urbanismo democratizante revela-se profícuo perseguir uma dupla aproximação de discursos, um sobre a democracia e outro sobre o espaço como a que iniciámos em II.1 (*Uma democracia para o espaço*) e em II.2 c) (*Lógica social do espaço*) com o contributo da sintaxe espacial. Paralela a esta tarefa impõe-se a de compreender coincidência entre padrões de relações sintáticas no espaço e padrões de relações de poder.

A esta dupla preocupação chamamos *a hipótese do genótipo democrático*. Talvez se preste tal designação a uma ressonância quimérica, mas ela não faz mais do que enveredar pelos terrenos a que a ciência política se entrega por natureza. Estudar os fenómenos relacionados com manifestações de poder. Independentemente do sucesso em determinar um genótipo democrático, a procura deste é essencial para ir desbravando um terreno onde ainda tudo é opaco, que é o das relações entre poder, discurso, espaço, e sociedade

Apesar do esforço analítico empreendido para definir cidade e democracia, consideramos que os conceitos centrais necessários ao projecto de construir uma cidade democrática são cidadania e cenário, ambos contidos nas duas dimensões que

enunciámos da cidade. A democracia assume-se para esses dois conceitos apenas como um paradigma discursivo que enquadra e licencia ambos.

A cidadania não é, tal como o cenário em que desenrola, fixa, antes fluida e transitória. Esta assincronia entre as duas dimensões parece fadar a cidade a ser um lugar diferido; um tabuleiro de jogo com as suas regras intrínsecas sobre o qual se pretende que vigore um outro conjunto de regras, ambos os conjuntos procurando uma mútua redefinição. Sintonizar estes dois conjuntos de regras e compreender as suas trocas é o desafio da democracia urbana ou, se preferirmos, do esforço conjunto de ciência política e planeamento urbano.

Bibliografia

- Antoine, Jacques (1963). “Desenvolvimento e Funções Económicas das Cidades”, in *Análise Social*, vol. 1, nº 4, pp. 581-593.
- Aristóteles (2003). *Política*. Martin Claret, São Paulo.
- Benevolo, Leonardo (1998). *A Cidade e o Arquitecto*. Col. Arte & Comunicação, Edições 70, Lisboa.
- Badcock, Blair (1984) *Unfairly structured cities*. Basil Blackwell, Oxford.
- Blowers, Andrew (1980). *The limits of power: the politics of local planning policy*. Pergamon Press, Oxford.
- Bobbio, Norberto (2000). “Por um mapa da filosofia política”, in Bovero, M. (org.), *Teoria geral da Política, A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, Editora Campus, Rio de Janeiro, pp. 78-85.
- Branch, Melville C. (1981). *Continuous city planning*. John Wiley, New York.
- Brenner, Neil (2004) *New State Spaces – Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. University Press, Oxford.
- Bridge, Gary, & Watson, Sophie (2004) “City Interventions”, in *The Blackwell city reader*, Blackwell, Oxford, pp. 505-516.
- Browne, Enrique C. & Geisse Guillermo (1960) “Planificación para los planificadores o para el cambio social?”. In Castells, M. (ed.), *Imperialismo y urbanización en America Latina*. Gustavo Gilli, Barcelona, pp. 315-337.
- Catanese, Anthony J. & Snyder, James C. (cords.) (1979) *Introduction to urban planning*. McGraw-Hill Book, New York.
- Cardoso, Ricardo (2008). “Quem sou eu, o planeador do território? Práticas insurgentes no planeamento”. *e-cadernos cês*, 1, pp. 177-193. Acedido em 18/05/2008, <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos>
- Cardoso, Ricardo, *et al.*, (2007). “Who are we the planners?”, *First International Conference of Young Urban Researchers CIES-ISCTE*, Lisboa, June 11-12, 2007.

- Carreira da Silva, Filipe (2004). *Virtude e Democracia, Um ensaio sobre Ideias Republicanas*. Estudos e Investigações 33, Imprensa de Ciências Sociais.
- Castells, Manuel (1971). *Problemas de Investigación en Sociología Urbana*. Siglo ventiuono de España, Madrid.
- Childe, V. Gordon (2005 [1950]). “The Urban Revolution”. In LeGates, Richard T., & Stout, Frederic, *The city reader*, London : Routledge, 3rd ed, pp. 35-42.
- Collier, Ruth B. (1999). *Paths Toward Democracy – The Working Class and Elites in Western Europe and South America*, Cambridge University Press.
- Comte, Auguste (2004). “Filosofia Positiva e o Estudo da Sociedade”, in Gardner, Patrick (org.), *Teorias da História*, 5ªed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Dahl, Robert A. (1971). *Qui gouverne?*. Armand Colin, Paris.
- Davies, Jonathan S. (2002). “Urban Regime Theory: A normative-empirical critique”. In *Journal of Urban Affairs*, vol. 24, nº 1, Urban Affairs Association, pp. 1-17.
- Dewey, John (1988_a) “Substance, Power and Quality in Locke”. In Boydston, J.A. (ed.), *Essays Reviews, Miscellany and The Public and its Problems, Volume 2: 1925-1927*, Southern Illinois University Press, pp.141-157.
- Dewey, John (1988_b) “The Public and Its problems”, In Boydston, J.A. (ed.), *Essays Reviews, Miscellany and The Public and its Problems, Volume 2: 1925-1927*, Southern Illinois University Press , pp.235-373.
- Dobbins, James, et al. (2007). *The beginner’s guide to Nation-Building*. RAND Corporation, Santa Monica.
- Domingues, Álvaro (coord.) (2006). *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Argumentum, Lisboa.
- Durkheim, Émile (2002 [1895]). *As regras do método sociológico*. Martin Claret, São Paulo.
- Durkheim, Émile (2002 [1950]). *Lições de Sociologia*. Martins Fontes, São Paulo.
- Espada, João Carlos, 1997, *Direitos Sociais de Cidadania*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

- Fernandes de Sá, Fernando (2006). “O Processo de Planeamento em Portugal”. In Domingues, Álvaro (coord.), *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*, Argumentum, Lisboa.
- Florida, Richard L. (2005). *Cities and the Creative Class*. Routledge, New York.
- Foucault, Michel (1997 [1970]). *A Ordem do Discurso*. Relógio d’Água.
- Freire, André (2003). “Desempenho da democracia e reformas políticas: o caso português em perspectiva comparada”. *Sociologia: problemas e práticas*, nº 43.
- Freire, Paulo (1977). *Educação política e conscientização*. Cadernos Livres nº 6, Sá da Costa, Lisboa.
- Frey, William H., & Zimmer, Zachary (2001). “Defining the City”. In Paddison, Ronan, (ed.), *Handbook of urban studies*, Sage Publications, London, pp.14-35.
- Fukuyama, Francis (2004). *A Construção dos Estados – Governação e Ordem Mundial no Século XXI*. Gradiva.
- Gallie, W.B. (2004). “Explicações na história e ciências genéticas”. In Gardiner, Patrick (ed.), *Teorias da História*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Goitia, Fernando C. (2008 [1982]). *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, Lisboa.
- Goldsmith, Michael (1980). *Politics, planning and the city*. Hutchinson, London.
- Gomes, Alexandra P. (2007) *Democracia participativa e planeamento do território – Análise da participação pública no caso português*. Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa. Disponível em (21/07/10):http://www.ecomuseu-azores.org/saojorge/images/stories/Recursos_Online/Ecomuseu/DEMOCRACIA_PARTICIPATIVA_E_PLANEAMENTO_DO_TERRITRIO-1_Analise_da_participacao_publica_no_caso_Port.pdf
- Gordon, Ruth (1997). "Saving Failed States: Sometimes a Neocolonialist Notion" in *American University Journal of International Law & Policy*, vo. 12, nº 6, pp. 904-974.
- Habermas, Jurgen (1996). *Between Facts and Norms. Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Polity Press, Cambridge.

- Harvey, David (1979). *Urbanismo y desigualdad social*. Siglo XXI, Madrid.
- Harvey, David (1983). *Teorías, leyes y modelos en geografía*. Alianza, Madrid.
- Harvey, David (1983). "Social Justice, Post-modernism and the City". In Fainstein Susan S., and Campbell, Scott (eds), *Readings in urban theory*. Harvard University Press, Cambridge, pp. 415-435.
- Harvey, David (1985). *Consciousness and the Urban Experience*. Basil Blackwell, Oxford.
- Harvey, David (1989). "From Managerialism to Entrepreneurialism: The transformation in Urban Governance in Late Capitalism", in *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, vol. 71, The Roots of Geographical Change: 1973 to the Present., 1989, pp. 3-17.
- Harvey, David (2005 [1997]). "Contested Cities: Social Process and Spatial Form", in LeGates, Richard T., & Stout, Frederic, (eds.) 2005, *The city reader*, Routledge, London, pp. 227-234.
- Harvey, David (2008). "The Right to the City". *New Left Review*, nº53. Acedido em (19/05/2010): <http://www.newleftreview.org/?view=2740>
- Hayek, Friedrich (1988). "The Fatal Conceit: The Errors of Socialism", in Bartley, W.W. (ed.), *The collected works of Friedrich August Hayek*, 1º vol., Routledge, London.
- Healey, Patsy (2004). "Planning in Relational Space and Time: Responding to New Urban Realities". In Bridge, Gary & Watson, Sophie, *The Blackwell city reader*, Blackwell, Oxford.
- Hill, Dilys M. (1994). *Citizens and cities : urban policy in the 1990s*. Harvester Wheatsheaf, New York .
- Hillier, Bill & Hanson, Julianne (1984). *The Social Logic of Space*, University Press, Cambridge.
- Hillier, B. (2002). "A theory of the city as object." *Urban Design International* 7 153-179.
- Hillier, B. *et al*, (2007). "Metric and topo-geometric properties of urban street networks: some convergences, divergences and new results." *Proceedings of*

- the 6th International Space Syntax Symposium*, ITU, Istanbul, Turkey, 12-15 June.
- Hume, David (2001 [1888]). *Tratado da Natureza Humana*. Serviço de Educação e Bolsas - Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kant, Immanuel (2004). *A Paz Perpétua e outros opúsculos*. edições 70.
- Kirk, Gwyneth (1980). *Urban planning in a capitalist society*. Croom Helm, London.
- Lefébvre, Henri, (1972). *Espace et politique : le droit à la ville*, Anthropos, Paris.
- Lefébvre, Henry (1996) *Writings on Cities*. Blackwell, Malden.
- Lefébvre, Henry (2004 [1974]) *The Production of Space*. Wiley-Blackwell, Cornwall.
- LeGates, Richard (2005 [1994]) “How to Study Cities”, in LeGates, Richard T., & Stout, Frederic, *The city reader*, Routledge, 3rd ed, London, pp. 10-18.
- Lévi-Strauss, Claude (1966 [1958]) *Anthropologie structurale*. Nouveau tir, Paris.
- Lijphart, Arend (1999). “*Unequal Participation: Democracy’s Unresolved Dilemma* Presidential Address, American Political Science Association, 1996”, American Political Science Review, vol. 91, No. 1, March 1997.
- Lopes, Ernâni R. (coord.) (2009) *O Papel das Cidades no Desenvolvimento de Portugal*. SOL.
- Lynch, Kevin (2007 [1981]) *A Boa Forma da Cidade*. Col. Arquitectura e Urbanismo, Edições 70, Lisboa.
- Madanipour, Ali (2005) “Social Exclusion and Space”, in LeGates, Richard T., & Stout, Frederic, (eds.), *The city reader*, Routledge, 3ª ed, London.
- Matteucci, Nicola (2004). “Contratualismo”, In Bobbio, Norberto, & Matteucci, Nicola, & Pasquino, Gianfranco (orgs.), *Dicionário de Ciência Política*, Editora UnB, 12ª ed., São Paulo, pp. 272-283.
- Miranda, Jorge, & Pereira da Silva, Jorge (2004) *Constituição da República Portuguesa – 6ª Revisão nos termos da Lei Constitucional nº 1/2004, de 24 de Julho*. Principia, 4ª ed., Cascais.

- Mollenkopf, John (2005 [1992]) “How to Study Urban Political Power”, in LeGates, Richard T., & Stout, Frederic, (eds.), *The city reader*, Routledge, 3^a ed., London, pp. 235-243.
- Moreira, Adriano (2006 [1979]) *Ciência Política*. Almedina, Coimbra, 2006.
- Muller, Pierre (2006) “Référentiel”, in Boussaguet, L., Jacquot, S., Ravinet, P.(dir), *Dictionnaire de politiques publiques*, Presses de Sciences Po, Paris, pp. 372-78.
- Mumford, Lewis (2008 [1961]), *A Cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas*. Martins Fontes, São Paulo.
- Nohlen, Dieter (2007) *Os Sistemas Eleitorais: o contexto faz a diferença*. Col. Estudos Políticos, Livros Horizonte.
- Norris (dir.), Pippa (1997) *Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge, CUP.
- Perea Eva A. (2003) “Características individuais, incentivos institucionais e abstenção eleitoral na Europa ocidental”, in *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), pp. 339-360.
- Paddison, Ronan (2001) “Identifying the City”, in Paddison, R. (ed.), *Handbook of urban studies*, Sage Publications, London, pp.14-35.
- Pahl, R.E. (1978_a), “A perspective on Urban Sociology”. In Pahl (ed.), R.E., *Readings in Urban Sociology*, Pergamon, Oxford.
- Pahl, R.E. (1978_b) “The Rural-Urban Continuum”. In Pahl, R.E. (ed.), *Readings in Urban Sociology*, Pergamon, Oxford.
- Plant, Raymond (2009). *Social Rights*. Ashgate Publishing, Surrey.
- Platão (2010). *A República*. Guimarães Editores, Oeiras.
- Purcell, Mark, (2002). “Excavating Lefébvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant”. *GeoJournal*, nº58, pp. 99–108.
- Purcell, Mark, 2003, “Citizenship and the Right to the Global City: Reimagining the Capitalist World Order”. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 27, nº 3, pp. 564-590.

- Ribeiro, Luiz César de Queiroz, & Junior, Orlando Alves dos Santos (2005). “Democracia e cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira”. *Análise Social*, vol. XL (174), 2005, 87-109.
- Romanelli, Raffaele (2008). “*Sistemas Eleitorais*”. In R. Romanelli, *Duplo Movimento*. Coleção Estudos Políticos, Ensaios de História, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 36-79.
- Rousseau, Jean-Jacques (2010). *O Contrato Social*. Editorial Presença, Oeiras.
- Rossolillo, Francesco (2004). “Nação”. In Bobbio, Norberto, & Matteucci, Nicola, & Pasquino, Gianfranco (orgs), *Dicionário de Ciência Política*, Editora UnB, São Paulo, pp.795-799.
- Saunders, Peter (2001). “Urban Ecology”. In Paddison, Ronan, *Handbook of urban studies*, Sage Publications, London.
- Sérgio, António (1974). *Democracia*. Cadernos Livres nº 2, Livraria Sá da Costa.
- Simmel, Georg (1967 [1904]). “A metrópole e a vida mental”. In Velho, O. G. (org.), *O fenómeno urbano*, Zahar, Rio de Janeiro.
- Skinner, Quentin (2002). *Visões da Política – Sobre os métodos históricos*. Difel.
- Skocpol, Theda (1985). *Estados e revoluções sociais: análise comparativa, da França, Rússia e China*. Presença, Lisboa.
- Stoker, Gerry & Mossberger, Karen (1994). "Urban regime theory in comparative perspective". *Environment and Planning C: Government and Policy*, vol. 12, nº 2, pp. 195-212.
- Stoker, Gerry & Mossberger, Karen (2001). “The Evolution of Urban Regime Theory: The Challenge of Conceptualization”. *Urban Affairs Review*, vol. 36, nº 6, pp. 810-835.
- Urbani, Paolo (2008). “Concertação Urbanística e Perequação”, acedido em (15/2009/12):
http://www.adurbem.pt/images/stories/ficheiros/actividades/Paolo_Urbani_18_06_08_por.pdf
- Vaughan, Laura (2007). “The Spatial Syntax of Urban Segregation”. *Progress in Planning*, Vol. 67, nº 3, pp.205-294.

- Weber, Max (1967 [1921]). “Conceitos e Categorias da Cidade”. In Velho, O.G. (org.), *O Fenômeno Urbano*, Zahar, Rio de Janeiro, pp. 73-86.
- Wirth, Louis (1967 [1938]). “O urbanismo como modo de vida”, in Velho, O.G. (org.), *O Fenômeno Urbano*, Zahar, Rio de Janeiro, pp. 97-120.